

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

PEDRO HENRIQUE RIBAS FORTES

**ENTRE A POLÍTICA INDÍGENA E A POLÍTICA INDIGENISTA: UM ESTUDO
SOBRE AS RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE ÍNDIOS E NÃO ÍNDIOS EM
CURITIBA NO SÉCULO XIX**

**CURITIBA
2014**

PEDRO HENRIQUE RIBAS FORTES

**ENTRE A POLÍTICA INDÍGENA E A POLÍTICA INDIGENISTA: UM ESTUDO
SOBRE AS RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE ÍNDIOS E NÃO ÍNDIOS EM
CURITIBA NO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes. Banca examinadora: Prof^a Dr^a Edilene Coffaci de Lima (PPGAS/UFPR); Prof^o Dr^a Marta Rosa Amoroso (PPGAS/USP).

**CURITIBA
2014**

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Fortes, Pedro Henrique Ribas

Entre a política indígena e a política indigenista : um estudo sobre as
relações políticas entre índios e não índios em Curitiba no século XIX /
Pedro Henrique Ribas Fortes – Curitiba, 2014.
183 f.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes
Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Paraná.

1. Índios da América do Sul – Paraná - História. 2. Índios Kaingang.
3. Índios na cidade. I.Título.

CDD 980.4


PARECER DA BANCA EXAMINADORA

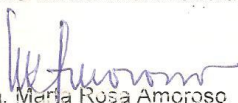
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná (PPGAS) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **Pedro Henrique Ribas Fortes**, intitulada: "Entre a Política Indígena e a Política indigenista: Um Estudo Sobre as Relações Políticas Entre Índios e Não Índios em Curitiba no Século XIX" após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em Antropologia Social**.


Considerações adicionais da Banca Examinadora:

A BANCA DESTACA O TRABALHO DE RELEITURA DAS FONTES HISTÓRICAS ANÁLISADAS À LUZ DA CRÍTICA ETNOGRÁFICA E RECOMENDA A INCORPORAÇÃO DOS COMENTÁRIOS DOS AVALIADORES.

Curitiba, 28 de agosto de 2014.


Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes
Presidente da Banca Examinadora


Profa. Dra. Maria Rosa Amoroso
1º Examinadora


Profa. Dra. Edilene Coffaci de Lima (PPGAS/UFPR)
2ª Examinadora

*Aos meus pais, Ana e André, por me ensinarem
a respeitar e amar a vida.*

*A Luana, o grande amor da minha vida, por todo
o carinho e paciência dedicados;*

*Ao meu filho Chico, que apesar de ainda não
saber, é a minha iluminação e inspiração para
amar o que faço.*

AGRADECIMENTOS

Jamais existirão termos ou linhas o suficiente para agradecer a tudo e todos que possibilitaram a execução dessa dissertação. Foram tantas as mudanças de trajetórias ao longo da vida acadêmica, tantos conselhos e orientações, que para os fins desse trabalho, só poderia os qualificar como coautores do trabalho, mas também da minha vida.

Ao me deparar com a necessidade de agradecer a todo essa gama de indivíduos e sentimentos que me influenciaram e me transformaram ao longo do tempo, inicialmente penso em todos aqueles que se foram, mas que de alguma forma, estarão guardados no coração e por entre os fios da memória. Adoraria compartilhar desse momento tão especial na minha vida profissional com meus avós, meu *tronco velho* – Agenor, Edite, Sérgio e Maria do Carmo – que por muito tempo, cada um do seu jeito, serviram de inspiração e de reflexão para compreender quem eu sou. Tenho certeza que hoje estariam do meu lado me apoiando, orgulhosos desse pequeno passo que estou dando em busca do meu sonho, aconselhando as fases do meu crescimento como indivíduo e instigando a minha busca pelo conhecimento, como tendem a fazer os anciões em grande parte das sociedades humanas.

Agradeço aqueles amigos que apesar de não compartilharem da mesma vida acadêmica, sempre estiveram ao meu lado nos momentos de desabafos e dos necessários aconselhamentos, como Edson Straub e Daniel Lacerda. As risadas que me proporcionaram, as discussões e as mágoas que me ajudaram a desafogar, estão presentes em muitas das reflexões que aqui exponho.

Agradeço aos meus irmãos, Guilherme e Juca, que, independente dos caminhos diversos que tomamos na vida, são os representantes do melhor tempo da minha vida (e da vida de todos), a infância. Foram meus primeiros amigos, e por eu ser o caçula, os primeiros a cuidar e me proteger de muitos dos meus medos, reais e irreais. Da mesma maneira agradeço as suas famílias, Susan, Ketelen e Joca; Fernanda, Luíza e Gustavo, que formam uma grande parentela que aprendi a amar tão intensamente, que muito dificilmente saem do meu pensamento, mesmo com a distância que muitas vezes o mundo contemporâneo nos impõe.

Agradeço aos colegas do PPGAS/UFPR 2012, que me ajudaram a conhecer e me apaixonar perdidamente pela antropologia junto aos mestres e professores, Edilene Coffaci de Lima, Maria Inês Smiljanic Borges, Laura Pérez Gil, Liliana de Mendonça Porto, Miguel Alfredo Carid Naveira, Lorenzo Gustavo Macagno, Marcos Silva da Silveira e Laércio Loiola Brochier, que são os grandes responsáveis por formar e domar meu conhecimento selvagem. Agradeço por aceitarem tão amavelmente esse estranho egresso da História, e por confiarem seus conselhos e amizades que jamais serão esquecidas.

Agradeço também ao professor Ricardo Cid Fernandes, amigo e orientador, para a dissertação e para a vida. Obrigado por todas as reflexões, conselhos, debates e palavras de amizade. O respeito que aprendi a cultivar com sua pessoa vai muito além dos muros da academia ou do seu conhecimento sobre os Kaingang e a vida profissional do Antropólogo. Para mim o trabalho que fizemos juntos nessa pequena contribuição a História do Índios no Brasil, revela-se em um exemplo de como se pode manter uma relação de instrutor/instruído de uma forma não estática, variando sempre as posições desses polos.

Chega por fim, o momento de agradecer aqueles que possibilitaram tudo, pelo menos o meu tudo. Vocês, minha mãe e meu pai, são os verdadeiros responsáveis pela minha conquista. Não existe como medir a importância de vocês em tudo que sou: seu amor, seu carinho, sua confiança e dedicação são a baliza que mantém minhas escolhas. São os narradores da minha vida e os autênticos artesãos dos meus sonhos, mas que da maneira mais humana e menos egoísta possível, deram liberdade para que a narrativa se revelasse por si só. Estarei sempre ao lado de vocês.

Agradeço a você Luana, não só pela paciência, respeito e carinho irretocáveis que teve comigo nesses anos, mas por nunca ter deixado de me fazer sentir amado. Você sempre acreditou em mim, mesmo quando eu começava a descreditar. Você sempre me chacoalhou para que eu não desmorecesse. Você sempre foi o grande amor da minha vida.

Da mesma forma agradeço a você Chiquinho, meu filho, que mesmo sem saber me inspira com tudo que faz e aprende: desde o seu sorriso com poucos dentes, aos puxões de barba e cabelo que eu tanto aprecio e sinto falta quando estou longe. Seu pai lhe ama muito e estaremos sempre juntos, aprendendo e unidos. Dedico a você e sua mãe o esforço da minha vida.

RESUMO

A rede de alianças entre índios e não índios no Paraná Provincial é um tema recorrente na análise das sociedades indígenas que habitavam esse território no período em questão. A cidade de Curitiba foi palco de intenso contato entre lideranças políticas e indígenas desde a chegada dos primeiros contingentes colonizadores a este território, apesar das narrativas tradicionais minimizarem e até mesmo desconsiderarem esta situação histórica. Durante muito tempo, governos e assembleias reais, imperiais, provinciais e municipais estiveram empenhados em garantir a aproximação ou o afastamento de indígenas, segundo os interesses e especificidades do período e região. Os registros dos períodos, especialmente no século XIX, demonstram que indígenas de diversas regiões encontraram na atual capital do estado do Paraná um espaço próprio para suas negociações. Para além da política indigenista de amansamento, a presença de lideranças indígenas em Curitiba configurou um cenário de atuação política frente às autoridades municipais. A análise dessa convivência revela uma relação profunda entre a política indigenista, vigente na sociedade curitibana e a política indígena, representada aqui pela política Kaingang, que desafiou em diversos momentos da história os discursos unilaterais da política e administração da provincial.

Palavras-chave: Política indigenista; política indígena; índios na cidade; kaingang.

ABSTRACT

The network of alliances between Indians and non-Indians in Provincial Paraná is a recurring theme in the analysis of indigenous societies that inhabited this territory during the nineteenth century. The city of Curitiba was the scene of intense contact between indigenous leaders and policy since the arrival of the first settlers in this territory, despite traditional narratives disregard of such a historical situation. For too long, governments and royal, imperial, provincial and municipal assemblies were committed to ensuring the approach or departure of indigenous, according to the interests and characteristics of the period and region. The records of the periods, especially in the nineteenth century, show that indigenous people from various regions found in the current capital of the state of Paraná own space for their negotiations. In addition to the indigenous policy of taming the presence of indigenous leaders in Curitiba configured a scenario of political action in the face of municipal authorities. The analysis of this interaction reveals a deep relationship between the indigenous policy and indigenous politics, represented here by Kaingang policy, which challenged at various times in history unilateral discourse of politics and the provincial administration.

Keywords: indigenous polity, indigenous politics, urban Indians, Kaingang

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A.B – Antes do Branco

D.B. – Depois do Branco

ASE – American Society of Ethnohistory

DEAP-PR – Departamento de Arquivo Público do Paraná

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SPLINT – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

HSAI – Núcleo de Historia Indígena e do Indigenismo

USP – Universidade de São Paulo

HCBP – Handbook of South American Indians

PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisa arqueológica

HCBP – Harvard-Central Brazil Project

PR – Paraná

SC – Santa Catarina

SP – São Paulo

LISTA DE FIGURAS E FOTOGRAFIAS

FIGURA 1. Jean Baptiste Debret, 1768-1848. *Sauvages Civilisés. Soldats Indiens De La Province De La Coritiba, Ramenant Des Sauvages Prisionérs* – Adaptado de *Voyage Pittoresque au Brésil*.

FIGURA 2 - Colar Jê Meridional/ Xokleng produzido com sementes, frutas, dentes e animais, brindes e objetos obtidos após lutas com colonizadores. Acervo Museu Paranaense.

FIGURA 3 - Colar Jê Meridional/Kaingang produzido com sementes e instrumentos colonizadores (uma moeda e um sino pequeno). Acervo Museu Paranaense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. A HISTÓRIA E OS ÍNDIOS NO BRASIL	20
1.1 A GUERRA DE CONQUISTA E AS POLÍTICAS DE OMISSÃO.....	24
1.2 O PARANÁ E OS OÁSIS DE MARTINS.....	26
1.3 A EMERGÊNCIA DA HISTÓRIA INDÍGENA.....	29
1.3.1 ETNOHISTORIAS E HISTORIAS INDÍGENAS.....	31
1.3.2 ENTRE O ÉTICO E O ÊMICO.....	33
2. CURITIBA: SEUS SILÊNCIOS E SEUS VAZIOS.....	37
2.1 OS VAZIOS DEMOGRÁFICOS E OS TERRITÓRIOS INDÍGENAS.....	38
2.1.1 REGISTROS ARQUEOLÓGICOS EM CURITIBA E REGIÃO.....	43
2.2. O CENÁRIO DO CONTATO E CONQUISTA NO PLANALTO CURITIBANO.....	46
2.2.1 AS ALIANÇAS, A CATEQUESE, O OURO E A ESCRAVIDÃO.....	49
2.2.2 CARIJÓS, TAPUIAS E CONQUISTADORES.....	53
2.2.3 AS ALIANÇAS, CATEQUESE, OURO E ESCRAVIDÃO.....	56
2.2.4 BURACOS DE BUGRE - GUAIANÁ – KAINGANG: UM ELO.....	60
2.3. SOBRE O SILÊNCIO.....	65
2.3.1 OS VAZIOS DEMOGRÁFICOS E A CONQUISTA.....	68
3. OS KAINGANG NO SÉCULO XIX.....	72
3.1 EXPEDIÇÕES VICENTINAS AOS CAMPOS DE GUARAPUAVA.....	73
3.2 LEGISLAÇÕES INDIGENISTAS NO SÉCULO XIX.....	77
3.2.1 ORDEM RÉGIA E 1808: LEI DE EXTERMÍNIO.....	77
3.2.2 NOVA LEI DO EXTERMÍNIO.....	79
3.3 A BRANDURA, A REVOGAÇÃO DA GUERRA E AS MISSÕES.....	81
3.3.1 JOSÉ BONIFÁCIO: BRANDURA E CONSTÂNCIA.....	82
3.3.2 REVOGAÇÃO DA GUERRA.....	87
3.3.3. REGULAMENTOS DAS MISSÕES.....	88
3.4 REGISTROS DO INÍCIO DO SÉCULO – A CONQUISTA DOS BUGRES.....	91

3.4.1 A ASCENÇÃO DA NAÇÃO DOS COROADOS.....	95
3.4.2 O ETNÔMIO KAINGANG.....	97
4. O PARANÁ PROVINCIAL E OS ÍNDIOS.....	103
4.1 CONTÊL-OS, AFUGENTAL-OS OU CHAMAL-OS A PAZ E CIVILIZAÇÃO.....	108
4.1.1 OS 30.000 RÉIS DE CONDÁ.....	111
4.2 REGISTROS DE ÍNDIOS NAS CIDADES PROVINCIAIS.....	117
4.2.1 REGISTROS DE REINVINDICAÇÕES DE TERRAS.....	126
4.3 PROTESTOS DOS FÓG COM A PRESENÇA INDÍGENA EM CURITIBA.....	128
4.3.1 MEDIDAS PARA CONTER A PRESENÇA INDÍGENA.....	133
4.3.2 O INTERESSE DOS ÍNDIOS PELAS CIDADES.....	136
4.3.3 ENTRE A SEDUÇÃO DOS BRINDES E A PACIFICAÇÃO DOS BRANCOS.....	141
4.3.4 A TRANSFORMAÇÃO DOS BRINDES E FERRAMENTAS.....	146
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
5.1 A LONGA RELAÇÃO ENTRE CURITIBA E OS ÍNDIOS.....	153
5.2 AS POLÍTICAS INDIGENISTAS E A AÇÃO DOS INDIGENAS.....	155
REFERÊNCIAS.....	157
ANEXOS.....	179

INTRODUÇÃO

“Nesse dia, enquanto ali andavam, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som de um tamboril nosso, como se fossem mais amigos nossos do que nós seus.”¹ Ao proferir essa célebre sentença no ano de 1500, Pero Vaz de Caminha, recém-nomeado escrivão de um posto português a ser erguido na Índia, antecipara um princípio que se generalizou entre os colonos ao longo de todo período colonial: os indígenas necessitavam mais dos conquistadores, do que estes, daqueles, a prova disso seria a suposta ausência de fé, leis ou reis. Entretanto, não demoraram a perceber que somente com o estabelecimento de acordos com os nativos, garantiriam sua presença no território, invertendo o princípio esboçado. Os conquistadores eram completamente dependentes da mão-de-obra e do conhecimento indígena, de acordo com os quais fundamentaram as primeiras cidades, vilas e feitorias. Por outro lado, para muitos grupos indígenas, tratavam-se de acordos pontuais e estratégicos, que não se submetiam generalizadamente à vontade dos forasteiros. Os recém-chegados portugueses eram pensados como poderosos aliados em potencial contra seus inimigos. Além do próprio fortalecimento bélico e seus usos simbólicos, muitos grupos indígenas ao se posicionarem frente a esse tipo de abordagem estratégica, buscavam preservar suas terras da conquista portuguesa e os seus aliados da escravidão, “desviando a ação dos colonos para os grupos inimigos”².

Entretanto, o estabelecimento de boas relações, na perspectiva colonizadora, só se daria através da relação hierárquica *instrutor/instruído*, oscilando entre o ensinamento e punição, não conforme com qualquer necessidade concreta de um aprendizado, mas sim, com os objetivos específicos do projeto colonizador. A instauração e manutenção da fé e ordem pública, através da catequese e da espada, destacam-se nas fontes coloniais como referências diretas a relação entre índios e não índios. Além da idéia cínica, como descreve Monteiro, “de que os

¹ CAMINHA. Pero Vaz de. Carta a El Rei D. Manuel, Dominus: São Paulo, 1963. Digitalizado por NUPILL - Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Lingüística –UFSC. p. 9 Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000292.pdf>. Acesso em 17/01/2014, às 23:50.

² PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. In: Revista de História, São Paulo, n. 129-131, p. 179-208, agosto-dezembro/93 a agosto-dezembro de 94. p. 183.

amigos de hoje podem tornar-se os escravos de amanhã.”³, o pressuposto da superioridade orientou as reflexões e inquietações de religiosos e administradores das políticas indigenistas, perpetuando-se no império e na república. A *escola severa* – termo utilizado por D. João VI em uma carta régia de 1808, sobre a pacificação e colonização dos campos de Curitiba e Guarapuava –, implantada sobre um regime de *guerra de conquista* dos territórios indígenas, era a ferramenta central na captura de cativos e de administrados no período colonial e imperial, além de ser o “fiel” da balança conquistadora nas relações políticas e comerciais, e até mesmo, um instrumento de conversão e doutrinação religiosa.

Grupos indígenas são frequentemente classificados nas fontes coloniais e imperiais segundo o estado das relações políticas entre o grupo ou indivíduo e o projeto conquistador: inocente e demoníaco, aliado e inimigo, manso e escravo, gentio e cristão, pacíficos e selvagens. Em contextos específicos, os aliados indígenas podem até ser explicitados, sendo os pensadores da própria oposição, como no caso da adoção portuguesa generalizada do binômio Tupi e Tapuia, utilizada por muito tempo para descrever o caráter amistoso ou belicoso de indígenas da costa e dos sertões, respectivamente. No Paraná, os grandes contingentes e diversos grupos Kaingang são descritos como o extremo negativo de muitas dessas classificações. Entre outras, são considerado ao longo do tempo: povo Tapuia, “gentio da língua travada”, selvagem, coroados, bugre, arredios, enfim, inimigo. Paralelamente os territórios que ocupam são considerados, de maneira contraditória, vazios demográficos e políticos, ausentes de ordem e de algum tipo de controle territorial, portanto, considerados “ocupáveis”

Os registros de tais acordos entre grupos e lideranças indígenas são tão antigos quanto o projeto colonizador nas Américas, que, como já dito, alterna as categorias gerais em consonância com interesses específicos e regionais. Os mecanismos institucionais da *guerra de conquista* aos territórios indígenas no atual território do estado do Paraná acionam, de maneira ambígua, ambos os extremos das classificações. No caso dos Kaingang, ou coroados como eram descritos no século XIX, a imensa maioria dessas imagens centralizam-se na figura de inimigos arredios, selvagens e politicamente passivos, já que simplesmente teriam reagido ao avanço conquistador sobre seus territórios. Contudo, essa imagem simplista não faz

³ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.63

jus aos complexos esquemas da política e chefia Kaingang verificados nas etnografias, muito menos aos regimes de relações políticas instauradas entre estes e os conquistadores, que variavam de alianças, a conflitos e embates, visualizados em diversas fontes do período colonial e imperial.

Ao longo do século XIX, chefias e caciques dirigiram-se para a cidade de Curitiba-PR para dialogar com as lideranças provinciais, apesar da proibição formal ao livre deslocamento segundo as leis e normas indigenistas que regiam a catequese e civilização dos índios. As visitas constantes a essa cidade por diversos grupos Kaingang, oriundos dos aldeamentos e de seus territórios imemoriais, se davam em meio a um esforço político, que, além de se utilizar e manipular em seu favor alguns dos fundamentos da *conquista* dialogavam frontalmente com os seus representantes, estabelecendo limites e discordâncias conforme os pressupostos da política indígena. Apesar dos diálogos e negociações políticas se darem “a portas fechadas”, ou seja, muitos não foram transcritos, ou se foram, estiveram manipulados pela omissão, podemos visualizar diversos esforços dessas lideranças para, destarte as proibições da presença indígena em Curitiba, instaurar um canal de comunicações e reivindicações com o governo provincial. Se este último lhes era impedido, voltavam-se aos mais altos patamares políticos do Império, chegando a levar suas reclamações ao Ministério da Agricultura no Rio de Janeiro, ou mesmo, tentando as fazer ouvir o próprio Imperador, o que parece ter causado, no mínimo, grande constrangimento entre as autoridades provinciais.

Esses e outros ocorridos semelhantes foram narrados em uma série de correspondências e ofícios entre diversos setores do poder indigenista no Paraná. Diretores de aldeamentos, missionários responsáveis pela catequese, policiais, os próprios presidentes da província e até mesmo a guarda nacional, são alguns dos agentes que se embrenham na tentativa de controlar o fluxo de indígenas para a cidade. Por outro lado, lideranças indígenas como Victorino Condá, Ignácio Viri e muitos outros, também se utilizavam, de diferentes maneiras do próprio projeto colonizador. Por vezes isso significava simplesmente não cumprir um acordo diretamente, priorizando a perspectiva da política indígena em meio ao confronto com os inimigos e os seus aliados. A chefia Kaingang, se encontra no cerne de seus regimes de políticas, muitas vezes manipulando redes de trocas e favores com os colonizadores, em favor de suas práticas sociais e cosmologias .

A pesquisa

Este trabalho se ocupa desse regime de relações políticas indígenas com as políticas indigenistas oficiais. Inicialmente constatamos que a imagem da presença de indígenas na capital do Paraná, principalmente a partir da instalação da província em 1853, foi ofuscada em grande parte das análises históricas por aquelas que salientavam o crescimento da presença e influência de imigrantes europeus no período, caracterizando-se como um discurso praticamente hegemônico. Os trabalhos historiográficos que se voltaram ao período estiveram tão preocupados em dar ao momento um aspecto de ruptura, um “divisor de águas” fundador das características e de uma identidade contemporânea paranaense, que negligenciaram a amplitude dos confrontos que envolviam a ocupação dos territórios paranaenses, bem como as diversas formas de resistência que demonstraram grupos indígenas a pilhagem sistemática em seus territórios. O objetivo aqui é demonstrar não somente como são pensadas e agrupadas tais lideranças em meio a esse plantel de classificações, mas também, como tais contatos podem ser interpretados do ponto de vista da política Kaingang em operação no século XIX.

No primeiro capítulo intitulado **“A História e os índios no Brasil”**, demonstramos de que maneira a historiografia e os incipientes esforços da etnologia do século XIX descreveram o indígena como uma caricatura degenerada ou primitiva, sempre o associando à formação de um discurso nacional que se debruçava sobre as origens do povo brasileiro, exemplificados nos escritos de Von Martius e Varnhagen, respectivamente. Os Tupi da costa, “índio morto” e conquistado nos primórdios da colonização, são alçados a uma das pedras fundamentais da formação da sociedade nacional, enquanto os “vivos” e próximos, como os Kaingang e Xokleng nos estados do sulinos, um obstáculo ao amadurecimento do projeto colonizador. Essa perspectiva trata de excluí-los da história, reduzindo-os a meros objetos de especulações positivistas, segundo Carneiro da Cunha, “o que os Tupi-Guarani são para a nacionalidade, os Botocudos são para a ciência”⁴

Paralelamente, a imagem dos vazios demográficos e políticos são manipulados na historiografia, perpetuando dessa maneira, e por muito tempo,

⁴ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (org). *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992. p. 136.

velhas *políticas de omissão*. No caso da historiografia regional paranaense, demonstramos essa ferramenta discursiva em sua perfeição na obra de Wilson Martins, *Um Brasil diferente: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná* (1955). A imagem manufaturada de um intrigante fenômeno da presença do imigrante europeu é o que qualifica nesses estudos um marco de busca por uma ruptura entre um “Paraná antigo” e um “Paraná moderno”. A superação desse quadro negligente com as fontes, e minimalista com a história indígena, esta última, até então, somente alçada como capítulo introdutório das análises historiográficas sobre o sistema colonial, ou mesmo, de algumas etnografias clássicas, se dá principalmente a partir da década de 1990, com a apropriação de historiadores, etnólogos, arqueólogos, lingüistas, demógrafos, entre outros, do uso interdisciplinar das observações e conceituações produzidas no interior de cada uma dessas disciplinas, compondo o arcabouço metodológico da etnohistória ou história indígena.

No segundo capítulo, “**Curitiba: seus silêncios, seus vazios e sua guerra de conquista**”, procura-se inicialmente demonstrar que apesar desses silêncios e dos *hiatos* de continuidade entre povos indígenas de diversos e períodos, institucionalizados na história do Paraná (em especial a de sua capital), a ocupação indígena não só é muito antiga, como comumente se sabe para todo o território brasileiro, mas sua presença não se destitui com a suposta conquista desses territórios, muito menos a influência de seus regimes políticos entre os meandros da política indigenista do século XIX.

No que concerne a formação de tais relações no planalto curitibano, observamos que as descrições do processo da *conquista* no século XVII revelam, por um lado, a presença e participação de contingentes cativos indígenas na instauração das primeiras vistorias das minas de ouro do planalto, então Sertão de Paranaguá, e por outro, uma descrição obliqua e difusa dos indígenas que ocupavam a região naquele momento. Sobre estes últimos, existem ainda referências tardias que os descrevem como um grupo Tinguí, ou Tindiquera. Descritos como pacíficos e acolhedores, teriam orientado a localidade ideal para a fixação dos colonizadores, e em seguida, teriam dirigido-se aos sertões, abandonando o planalto para os recém-chegados. É preciso ressaltar que se soma a essa estória uma antiga querela etnográfica, reavivada no final do século XIX, principalmente por Capistrano de Abreu e Von Ihering, que buscava identificar a

procedência étnica dos Guaianá descritos no século XVI como habitantes do planalto paulista. Telêmaco Borba insere o Paraná e Curitiba nessa discussão, ao questionar sobre a procedência dos grupos indígenas no momento do contato, principalmente diante dos diversos *buracos de bugre* encontrados dentro e nos arredores da cidade. Como veremos, as discussões sobre a existência ou não de indígenas, sua importância ou não para a formação dessa cidade, são orientadas para a construção da imagem do indígena como elemento primitivo, sucedido pela espada e pela cruz portuguesa, que por sua vez, vieram a ser superados pelos imigrantes como elemento distintivo da cidade. Não há nenhum espaço para as narrativas e o discurso indígena em meio aos manuais de história dessa cidade, e a discussão sobre os indígenas na região de Curitiba, reflete apenas a polarização Tupi/Tapuia, institucionalizada para todo território brasileiro.

O terceiro capítulo dessa dissertação, **“Os kaingang no século XIX”** busca identificar alguns elementos centrais na política indigenista, principalmente aqueles que sustentavam as prerrogativas com que se davam o relacionamento com os indígenas no século XIX. A constante – em meio aos muitos decretos, leis e ordens régias –, era a polarização da guerra e da *brandura* no “trato com os índios” (expressão frequentemente utilizada no período para descrever alguma forma de relacionamento com os indígenas. Além disso, segundo a tradição indigenista a que o Brasil se manteve caudatário por muito tempo, esse trato deveria ser pautado na transformação do indígena, quando possível, em trabalhador nacional. Outro aspecto que se mantém constante é a ausência de uma política centralizadora e geral, restando as províncias a aplicação de regimentos e regulações genéricas, que na maior parte das vezes, disputavam diretamente a posse dos territórios com os índios.

Não é a toa que a grande maioria da documentação e registros da política indigenista do período no Paraná trate dos Kaingang: eram deles os braços cobijados para o trabalho e suas terras eram a garantia primordial do sucesso da empresa colonizadora. Contudo, como se pode facilmente constatar no agrupamento de documentos pesquisados, os kaingang não só resistiam diante da agenda de ocupação sistemática de suas terras, mas negociaram e impuseram de forma ativa suas condições para a formação de acordos com os não índios que favorecessem suas perspectivas políticas e garantissem a estes o acesso a terra.

No último capítulo intitulado “**A política indígena e a política indigenista em Curitiba no Paraná provincial**”, demonstramos uma rede de relações políticas, indígenas e indigenistas, expressas nos contatos periódicos entre índios e não índios em Curitiba a partir de meados do século XIX, até o final do período imperial. Tais relações foram pesquisadas na documentação disponível no Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP-PR) sobre a presença indígena na cidade, dispostos em ampla maioria nas Correspondências de Governo e em menor parte nos Códices Avulsos disponíveis para o período provincial no Paraná. O trabalho consistiu na análise de tais fontes, até então insuficientemente exploradas seja individualmente ou como corpo documental. Mesmo assim, serão necessárias novas incursões na documentação, muitas vezes de difícil leitura e com lacunas entre os registros.

Os documentos dão conta de rotinas administrativas que envolviam da elite paranaense interessada na ocupação dos territórios, o poder provincial e o Império na aplicação da legislação indigenista da época, e ainda, a presença de grandes chefias e lideranças indígenas na capital da província, em sua maioria Kaingang. Nessas situações, eram recebidos (ou não) pelos administradores da província, marcando compromissos, que para bem da verdade, nem sempre eram cumpridos, de ambas as partes, como se pode visualizar na própria documentação. Independente de muitas das vontades dos presidentes da província e membros da assembléia legislativa, os indígenas também buscavam impor sua política, distinta em sua forma e nos seus objetivos. Buscavam também as cidades como centros de obtenção de ferramentas, *brindes* e negociações que dificilmente poderiam ser visualizadas nas cidades do interior. Veremos também alguns dos esforços que os Kaingang objetivaram para amansar, pacificar e associar o *fog* ao seu mundo político.

CAPÍTULO 1 A HISTÓRIA E OS ÍNDIOS NO BRASIL

No século XIX foram elaborados os elementos de uma historiografia nacional que isolou o indígena em suas descrições, silenciando narrativas e restringindo sua existência a um passado trágico ou a distantes selvas inexploradas. A difusão progressiva do evolucionismo em certos ambientes intelectuais impregnou esses debates políticos e acadêmicos com elementos primitivistas. As sociedades indígenas, consideradas desorganizadas e sem Estado pela tradição da época, são “condenadas a uma eterna infância”⁵, portanto, incapazes de produzir ou mesmo refletir sobre sua história de maneira coerente. As elites políticas, por sua vez, reclamavam ao governo imperial brasileiro a elaboração de políticas indigenistas amplas de sedentarização e civilização, principalmente, através da utilização da mão de obra indígena em seus projetos. Paralelamente, companhias colonizadoras e grandes fazendeiros cobiçavam imensos territórios ocupados por indígenas, que buscavam integrar aos seus regimes de exploração e produção. Entretanto, independente do potencial “mão de obra/terras”, a própria presença indígena nos territórios era uma das queixas mais frequentes dessas elites, já que “dificultava a expansão das grandes propriedades, uma vez que os indígenas ofereciam resistência à desocupação de seus territórios.”⁶

No meio acadêmico, institucionalizaram-se as opiniões que tratavam as sociedades ameríndias como estáticas e imutáveis, em oposição às europeias, alçadas como o maior exemplo civilizatório e motor das transformações. Além das “redescobertas” de crônicas e relatos de viajantes dos séculos anteriores, circularam pelos espaços intelectuais as imagens produzidas por expedições científicas, que classificavam o espaço e o meio ambiente, mas também, os próprios indígenas de acordo com estágios sociais, “correspondentes às noções oriundas das ideias evolucionistas que começaram a impor-se na metade do século XIX”⁷.

⁵ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Índios do Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 11.

⁶ MOTA, Lucio Tadeu. A Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e as Populações Indígenas no Brasil no II Reinado. (1839-1889). In: Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 1, p. 117-142, 2006. p. 120.

⁷ OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A presença indígena na formação do Brasil. Brasília: LACED/Museu Nacional, 2006. p 94.

Karl Friedrich Philipp Von Martius foi um autor típico do período, naturalista, especialista em botânica, viajante e historiador, que empolgou elites intelectuais brasileiras e europeias com a publicação de *Viagem ao Brasil*, ao lado de seu mestre Von Spix em 1828. Em janeiro de 1845 publicou no Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) o texto (sob a alcunha de dissertação) *Como se deve escrever a história do Brasil: acompanhada de uma biblioteca brasileira, ou lista das obras pertencentes à história do Brasil*. Sua hipótese central no questionamento da história brasileira foi a miscigenação entre as três raças que se entrelaçaram na história do Brasil, originando a população brasileira do século XIX, “a de cor cobre ou americana, a branca ou a caucasiana, e enfim a preta ou etiópica.”⁸ As reflexões pautavam-se na construção de uma historiografia da unidade nacional, sobretudo no ambiente do IGHB, que em meio essa e outras tramas, “informavam os intelectuais e políticos que, reunidos e legitimados pela tutela daquela instituição, pensavam o país”.⁹

Na visão de Martius, foi a população portuguesa, desbravadora, conquistadora, e por que não nessa lógica, heroica, quem garantiu as condições de existência para uma nação independente. Por outro lado, “tanto os indígenas, como os negros”, simplesmente, “reagiram sobre a raça predominante”, de forma passiva. A aceitação de um papel relevante para tais “raças inferiores” seria uma filantropia, levada a cabo por espíritos esclarecidos e imparciais.¹⁰ Apesar da suposta curiosidade e das considerações de Martius acerca de uma possível *documentação histórica*, esta última, resumia-se ou ao estudo de etnografias cheias de hipóteses duvidosas que salientavam a degeneração e o fim dos indígenas, ou o estudo de línguas indígenas, quase exclusivamente da língua geral tupi adotada ao longo dos séculos na colônia portuguesa. O indígena é percebido como “o *residuun de uma muito antiga, posto que perdida história*.”¹¹, a decadência moral e intelectual de uma antiga civilização, que, já no momento dos primeiros contatos no século XVI, encontrava-se reduzida.

⁸ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. In: Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 6 (24): 389 – 411. Rio de Janeiro: Janeiro de 1845. p. 382.

⁹ RODRIGUES, Neuma Brilhante. “Como se deve escrever a história do Brasil”: uma leitura de von Martius. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM. p. 1.

¹⁰ Id. Ibid. p. 3.

¹¹ Id. ibid p. 385

Contudo, nem todos seguiram as orientações de Martius com respeito aos estudos da miscigenação. Estes na verdade, denotaram-se extremamente liberais para o ambiente intelectual do período no IHGB. Na verdade, o espaço era dominado pelo Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen, autor dos cinco volumes da *História Geral do Brasil*, publicada em meados de 1850. Trata-se, segundo Vainfas, de uma obra “lusófila e brigantina, a louvar a Restauração dos Braganças, a mesma dinastia do imperador brasileiro, seu mecenas, sem aspas [...] Com Varnhagen, a “miscigenação” permaneceu oculta, seja racial, étnica ou cultural.”¹²

Ao considerar uma reflexão sobre a história dos indígenas no Brasil, Varnhagen proclama uma célebre sentença, extremamente citada desde então, e atualmente criticada: “de tais povos na infância não há história: há só etnografia”. O autor só considera um índio histórico se for o índio morto, nesse caso, o Tupi-guarani do litoral, presente nas primeiras descrições do século XVI, então elevados a símbolo de nacionalidade. Paralelamente, o índio vivo é considerado primitivo e ameaçador para uma imagem histórica nacional que se pretende construir, relegando suas peculiaridades e curiosidades primitivas para uma “ciência incipiente, a antropologia.”¹³

As narrativas mitológicas e históricas, portanto, são desconhecidas e aquelas poucas registradas consideradas insuficientes ou inconsistentes, não merecendo atenção da historiografia, “mais do que tratando-se da biographia de qualquer varão, ao depois afamados por seus feitos, os contos da meninice e primitiva ignorância do ao depois heroe ou sábio”. Do outro lado da história, em posição oposta à civilização europeia, os indígenas sem fé, lei, ou rei, para utilizar uma expressão comum a diversas narrativas coloniais, representavam um momento inicial mal acabado, fadado ao esquecimento. Os estudos dessas sociedades, no máximo, “podiam lançar alguma luz sobre as origens da história da humanidade, como fosseis vivos de uma época muito remota”¹⁴. Na análise de Varnhagen, tais testemunhas tardias

¹² *Id ibid.* 2 -3.

¹³ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “Introdução a uma história indígena”, in: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. da (org.) *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1998. p. 20.

¹⁴ MONTEIRO, John M. Tupis, Tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Departamento de Antropologia IFCH-Unicamp. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência. Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo Campinas, agosto de 2001. p. 2 -3.

de um princípio comum às civilizações, selvagem e bruto, expunham somente os resíduos de sentidos que foram perdidos ao longo do tempo, de difícil trato, e que dessa forma, não mereciam ser avaliados e interpretados: “a infância da humanidade na ordem moral, como a do indivíduo na ordem physica, é sempre acompanhada de pequenez e de misérias.”¹⁵ Não é a toa que foi justamente no século XIX que pela primeira vez se duvida da humanidade dos indígenas, em um debate cientificista, “preocupado em demarcar claramente os antropóides humanos”¹⁶, diversos autores gastaram tinta nesse afã classificatório. Martius, entretanto, ao contrario de Varnhagen, opunha-se a ideia de uma natureza primitiva universal que envolvesse os indígenas, já que pregava a *degeneração*:

Enfeitado com as cores de uma filantropia e filosofia enganadora, consideravam este estado como primitivo do homem; procuravam explicá-lo, e dele derivavam os mais singulares princípios para o Direito Público, a Religião e a História. Investigações mais aprofundadas porém provaram ao homem desprevenido que aqui não se trata do estado primitivo do homem.¹⁷

Apesar das diferenças entre os dois autores, concordavam que só etnografia e o estudo da língua indígena podem lançar luz a tal obscuridade. De qualquer maneira, em todo continente americano os poucos pesquisadores que discutiram minimamente a possibilidade de uma história indígena terminaram por alegar que a ausência de arquivos e registros apurados nessas sociedades impossibilitava a continuidade e aprofundamento da pesquisa. Frequentemente alegava-se que os indígenas haviam mudado muito pouco, previamente ao contato com os europeus, e o que desde então se podia perceber era, no máximo, um processo lento de assimilação, aculturação ou integração, que de qualquer forma seria de pouco valor histórico.¹⁸ Tais argumentos, associados a descrições de vazios geográficos, perfilam uma autêntica *política de omissão* da presença indígena, ferramenta indissociável durante toda a *conquista* dos territórios indígenas, perpetuando em alguns elementos ainda no dia de hoje. As evidências da presença indígena nos

¹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. Tomo I. Madrid: Imprensa de V. de Dominguez, 1854. p. 118. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01818710#page/124/mode/1up> Acesso em: 26/07/2013, às 12:20.

¹⁶ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (org.). Legislação Indigenista do século XIX: Uma compilação: 1808-1889. São Paulo: EDUSP: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992. p. 5.

¹⁷ VON MARTIUS, Karl Friedrich Philipp. Op. cit. 385.

¹⁸ TRIGGER, Bruce G. Ethnohistory and Archaeology. pp. 17 – 24. In: Ontario Archaeology. Nº 30, 1978. p. 18. Disponível em: <http://www.ontarioarchaeology.on.ca/publications/pdf/oa30-2-trigger.pdf> Acesso em 27/07/2013 às 15:56.

espaços que se pretende dominar são redigidas, e paralelamente, destruídas ou destituídas de valor.

Em um duplo movimento, os indígenas são “diluídos inicialmente entre árvores (a natureza, os animais) e, posteriormente, entre esquecimentos (os pobres, os despossuídos).”¹⁹ Carneiro da Cunha, em uma discussão sobre as alforrias de escravos no século XIX, demonstra como a sociedade brasileira do período, escravista e conquistadora, instrumentava o direito positivo, escrito, para os homens livres e ricos, e o direito costumeiro, “caracterizado pela ausência de instituições formais que o sustentem”, para a maioria desprivilegiada da população, principalmente escravos, negros livres e libertos.²⁰ Como salienta a autora, “a sociedade brasileira oitocentista é esse conjunto do escrito e do não escrito, que não se cruzam, um afirmando relações sem privilégios entre cidadãos equivalentes, outro lidando com relações particulares de dependência e de poder.”²¹

1.1 A GUERRA DE CONQUISTA E AS POLÍTICAS DE OMISSÃO

Diversos silêncios pautam a excludente sociedade brasileira do período, que, no caso das narrativas que envolvem os indígenas, são manipulados no estabelecimento de disputas pelos territórios. Antônio Carlos Souza Lima, em sua obra *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado do Brasil*²², aborda um estudo sobre as relações entre sociedades indígenas e administrações brasileiras, bem como, de que forma a *guerra de conquista* se desvela no século XX, em *poder tutelar*, e sobre essa bandeira, como o governo brasileiro e seus órgãos indigenistas “ao se fazer a paz, reatualiza a guerra de diferentes modos.”²³

O conceito de *guerra de conquista* é descrito como os progressivos esforços destacados por organizações conquistadoras, onde, através de diferentes frentes de atuação militar, econômica política, religiosa e ideológica, pretende-se submeter o

19 PORTELA, Cristiane de Assis. Por uma história mais antropológica: indígenas na contemporaneidade. In: Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 151-160, jan./jun. 2009. p. 152.

20 CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Sobre os silêncios da Lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. In: Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 140.

21 *id. ibid.*. 141

22 LIMA, Antônio Carlos de Souza. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

23 *Id. ibid.* p. 44

outro, via de regra desconhecido, “associado a um espaço geográfico intocado pelo conquistador, sobre o qual pretende atuar.” ²⁴ Segundo o autor, esta *guerra* é composta por três eixos: primeiramente, a própria organização militar, “encimada imaginariamente por uma realeza, um império ou *constructos* como Deus, a nação”; em seguida, a origem dos conquistadores que lhe dão “direção comum e reconhecendo uma identidade social comum, ainda que esta se superponha a outras múltiplas; e por último, o *butim*, composto pelo conquistado, no caso brasileiro o indígena, “transformado em cativo, junto com seus bens terras e recursos naturais [...] transformados em mercadorias.” ²⁵

Com a *conquista*, “parte do povo conquistador fixa nos territórios conquistados; faz uma exploração sistematizada do butim e passa a veicular os elementos básicos da cultura invasora através de instituições concebidas para tanto.” ²⁶ O uso dessa referência pretende refutar abordagens tradicionais sobre o relacionamento entre os indígenas e as políticas dirigidas a eles pelos centros populacionais: de um lado, os estudos históricos que abordam a integração dos indígenas a sociedade nacional, a cordialidade do português e a fábula das três raças, de outro, “a lógica interpretativa e a retórica pautadas sobre certas noções de colonização e fronteira, das quais as ideias de conflito e guerra podem ser sempre afastadas.” ²⁷

No caso da região que atualmente compreende o estado do Paraná, assim como por todo Brasil, a *guerra de conquista* dos territórios indígenas empreendeu largamente a lógica dos espaços desocupados, vazios demográficos ausentes de civilização e carentes de progresso. Ao longo dos séculos, descreveu-se a ocupação de um território inóspito, sobre os quais, foram semeados os atuais frutos do “progresso” ou “desenvolvimento”, ao passo que as narrativas e discursos nativos foram classificados como insuficientes e incompreensíveis. Trata-se evidentemente de um discurso extremamente controverso, por que ao mesmo que revela a intenção de posse de supostos territórios vazios, é acompanhado de intensos relatos de presença e da resistência indígena à sua ocupação. Uma das ferramentas para

²⁴ Id. *ibid.* p. 48.

²⁵ Id. *ibid.* p. 49.

²⁶ MOTA, Lucio Tadeu. A Guerra de Conquista nos Territórios dos Índios Kaingang do Tibagi. In: Texto apresentado na V Encontro Regional de História - ANPUH-PR, de 10 a 13 de julho de 1996, em Ponta Grossa-PR, com o apoio da FAPESP. p. 188.

²⁷ LIMA, Antônio Carlos de Souza. *op. cit.* p. 45

refletir sobre a usurpação desses territórios é uma análise pautada em uma longa duração, que demonstre o caráter interétnicos os conflitos e a sua reflexão na atualidade, principalmente nas diversas reivindicações indígenas já que, como salienta Mota, “no século XX a *guerra de conquista* continuou com o saque e invasão sistemática - com apoio institucional ou por ações isoladas de fazendeiros e agricultores da região [...]” ²⁸

Entretanto, como veremos, deve-se computar que os interesses dos diversos grupos indígenas, independente das ambições conquistadoras, podem ser percebidos na própria documentação da conquista, ainda que camuflados pela omissão, pelo desprezo ou generalização aos termos e costumes desses grupos. Ao contrario, podemos não só supor e argumentar como os indígenas refletiram o processo partindo de seus conceitos, mas também, refletir como as novas situações que se apresentavam, constituíram um espaço para a reprodução de práticas tradicionais, que se transformam nesse processo. Trata-se de um exemplo manifesto do que demonstrou Sahlins, “o que começou como reprodução termina como transformação.” ²⁹

1.2 O PARANÁ E OS OÁSIS DE MARTINS

Apesar desse longo e intenso conflito bélico e de conceitos, surgiram casos extremos na historiografia regional paranaense, até mesmo de negação da presença e relevância dos indígenas para compreensão de processos históricos no estado. Wilson Martins e sua obra *Um Brasil diferente: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná* (1955), ilustra à perfeição este tipo de *política de omissão*. O autor descreve a matriz populacional regional relacionada ao imigrante europeu, relegando ao elemento indígena os poucos resultados de uma antiga miscigenação junto aos portugueses. Para ele, o território paranaense, previamente a chegada maciça de imigrantes, “era um ilimitado deserto, interrompidos irregularmente por dezenove pequenos oásis, situados a distâncias imensas uns dos outros. [...]” ³⁰

²⁸ MOTA, Lucio Tadeu. 1996, *op. cit.* p. 188.

²⁹ SAHLINS, Marshall David. *Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino Sandwich*. Tradução e apresentação: Fraya Frehse. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p. 125.

³⁰ Id. Ibid. p.64

As cidades, são os oásis de Martins, e portanto, referências civilizatórias que retratam a luta do conquistador contra tais territórios inóspitos. Esse tipo de historiografia, segundo Mota, “aceita a interpretação de que tais territórios eram espaços “vazios”, prontos para serem ocupados, porque essa interpretação lhe satisfaz está de acordo com o seu olhar presente sobre novas áreas que estão sendo ocupadas, e as interpretações posteriores repetem essas construções”.³¹ Seus argumentos direcionam críticas manifestas à Gilberto Freyre, elegendo o imigrante europeu no Paraná como um elemento perturbador da análise da democracia racial, já que o estado seria uma exceção regional à regra brasileira de miscigenação.³² Lançando mão de uma perspectiva limitada, o território paranaense é descrito de forma irreal, e sua interpretação da história da capital é generalizada para todo o estado do Paraná. Quando esse autor discorre sobre o esquema geral da população brasileira, pensada segundo ele a partir de Freyre como um triângulo retângulo – “tendo por hipotenusa o elemento português, o índio como lado mais curto e como lado mais longo o africano” –, afirma que o mesmo não pode ser constatado no Paraná. Para Martins, nesse estado tais elementos apresentar-se-iam de forma mais “equilibrada”, caracterizando-se como “um polígono irregular de sete lados, cujas faces, em extensão decrescente e de tamanho variável, representariam os elementos polonês, ucraniano, alemão, italiano, “os pequenos grupos”, o índio e o negro, estes últimos em proporção praticamente insignificante.”³³

Martins institui uma perspectiva hierarquizada, onde a figura do indígena é dissolvida no passado, nos vazios dos sertões ou no processo de branqueamento da sociedade. Mesmo como elemento prejudicial, a exemplo de outras narrativas, a presença do indígena é negada nessa análise. Nas poucas linhas que reserva a estes, determina sua aculturação frente a sociedades regionais, e o irremediável branqueamento destes grupos frente à crescente imposição dos colonos. Nessas abordagens são excluídas as reflexões sobre o profundo relacionamento entre indígenas e conquistadores, sendo tanto a análise do tema como a documentação existente, negligenciados. Se o imigrante europeu do Paraná, na análise de Martins, apresenta uma perturbação em relação à democracia racial de Freyre, da mesma

³¹ MOTA, Lúcio Tadeu (org.). As Cidades e os Povos Indígenas: Mitologias e Visões. Maringá, Eduem, 2000. p. 9.

³² MARTINS, Wilson. Um Brasil diferente: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989. p.5.

³³ Id. ibid. p. 108.

forma, o negro e o índio são os elementos perturbadores da sua – “como se diz em astronomia, de um planeta ainda desconhecido que “perturba” o comportamento dos demais”.³⁴ O apagamento dos sinais é um dos instrumentos dessa política de omissão. A *conquista* não se faz somente a custo da colonização violenta do território, imposição da religião, ou mesmo, como resultado do enfraquecimento das sociedades indígenas frente a barreiras epidemiológicas.

A ideia de que os acanhadas contingentes portuguesas litorâneas simplesmente “se expandiram” para além de suas fronteiras coloniais, desbravando territórios, impondo regras incondicionalmente e amansando índios, carece de sentido devido à unilateralidade interpretativa que aplica a tais situações históricas. Como salienta Souza Lima, ao lembrar a obra *A Conquista da América: a questão do outro*, de Tzevetan Todorov, a *guerra de conquista* possui características semióticas. Nessa situação se disputa os territórios com “um outro radicalmente distinto, ao ponto de duvidar de sua humanidade, oscilando das relações de violência [...] às relações de poder, e implica numa certa forma a busca de sentidos alheios nos atos alheios, tarefa essencialmente semiótica”³⁵

Para contornar pelo menos alguns desses *silêncios* é necessário compreender, primeiramente, que tanto a presença e posse dos territórios indígenas, como as relações que estes estabeleceram com os exploradores e administradores coloniais, estavam imersas por diversos níveis de uma *política de omissão*, ferramenta indissociável da *conquista*, e que, dessa maneira, “por via simultânea das linguagens imagética, gestual, histórico-narrativa, musical e arquitetônica, entre outras”³⁶, exclui o indígena deliberadamente das narrativas. Da mesma maneira, deve-se ter como premissa básica que tais *silêncios* são políticos, pois não são desprovidos de sentidos, originando-se de linguagens políticas, “todo poder que se percebe na escrita é acompanhado de um silêncio em uma trama simbólica que permeiam os discursos.”³⁷

³⁴ id. p. 5.

³⁵ LIMA, Antônio Carlos de Souza.. *op. cit.* p. 47

³⁶ HARDMAN, Francisco Foot. A visão da Hiléia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: UNESP, 2009. p. 307.

³⁷ APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Documentos e Instrumentos de pesquisa de História Indígena e do Indigenismo d'Aquém e d'Além-Mar Atlântico: uma discussão “necessária, urgente e inadiável in:”, XXVI.Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011. p. 1. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/SNH2011/TextoJucieneRA.pdf>. Acesso em 08/08/2013, às 08:00.

1.3 AS MOBILIZAÇÕES E A ASCENÇÃO DA HISTÓRIA

Se há um traço comum entre cronistas coloniais, membros de expedições científicas e acadêmicos do século XIX (como Saint-Hilaire, Von Martius e Varnhagen e muitos outros), assim como historiadores e cientistas sociais do século XX como Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, e demais observadores e intérpretes dessas conjunturas históricas, “é o pessimismo com que encaravam o futuro dos povos nativos.”³⁸ Uma visão otimista, sugere o aprofundamento da história indígena e de suas relações com a sociedade nacional, diacronicamente e sincronicamente falando, superando dessa maneira os limites impostos por abordagens históricas tradicionais. Os debates sobre a questão ou *problema* indígena no Brasil ganharam fôlego a partir do final da década de 1970, com a introdução de outras vertentes práticas e teóricas, que inauguraram, segundo Monteiro, “uma nova frente de estudos que buscava unir as preocupações teóricas referentes à relação história/antropologia com as demandas cada vez mais militantes de um emergente movimento indígena”³⁹. Como salienta Seeger e Viveiros de Castro, a expressão é capciosa, já que interpretações mal embasadas podem sugerir que os indígenas criam um problema para a sociedade nacional, por exemplo como obstáculos para ao desenvolvimento a qualquer custo, “quando é justamente o oposto. O ‘problema’, na verdade, é nacional.”⁴⁰

A ascensão das mobilizações e da participação política dos indígenas é associada justamente as suas reivindicações históricas, historicamente embasadas, até então, negligenciadas pelos diversos governos através de seus órgãos indigenistas. Os debates entre as diversas organizações do movimento indígena e os setores desenvolvimentistas da sociedade nacional passaram, cada vez mais, a acionar a polarização em torno das diferentes interpretações do “problema indígena”. Nesse período de incremento tanto das demandas indígenas como das desenvolvimentistas, estimulou-se a produção de laudos e levantamentos

³⁸ MONTEIRO, John Manuel. O Desafio da história indígena no Brasil In: SILVA, A. L. & GRUPIONI, L. D. B. (Org.). *A temática indígena na escola*. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995a, p. 222.

³⁹ MONTEIRO, John M. 2001 *op. cit.* p. 5.

⁴⁰ SEEGER, Anthony e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo – Pontos de vista sobre os índios brasileiros: um ensaio bibliográfico. In: BIB, Rio de Janeiro, (2): 11-35, 1977. p. 22.

detalhados da legislação colonial e imperial, compondo estudos que foram utilizados no resgate dos direitos territoriais. É aí que se encontram, “os fundamentos históricos e jurídicos das demandas atuais dos índios ou, pelo menos, dos seus defensores.” ⁴¹ Em partes, esse processo é muito semelhante ao que ocorreu nos Estados Unidos, “sobretudo a partir da promulgação do *Indian Claims Act* em 1946, quando muitos antropólogos começaram a subsidiar reivindicações territoriais de grupos indígenas através de minuciosos levantamentos documentais.” ⁴²

Na década de 1980, com o processo de redemocratização do Brasil e o fortalecimento das organizações indígenas, as narrativas sobre o derradeiro fim dos indígenas ou sua assimilação forçada à sociedade nacional passam ser substituídas por compreensões mais otimistas, principalmente frente os dados do incremento demográfico dessas populações e a já comentada ascensão das mobilizações políticas indígenas no cenário nacional. Nesse contexto a história indígena surge como um elemento de análise ética eêmica, que, por um lado, busca desconstruir as narrativas tradicionais, revelando princípios ideológicos nas assertivas dos autores sobre os indígenas, e por outro, busca compreender como os eventos se desenrolam e são pensados por essas sociedades, ou seja, como a história é produzida dentro das diferentes sociedades indígenas conforme com suas predisposições político-cosmológicas.

Segundo Oscar Calávia Saez, “o tema em si não era novo, mas costumava aparecer nas monografias na forma de um capítulo específico, a saber, o contato com a sociedade dos brancos que a rigor teria trazido a história para um lugar onde ela não se encontrava previamente.” ⁴³ Apesar da grande profusão de trabalhos e o momento político propício para sua disseminação, as referências as propostas não soam como uníssonos, tornando-se necessário um esclarecimento quanto a algumas das correntes teórico-metodológicas presentes nesses trabalhos. Nesse sentido, cabe um questionamento proposto por Jorge Eremites de Oliveira, que reflete sobre as particularidades dos conceitos história indígena e etnohistória (ou

⁴¹ MONTEIRO, John M. 2001 *op. cit.* p. 5.

⁴² Id. *ibid.* 6.

⁴³ CALÁVIA SAEZ, Oscar. A terceira margem da história: estrutura e relato das sociedades indígenas. p. 39 In: Revista brasileira de ciências sociais - pp. 39 – 51, vol. 20. nº. 57, 2004.

etnohistória): “quais são suas principais diferenças epistemológicas, se é que elas de fato existem?” ⁴⁴

1.3.1 ETNOHISTÓRIAS E HISTÓRIAS INDÍGENAS

Com relação à etnohistória, a expressão foi empregada pela primeira vez em meio ao empenho de Franz Boas em demarcar a antropologia como uma ciência histórica, quando Clarck Wissler, em 1909, cunhou o termo como duas palavras, *etno historical*, para se referir à documentação e dados arqueológicos, buscando a reconstrução da história e cultura indígena, produzindo registros de história oral indígena. Tais esforços empregavam parte das propostas *boazianas* dos *four fields*, em crescimento na academia nos EUA no início do século XX, integrando um rol de pesquisas que abordavam o ser humano de uma “perspectiva integrada”, do ponto de vista biológico, comportamental, temporal e espacial.⁴⁵

Nas três décadas seguintes, as aparições esporádicas do termo se referem a evidência *etnohistórica*, não como um campo especializado nas análises dessas evidências. Na tradição antropológica americana, somente por volta da década de 40, a *etno-história* passou a ser descrita como a interpretação de registros históricos e dados coletados em trabalho de campo⁴⁶, diante da mobilização de estudiosos e indígenas.⁴⁷ Nos EUA, no ano de 1946, demandas políticas de organizações indígenas foram reunidas no *Indian Claims Act*. Pesquisadores de diversas áreas e representantes de organizações governamentais apresentaram laudos antropológicos e históricos como prova das acusações dirigidas ao governo pelos nativos americanos, reunidas pela primeira vez na *Ohio Valley Historic Indian Conference*, conhecida futuramente como a *American Society of Ethnohistory* (ASE).⁴⁸ No ano de 1954 foi fundada a ASE, com o compromisso de investigar através de ferramentas interdisciplinares como etnografia, linguística, arqueologia e ecologia, a

⁴⁴ OLIVEIRA, J. E. Sobre os conceitos de etnohistória e história indígena: uma discussão ainda necessária. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003. p. 1.

⁴⁵ OLIVEIRA, J. E. A História indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. in: Espaço Ameríndio, Porto Alegre, vol. 6, nº 2, p. 178-218, julho./dezembro. 2012. p. 192.

⁴⁶ BARBER, Russel J.; BERDAN, Frances F. *The Emperor's Mirror. Understanding Culture through Primary Sources*. Tucson: University of Arizona Press, 1998. p. 24

⁴⁷ É preciso destacar que na década de 1930, Fritz Röck e o *Viennese Study Group for African Culture History* desenvolveram modelos etnohistóricos de estudo de diversas sociedades do continente africano, com base nos dados etnológicos recém-coletados em trabalho de campo.

⁴⁸ Mais informações sobre a ASE em <http://www.ethnohistory.org/>, acesso em 27/07/2013 às 23:00.

história dos povos nativos das Américas. Desde então, a etnohistória passou a ser descrita como uma técnica interdisciplinar, mas também como disciplina, centrada nos usos das metodologias e das fontes históricas, etnológicas, entre outras.

Já em 1972, a historiadora Karen Spaldin salientava a necessidade de se aprofundar e dar continuidade aos estudos que focavam o índio colonial na América espanhola, a exemplo de *Visión de los Vencidos*, de Miguel León-Portilla e *Aztecs under Spanish Rule*, de Charles Gibson.⁴⁹ Essas análises pautaram diversos debates sobre a legislação indigenista, principalmente, “em torno dos direitos espanhóis sobre terras, trabalhadores e almas indígenas, as formas específicas de exploração da mão-de-obra-nativa”⁵⁰. Além dos registros institucionais como relatórios administrativos, registros territoriais, processos da Inquisição e investigações policiais, essa tradição historiográfica explorou testemunhos, registros, crônicas e genealogias nativas, escritas em comunidades indígenas da América espanhola durante o regime colonial. Porém, como salienta Monteiro, existe aí um contraste radical entre o mundo colonial espanhol e português, já que no segundo quadro existe uma ausência de fontes tradicionalmente exploradas pelas metodologias historiográficas, “produzidas por escritores e artistas índios [...]”⁵¹

O que se popularizou no Brasil como etnohistória dos povos indígenas, ou mais comumente, História indígena, refere-se inicialmente as contribuições do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII) na Universidade de São Paulo (USP), fundado em 1990 por Manuela Carneiro da Cunha junto a outros docentes da USP, com a proposta de favorecer a discussão e a produção de pesquisas interdisciplinares referentes à História Indígena e Indigenismo.⁵² Apesar das diferentes perspectivas adotadas por diversos autores, existe um grande consenso em torno da vocação interdisciplinar da etnohistória como metodologia de estudo da história indígena, segundo Eremites, “um método em construção e de caráter interdisciplinar, cada vez mais sólido frente às interfaces entre a antropologia, a

⁴⁹ LEÓN-PORTILLA, Miguel. *Visión de los Vencidos*, México, UNAM, 1961. ; Gibson, Charles. *The Aztecs under Spanish Rule*, Stanford, Stanford University Press. 1964.

⁵⁰ MONTEIRO, John M. 2001 *op. cit.* p. 1.

⁵¹ Id. *ibid.* p. 2.

⁵² Como exemplos destacam-se: *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização* (1991) de Nádia Farage; *História dos índios no Brasil* (1992), sob a coordenação de Manuela Carneiro da Cunha, (que parece ter se transformado, segundo Jorge Eremites Oliveira, “um marco historiográfico – mais para os historiadores e talvez menos para os antropólogos – no que se refere aos estudos sobre a história dos povos indígenas no país”¹) *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em arquivos brasileiros* (1994), sob a coordenação de John Manuel Monteiro.⁵²

arqueologia e a história, dentre outros campos do conhecimento.”⁵³. O mesmo autor, em um texto mais recente, argumenta que “a história indígena tem tido quase que o mesmo sentido lato sensu que o termo etno-história [...]” muito popular em outros países latino-americanos, como México, Guatemala e Argentina, e também nos Estados Unidos e Canadá”.⁵⁴

1.3.2 O ÊMICO E O ÉTICO

No Brasil parte da discussão que envolve os estudos de história indígena e etnohistória, pauta-se numa bipolarização entre história *ética* e *êmica*. A primeira está relacionada, “a história que os cientistas sociais produzem acerca do transcurso sociocultural e histórico das populações nativas do continente americano, quer dizer, das representações que construímos sobre o *outro*, a nossa visão *ética*”. Em linhas gerais, trata-se, como bem demonstra Calávia Saez, da recuperação de um grande acervo documental, produzido pelos administradores e agentes coloniais ou nacionais, “maior em quantidade e qualidade e muito menos perdido do que era de praxe considerar”.⁵⁵

No caso da administração das províncias brasileiras, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, os registros analisados revelam de forma detalhada as estratégias de conquista dos indígenas, bem como seus consequentes preconceitos e etnocentrismos, referindo-se desde os meios mais “brandos”, como a catequese, até os mais dissuasivos, como as expedições punitivas. A revisão destes mesmos registros também revela diversos tipos de associações e parcerias políticas entre os administradores provinciais, caciques e demais lideranças indígenas, bem como imposições de condições específicas para a manutenção de diálogos, que não raramente eram quebradas, por ambos agentes. Transita-se entre política indígena e a política indigenista, revelando, como salienta Calávia Saez, “que o papel dos indígenas na constituição da sociedade nacional era muito mais constante e profundo do que os grandes relatos da formação do Brasil deixaram entrever.”⁵⁶

⁵³ OLIVEIRA, Jorge. Eremites A 2003 *Op. cit.* p. 7.

⁵⁴ OLIVEIRA, Jorge. Eremites A 2012. *Op. cit.* p. 191 – 192.

⁵⁵ CALÁVIA SAEZ, Oscar. *op. cit.* 2004. p. 40.

⁵⁶ *Id.*

A segunda perspectiva, busca a percepção indígenas de sua própria história, que foi instrumentalizada nos estudos etnohistóricos desde seu princípio nos Estados Unidos: “a história narrada e interpretada segundo os próprios indígenas, via tradição oral, aqueles que recentemente foram reconhecidos por muitos historiadores brasileiros como agentes sociais plenos.”⁵⁷ Nessa perspectiva, se aceita a tradição oral como valor documental, “ou mesmo realçando seu significado como visão alternativa à história oficial [...] uma indagação sobre a percepção indígena da história, e, portanto, da abertura ao que se poderia se chamar de historicidades outras”⁵⁸, em muitos casos trata-se abandonar ou romper com a ótica linear que a historicidade ocidental encara sua própria história. Porém, como salienta Eremites de Oliveira, “a visão que os próprios nativos constroem sobre sua trajetória é, em muitos casos, impregnada por complexas representações simbólicas não facilmente decodificáveis e passíveis de serem ordenadas em termos temporais.”⁵⁹

É necessário uma espécie de equilíbrio entre a experiência distante e a experiência próxima, um meio termo entre as perspectivas tradicionalmente reconhecidas como “de dentro” ou de “fora”; de “primeira pessoa” ou “terceira pessoa”; teorias “fenomenológicas” ou “teorias objetivistas”; e finalmente, “talvez mais comumente, análises *êmicas* versus *éticas*”.⁶⁰ Segundo Marcio Goldman é importante lembrar que a “teoria etnográfica não se confunde com uma teoria nativa”⁶¹, o sentido de tais formulações seriam a elaboração de certos modelos de compreensão, “que, mesmo produzido em e para um contexto particular, seja capaz de funcionar como matriz de inteligibilidade em outros contextos.”⁶²

Em certo grau, a polarização entre tais perspectivas, *éticas* e o *êmicas*, pode ser descrita como uma oposição de orientações metodológicas, a saber, o uso restrito de documentação, por exemplo a colonial, ou os registros das narrativas indígenas. Entretanto, como salienta Eremites, tal oposição, “remete a uma longa e antiga discussão aparentemente longe de um entendimento consensual:

⁵⁷ OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *op. cit.* 2003. p. 2.

⁵⁸ CALÁVIA SAEZ, Oscar. *op. cit.* 2004. p. 40.

⁵⁹ OLIVEIRA, Jorge Eremites. 2003. *op. cit.* 2..

⁶⁰ GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do entendimento antropológico. In: O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2003.p. 87.

⁶¹ GOLDMAN, Marcio. *op. cit.* p. 459.

⁶² *Id.* 460.

história/eventos/diacronia *versus* estrutura/mitos/sincronia”⁶³. Esses argumentos já foram amplamente utilizados para separar as disciplinas históricas e antropológicas, entretanto, são esvaziados na perspectiva interdisciplinar da etnohistória (apesar das discussões sobre sua nomeação), já que sua verdadeira vocação parece ser menos como uma disciplina ou subdisciplina, e mais como ferramenta interdisciplinar no estudo da história indígena. Atualmente, como argumenta Calávia:

[...] os estudos sobre história indígena já contam com uma razoável maturidade [...] nem a afirmação de uma historicidade ecumênica, nem a articulação de estrutura e história são bandeiras que necessitem de mais defesa, muito embora haja uma defasagem importante entre sua afirmação genérica e sua aplicação a descrições concretas. A documentação sobre a história indígena passou a ser objeto de uma procura intensa.⁶⁴

Até a década de 1960, os estudos etnohistóricos praticados nos EUA e publicados em grande parte na revista *Ethnohistory*, empenhavam-se em identificar somente processos de aculturação, e nesse sentido, destoavam da antropologia praticada nos programas de pós-graduação do Brasil, como o Museu Nacional sendo nomeada pejorativamente como culturalista, “o paradigma da aculturação se tornou cada vez mais criticado, obsoleto e anacrônico na antropologia mundial.”⁶⁵ Os sintomas do distanciamento entre essas perspectivas para os trabalhos antropológicos produzidos no Brasil podem ser manifestados em associações, por um lado, dos estudos etnohistóricos à antropologia histórica, e por outro lado, da história indígena aos estudos americanistas. Apesar das divergências (e por causa delas), as soluções são tão diversas quanto o são os pesquisadores que se atêm ao tema. O antropólogo americano Shepard Krech III, por exemplo, busca se desligar de estigmas causados pelo radical *ethno*, (etnobotânico, etnoastônômico, etc), preferindo o termo tratar da história antropológica ou da antropologia histórica, porém, também salienta a manutenção da matriz interdisciplinar tradicionalmente reconhecida para a etnohistória.⁶⁶

* * *

⁶³ OLIVEIRA, Jorge. Eremites A. *op. cit.* 2003. p. 2.

⁶⁴ CALÁVIA SAEZ, Oscar. *op. cit.* 2004. p. 40, 41.

⁶⁵ OLIVEIRA, Jorge. Eremites de . *op. cit.* 2012. p. 194.

⁶⁶ KRECH, Sheppard, III. *From Ethnohistory to Anthropological History*. Smithsonian contributions to anthropology. nº. 44 p. 87. Disponível em: <http://smithsonianrex.si.edu/index.php/sca/article/view/343/302>. Acesso em 12/08/2013 às 08h00min.

A proposta para este trabalho transita de acordo com as necessidades e as especificidades dos casos analisados. O grande volume de registros sobre a presença de indígenas em Curitiba-PR ainda precisará ser revisitado em trabalhos futuros, já que somente agora, com os novos esforços da história indígena, passam a serem revelados panoramas profundos, pré e pós-contato, entre sociedades indígenas distintas e, partir do século XVI, as não índias. Também são visualizados novos contextos para descrição do funcionamento de seus sistemas políticos, da mesma maneira, a operação e manipulação dos registros e interpretações da presença, agência e participação dos indígenas nos mais diversos momentos históricos. A seguir, iremos trabalhar com fontes coloniais e registros provenientes de análises de diversas disciplinas. Trata-se de uma abordagem histórica, no sentido literal da palavra, que não busca identificar a imagem ou panorama da formação populacional da capital paranaense, entretanto, demonstramos como as muitas narrativas que o fazem, silenciam ideologicamente em relação aos indígenas.

CAPÍTULO 2 APROXIMAÇÕES INTERDISCIPLINARES: POR UMA LONGA HISTÓRIA INDÍGENA

Os registros de viajantes e missionários sobre os Tupi que ocupavam a costa do Brasil no século XVI inauguram a produção de documentos escritos que versam sobre indígenas no Brasil, mas certamente não iniciam as suas histórias. Como argumenta Carneiro da Cunha, “Sem dúvida, a história indígena tem duas eras”, A.B. e D.B, antes do branco e depois do branco⁶⁷, entretanto, não se trata de alçar o não índio como elemento instaurador dos princípios civilizatórios. Tal perspectiva salienta as transformações que advêm do contato, ou seja, o surgimento de novas agências e relações, a resistência ao domínio, a persistência de territorialidades, a interpretação dos hábitos dos brancos segundo seus esquemas cosmológicos, novos contextos que alimentam e redefinem esquemas, enfim, uma lista inesgotável de novas relações que são objetos de novas reflexões.

Abordagens interdisciplinares que transitam entre a arqueologia, linguística, historiografia e etnologia, contribuem na sustentação de um grande cenário, expandindo espacialmente e temporalmente certas construções limitadas às óticas colonizadoras. Estas, na maior parte das vezes, ausentam ou desconsideram, direta ou indiretamente, qualquer ocupação prévia aos territórios cobiçados. Justamente por isso, como aponta Carneiro da Cunha, a divisão A.B. e D.B não pode determinar isoladamente a análise, esta, “tem de ser agora refinada, há várias épocas em cada era cada uma com estratégias próprias de parte a parte, que as sociedades indígenas ou índios individualmente fizeram das situações em que se encontraram são elucidativos dos processos e dos quiproquós políticos gerados pela dominação.”⁶⁸

Contudo, mesmo com os esforços de pesquisadores nas diversas áreas, ainda muito pouco se sabe sobre esses grupos previamente ao período colonial, e

⁶⁷ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 2009 *op. cit.* p 129.

⁶⁸ Id. *ibid.* p 130;

mesmo durante ele. Como salienta Renato Sztutman, apesar dos estudos arqueológicos propiciarem alternativas a uma história meramente conjectural, “as maneiras pelas as quais ela elabora suas conclusões sobre, por exemplo, a organização social nativa podem conduzir, se não bem interpretadas, a uma inconsistência antropológica. Tudo o que temos são, imagens em conflito.”⁶⁹ Alguns aspectos, contudo, “podem ser ressaltados no que diz respeito aos dados sobre os povos tupi antes da chegada dos europeus, o que reenvia o debate sobre o expansionismo desses povos.”⁷⁰

2.1 JÊ MERIDIONAL: KAINGANG E XOKLENG

Os Kaingang e os Xokleng formam a população conhecida como Jê do Sul, ou Jê Meridional (anexo 2). Também são reconhecidos nos estudos arqueológicos através das tradições definidas pelo Programa Nacional de Pesquisa arqueológica (PRONAPA): Casa de Pedra, Itararé e Taquara.⁷¹ Durante muito tempo foram classificados como grupos pequenos de nômades isolados caçador-coletores. Um dos principais responsáveis pela propagação de tal perspectiva, foi a publicação do primeiro volume do *Handbook of South American Indians* (HSAI) em 1946, organizado por Julian Steward. Nessa obra, como o próprio nome já diz, buscava-se uma visão continental dos indígenas na América do Sul, amplamente baseada em uma oposição tendenciosa entre os ambientes dos Andes e a floresta tropical.

Na perspectiva do HSAI, nas montanhas andinas floresceram grandes civilizações que suportavam esquemas políticos complexos, além de estruturas e técnicas agrícolas e de domesticação de animais suficientemente desenvolvidas.

⁶⁹ SZTUTMAN, Renato. O profeta e o principal: A ação ameríndia e seus personagens. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2012. p. 152

⁷⁰ Id. *ibid.* p. 150

⁷¹ Ao longo das últimas décadas, observa-se a profusão de estudos que estabelecem diálogos e discussões interdisciplinares, atingindo novas interpretações e associações, que ampliam as observações sobre sociedades estudadas na etnologia e reconhecidas na história. As tradições passam a ser estudadas e associadas aos grupos produtores dos vestígios, incorporando as discussões etnológicas, linguísticas e de interpretações das fontes históricas relacionadas. A interpretação do conceito de tradição adotada neste trabalho, assim como em muitos dos autores citados, distancia-se dos propósitos e dos limites impostos para o conceito nos tempos do PRONAPA. Parece que, segundo Araújo, “a utilidade maior das ‘tradições’ é simplesmente nomear coisas. Assim, ao falarmos em ‘Tradição Itararé’ ou ‘Tradição Tupiguarani’ sabemos que a maioria dos colegas compreenderá, em termos gerais, do que estamos falando. ”. Ver: ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil *Revista de Arqueologia*, 20: 09-38, 2007.

Nas terras baixas, ou todos os territórios a leste da cordilheira, situavam-se populações menos complexas em meio a mata e o solo infértil, razão pela qual, “não se desenvolveu uma civilização capaz de cultivar intensamente o solo, domesticar animais, dominar a metalurgia e conhecer os ardis do poder.” ⁷² Na sua generalização ecológico-cultural, Steward propôs enquadrar as sociedades ameríndias de acordo com quatro tipos, de acordo com a suposta complexidade observada: os povos marginais, as tribos da floresta tropical que ocupam as várzeas, no caribe os cacicados, e por fim, os Andes centrais. Na classificação os grupos Jê são enquadrados como *povos marginais*, ou seja, caçadores-coletores e exploradores de ambientes improdutivos e escassos de recursos naturais, além de detentores de uma tecnologia muito simples, o que por fim, segundo o determinismo ecológico e atualizações evolucionistas, “limitaria o tamanho e a composição das unidades políticas bem como o desenvolvimento institucional.” ⁷³

No estudo o passado dos Jê Meridionais foi projetado de acordo com “a situação demográfica e territorial da primeira metade do século XX” ⁷⁴, caracterizada pela transformação de muitas de redes sociabilidades devido a conquista empreendida pelos colonizadores em seus territórios. Mesmo no Harvard-Central Brazil Project (HCBP), cujos trabalhos de campo se deram entre 1962 a 1967, focalizando especificamente os Jê sobre a coordenação de David Maybury-Lewis, tais grupos meridionais não tiveram espaço nas investigações, segundo esse autor: “não incluímos estes grupos no nosso plano original de pesquisa por que pensamos, erroneamente, sou grato em dizer, que eles haviam desaparecido, ou ao menos que seu modo de vida estava extinto.” ⁷⁵

Grande parte dos estudos arqueológicos, por sua vez, não se propuseram a considerar os dados antropológicos e históricos, inviabilizando perspectivas que aprofundassem a compreensão dos sistemas sócias políticos desses grupos, como o faccionalismo por exemplo. Além desses determinismos, no caso dos Jê Meridionais, seus registros arqueológicos ainda foram alvo de uma das interpretações mais enganosas na história da arqueologia regional, já que alguns

⁷² FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 10

⁷³ FAUSTO, Carlos. Op. cit. p. 60.

⁷⁴ *Id ibid.* p. 19.

⁷⁵ MAYBURY-LEWIS, David (Org.) (1979). *Dialectical Societies: The Gê and Bororo of Central Brazil*. Cambridge/MA and London, Harvard University Press. p. 6. *apud.* FERNANDES, Ricardo Cid. Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica. São Paulo: PPGAS-USP (Tese de Doutorado), 2003. p. 13.

equivocadamente consideraram, “que essas três tradições eram a continuidade regional da Tradição Humaitá, tendo-se imaginado que esta teria adotado por difusão a cerâmica, a agricultura e as técnicas de polimento lítico.”⁷⁶

A imagem de caçadores coletores neolíticos que foi depositada sobre os Kaingang, não eram mais do que o resultado de construções ideológicas que suportavam a ambição desde os primórdios da *guerra de conquista* sobre seus territórios, “somadas ao preconceito e à aversão que os intelectuais tinham em relação aos Kaingang e Xokleng”⁷⁷ Em diversos trabalhos, Noelli argumenta que é necessária a superação desse modelo padrão amplamente debruçado sobre a ecologia cultural, pautando-se principalmente na reinterpretação de dados arqueológicos, históricos e etnológicos já coleados.⁷⁸ Entretanto, as imagens de caçadores-coletores primitivos que buscavam incessantemente e exclusivamente os meios mínimos para sua subsistência, já não encontravam espaço nos estudos de Nimuendajú, e começam sucumbir completamente com Lévi-Strauss. Os Jê passam a ser percebidos como grupos que mantêm “uma sofisticada economia bimodal, que combina períodos de dispersão com outros de agregação em grandes aldeias, estruturadas internamente por um conjunto de metades cerimoniais, por grupos etários e segmentos residenciais.”⁷⁹

Apesar do longo cenário acadêmico em que estiveram envoltos tais enganos, atualmente, os estudos sobre os Jê Meridionais demonstram uma série de novas reflexões, através do crescente número de pesquisadores interessados nas contribuições e esforços interdisciplinares. Nesses estudos ampliam-se não somente a área de ocupação e dispersão dos Jê Meridionais, mas o conhecimento sobre seus mecanismo de produção, frente a percepção de que “eram e ainda são povos agricultores, como nos informam as fontes arqueológicas e escritas”⁸⁰, mas também, o conhecimento sobre suas disposições político-cosmológicas.

Para o estudo da ocupação territorial dos Jê Meridionais, Kaingang e Xokleng, Brochado foi o primeiro a propor uma perspectiva baseada amplamente em dados arqueológicos. Entretanto mesmo Noelli, defensor das ideias desse autor da expansão Tupi-guarani, a “pinça de Brochado”, não concorda com o autor quanto a

⁷⁶ NOELLI, Francisco Silva. 1999-2000 *op. cit.* p. 240

⁷⁷ *Id. ibid.* p.. 243

⁷⁸ NOELLI, Francisco Silva. p.2004. *op. cit.* p. 21.

⁷⁹ FAUSTO, Carlos. *Op. cit.* p. 62.

⁸⁰ NOELLI, Francisco Silva. 1999-2000 *op. cit.* p.243

sua tese para ocupação dos Jê Meridionais, pelo menos em parte. Isso porque Brochado compartilhava das ideias de Osvaldo Menghín, ou seja, acreditava que os Jê Meridionais eram autóctones no sul. As possíveis rotas de expansão dos Jê, nesse sentido, serviam única e exclusivamente para pensar a difusão de instrumentos, cerâmica e da agricultura, adotadas pelas populações que ocupavam o território, “assim como Menghín, acreditava que as populações Jê estavam radicadas no sul antes da ‘chegada’ da cerâmica e da agricultura.”⁸¹ Ao contrário dessa posição, diversos estudos linguísticos demonstraram que além da longa ocupação nos planaltos meridionais, os povos Jê do Sul tiveram origem a partir de antigas migrações oriundas do Centro-Oeste do Brasil.

Segundo Urban, além da origem comum, o ramo dos Jê Meridional provavelmente se separou muito antes das demais diferenciações da família linguística: “Se imaginarmos uma árvore, a família Jê representaria um ramo relativamente recente, que se separou há uns 3 mil anos ou mais, a julgar pelas semelhanças internas entre as línguas Jê atualmente encontradas.”⁸² Para os propósitos de reconstrução fonológica, Irvine Davis salienta que se deve considerar que a língua Kaingang como pertence a família Jê, e não a uma família separada dentro do Macro-Jê, já que esta é mais próxima do Jê *stricto sensu*, até mesmo, do que o Xavante, “an undisputed member of the family”⁸³, portanto, junto ao conjunto Akwén (Xacriabá, Xavante e Xerente), e Apinayé, das regiões de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, enquanto o Xokleng, junto as línguas Kayapó, Timbira, Kren-akarôre e Suyá.⁸⁴

Seguindo as informações dispostas no célebre mapa de Nimuendajú, Noelli identifica os falantes dessas línguas como ocupantes das regiões planálticas brasileiras de altitude mais elevada, localizados desde o Centro-Oeste brasileiro, “iniciando com os Xerente na bacia do Rio Tocantins e os Xavante no Araguaia. No baixo curso do Araguaia os Apinayé; os Xacriabá na área do divisor de águas das bacias dos altos cursos do Tocantins, São Francisco e Paraná.”⁸⁵ Os Jê Meridionais devem ter iniciado seu deslocamento rumo ao Sul a partir do Centro-Oeste brasileiro

⁸¹ *Id. Ibid.* p. 37.

⁸² URBAN, Greg. *Op. cit.* p. 90

⁸³ DAVIS, Irvine. 1966. Comparative Jê phonology. *Estudos Lingüísticos: Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada*, vol. 1, n. 2, p. 10-24. p. 11. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/davis_1966_comparative. Acesso em 03/01/2013 às 15:00 horas.

⁸⁴ MOTA, Lucio Tadeu. *op. cit.* 2007 p. 51

⁸⁵ NOELLI, Francisco. 1999-2000. *op. cit.* p.241.

a pelo menos 3 mil anos, sempre ocupando majoritariamente os ambientes de planalto semelhantes a região de origem, entretanto, como salienta Urban, “não se tem ideia de quando teriam chegado à região que atualmente ocupam no sul do Brasil.”⁸⁶

Quanto à provável rota de entrada no Sul, Noelli descarta a possibilidade de que se trate do Mato Grosso do Sul ou da metade oeste paulista, já que os registros dos Jê Meridionais encontrados nessas regiões parecem estar relacionados a outros momentos, o que concorre contra uma ocupação a partir “da calha do rio Paraná e da metade oeste de São Paulo”.⁸⁷ Entretanto, como descreve o autor, as informações obtidas através de estudos no vale do Ribeira, a sudoeste do estado de São Paulo, parecem ser conclusivas em relação a entrada dos Jê no Sul, destacando a metade leste de São Paulo e do Paraná como esse acesso (Mapa anexo 3). Araújo em um trabalho recente alerta para a necessidade de se ampliarem os estudos sobre os Jê Meridionais no estado de São Paulo, já que ao que parece, “Teríamos, portanto, de imaginar esses grupos passando pelos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina *antes* de chegarem ao nordeste do Rio Grande do Sul.”⁸⁸ Mota também descreve que foi a partir das migrações ocorridas em direção aos planaltos localizados entre os rios Tietê e Paranapanema, que os Jê Meridionais ocuparam os territórios paranaenses, principalmente pelo interflúvio dos rios Paranapanema e Ribeira, acessando os Campos Gerais, que se estendem desde o sudeste de São Paulo até a margem direita do Iguaçu no segundo planalto.⁸⁹

Além dos territórios caracterizados tradicionalmente, que englobam grande parte dos estados do sul do Brasil, Araújo acredita que se pode estabelecer com confiança que ancestrais dos grupos Jê Meridionais, ou até mesmo os próprios Kaingang e Xokleng, ocuparam uma região de 240 km ao norte da fronteira sudeste com o estado do Paraná, apesar de que ele mesmo acredita que esta estimativa pode se revelar uma interpretação modesta frente aos dados. O autor estima que a partir do Brasil Central, provavelmente ao norte de Minas Gerais, ancestrais desses grupos adentraram o território paulista, se expandindo através da Serra da

⁸⁶ URBAN, Greg. *op. cit.* p. 88

⁸⁷ NOELLI, Francisco Silva. *op. cit.* 2004, p. 37.

⁸⁸ ARAÚJO, 2007 *id. ibid.* p. 28

⁸⁹ MOTA, Lucio Tadeu. 2007. *op. cit.* p. 51

Mantiqueira e da Serra do Mar e direção ao sul.⁹⁰ Ele também lembra que se considerarmos que grande parte do norte e noroeste de São Paulo estava ocupado pelos Kayapó Meridionais, “é razoável esperar encontrar os sítios Itararé-Taquara com datações mais antigas na faixa leste-sudeste do Estado de São Paulo.”⁹¹ Após a passagem ao Paraná, ocuparam os imensos corredores tradicionalmente descritos nos estados do Sul, assim como, porções meridionais do estado de São Paulo e a região de Misiones, localizada a nordeste da Argentina.⁹²

2.1.1 REGISTROS ARQUEOLÓGICOS EM CURITIBA E REGIÃO

As pesquisas arqueológicas nas regiões dos atuais grandes núcleos urbanos e capitais brasileiras revelam-se ainda extremamente incipientes. Apesar de concentrarem grande parte das redes institucionais de pesquisa, como as próprias universidades, grande parte do foco na preservação de registros históricos humanos está voltada para o patrimônio histórico edificado.⁹³ Segundo Chmyz e Brochier, a negligência de pesquisadores e o desconhecimento por parte do setor público e da comunidade em geral em relação às informações arqueológicas, contribuem para a formação de vazios de informação arqueológica. Contudo, esse panorama contrasta enormemente com as informações coletadas nos arredores dessas cidades e de suas regiões metropolitanas, aonde diversos Estudos de Impacto Ambiental vem revelando “imenso potencial existente.”⁹⁴ No Paraná, como relatou como Chmyz, não são somente as regiões urbanas e metropolitanas que carecem de estudos sistemáticos, já que, grande parte das pesquisas arqueológicas em todo o estado, “foram realizadas em ‘ritmo de salvamento’”⁹⁵

Telêmaco Borba em 1908 já comentava os achados fortuitos de registros arqueológicos pelo estado, em especial, os que se referem a estruturas subterrâneas: “pelas cochilhas de nossos campos, nas proximidades das mattas e

⁹⁰ Id. *ibid.* 2007 p. 28

⁹¹ Id. *ibid.* p. 27

⁹² MOTA, Lucio Tadeu. 2007. *op. cit.* p. 51

⁹³ CHMYZ, Igor; BROCHIER, Laércio Loiola. *Op. cit.* p. 37

⁹⁴ Id. *ibid.* p. 37

⁹⁵ CHMYZ, Igor. Histórico das pesquisas de salvamento arqueológico no estado do Paraná. In: Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste. pp 157-159 30 de março e 3 de abril de 1987, CLIO, 4. 1987. p. 157. Disponível em: <http://www.ufpe.br/clioarq/images/documentos/1987-N4/1987a36.pdf>. Acesso em: 21/08/2013, às 16:00.

capões existem vestígios claros e patentes de taes cóvas; dentro d'ellas se encontram arvores e pinheiros seculares; estas cóvas são denominados pelo vugo com o typico nome de *buracos de bugre*.”⁹⁶ Estes podiam ser encontrados “principalmente nos municípios de Piraquara, S. José dos Pinhães, Campina Grande, Arraial Queimado, Coritiba, Campo Largo, Palmeira, Castro e Tibagi.” Além disso, em suas adjacências, frequentemente eram localizadas “panellas de argila e pedaços destas; macha dos de pedra polida; pontas de flechas de quartzo lascado; mós, de pêra polida para pilão ou almofariz.”⁹⁷

Na região de Curitiba, mais especificamente onde hoje se localiza o atual bairro Boqueirão, o autor relata que: “existiam em nosso tempo de menino, duas destas covas; diziam os velhos d'aquelle tempo, que taes covas tinham servido para moradas de bugres ou para depósitos de guardar pinhões.”⁹⁸ A partir de meados do século XX surgiram outros relatos de achados ocasionais de material arqueológico em escavações de obras de melhorias urbanas, mesmo em regiões centrais do município. Em 1955, na rua Júlia Wanderley no bairro Mercês, foram encontrados artefatos de pedra por funcionários da prefeitura, e na década seguinte, foram localizados no centro da cidade um pilão de pedra na rua Marechal Deodoro, próximo ao prédio da Receita Federal, e uma mão de pilão rua XV de novembro, próximo ao antigo prédio dos correios.

Alguns supuseram que tal ocorrência próxima desses registros pudesse indicar “a existência de um sítio arqueológico entre as duas ruas e sob as edificações, calçadas e asfalto.”⁹⁹, o que não pode ser devidamente observado com a continuidade e finalização da obra. Entretanto, diante desse tipo de material, escasso e muitas vezes em situação de degradação, não se podia chegar a conclusões definitivas. Para tanto, seria necessária a identificação, amplas pesquisas e o monitoramento de um sítio na região que revelasse além dos vestígios característicos dos achados fortuitos, informações sobre, por exemplo,

⁹⁶ BORBA, Telêmaco. *Actualidade indigena*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908. p. 126

⁹⁷ Id. *ibid.* 130.

⁹⁸ Id. *ibid.* p. 126-127.

⁹⁹ Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Operação Urbana Consorciada Linha Verde – Curitiba - PR. 2011. op. cit. p. 56.

“uma antiga aldeia indígena, habitação neobrasileira (cabocla) ou estabelecimento português.” ¹⁰⁰

Essa oportunidade emergiu a partir da década de 60 com estudos realizados no âmbito do PRONAPA, principalmente quando foram estudadas áreas na região do alto e médio rio Iguaçu de maneira mais ampla. Foram identificados sítios arqueológicos em municípios próximos a Curitiba, Balsa Nova, Porto Amazonas, Palmeira e Lapa, e arredores. Dos 45 sítios definidos naquele momento, “29 foram vinculados à tradição Tupiguarani, 8 à Tradição Itararé e 6 à tradição Neobrasileira. Dois correspondiam a sítios líticos e foram relacionados a tradição pré-ceramista.”

¹⁰¹ Aliás, no caso da região de Curitiba, assim como em outras regiões, a divisão entre pré-ceramistas e ceramistas pode ser referida também a pelo menos dois momentos cronologicamente distintos da ocupação humana na região previamente aos conquistadores. Os pré-ceramistas tiveram seus vestígios registrados no planalto Curitibano principalmente pela tradição Umbu, que teve um de seus sítios datados em 1420 A.P, entretanto, Chmyz salienta que outros sítios dessa mesma tradição, “situados no Segundo Planalto, forneceram datas entre 2670 AP e 755 AP, podendo ser mais antigos uma vez que a data de 3110 AP foi registrada no médio Iguaçu.” ¹⁰²

O primeiro sítio registrado na região, em 1964, identificado como PR CT 01: Rio Bacacheri, já demonstrava a presença de grupos ceramistas Além das valiosas informações arqueológicas sobre a tradição Tupiguarani, esse sítio potencializou a discussão sobre o provável local do primeiro núcleo povoador/conquistador em Curitiba, assim como, as discussões sobre a relações entre índios e não índios no século XVII no planalto curitibano. Entre os achados, situam-se fragmentos de uma estátua antropomórfica e recipientes cerâmicos, sendo que em uma vasilha encontrada foi observado “o uso de técnicas indígenas na sua confecção, associada à européia”. Devido a esse e outro fatores, como veremos mais a frente, Chmyz o pontua como o local provável do início ocupação, “em contraposição ao local

¹⁰⁰ CHMYZ, Igor. Arqueologia de Curitiba. In: Boletim Informativo da Casa Romário Martins. v. 21, n. 105, junho de 1995. Curitiba: origens, fundação, nome. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba. p. 6.

¹⁰¹ Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. op. cit. 2011. p. 16.

¹⁰² CHMYZ, regate linha verde. P. 17

indicado pelos historiadores, situado no Atuba, pois abordagens arqueológicas nele executadas em 1987 nada evidenciaram.”¹⁰³

Um segundo momento de grande crescimento nas informações arqueológicas regionais se deu em meados da década de 1980, principalmente com os Projetos de Salvamento Arqueológico que foram executados em diversas áreas do rio Passaúna. A equipe de pesquisadores constatou a existência de inúmeros sítios e vestígios de populações ceramistas, Jê Meridional e Tupi-guarani, que, segundo as datações, às vésperas do início da conquista portuguesa, ocupavam conjuntamente o planalto curitibano¹⁰⁴, o que nos leva a questionar os tipos de relação que poderiam ter se estabelecido entre esses grupos, tradicionalmente descritos como inimigos. Para a tradição Itararé, “Ao lado do atual Reservatório do Rio Passaúna, em Campo Largo, o sítio PR CT 53 foi datado em 500 AP”; para a tradição Tupiguarani, “O sítio PR CT 54, localizado na área do Reservatório do Rio Passaúna, em Campo Largo, foi datado em 570 AP.”¹⁰⁵ O quadro cronológico da ocupação humana preteria a fundação de Curitiba, resumidamente, indica que:

Os mais antigos caçadores-coletores pertencentes à tradição arqueológica Umbu, detentores de pontas de flechas e outros artefatos de pedra lascada usados para cortar, raspar, furar e cavar, foram identificados através das evidências que deixaram nos sítios PR CT 37, 104 e 112. Estes foram sucedidos por grupos ceramistas-horticultores; primeiramente, pelos da tradição arqueológica Itararé (sítios PR CT 38, 73, 75, 77, 81, 101, 107, 108 e 111) e depois pelos da tradição Tupiguarani (sítio PR CT 42).¹⁰⁶

2.2 O CENÁRIO DO CONTATO E *CONQUISTA* NO PLANALTO CURITIBANO

A ocupação portuguesa do planalto curitibano, em meados do século XVII, se refere também em muitos aspectos a acordos e alianças estabelecidas junto aos indígenas que habitavam o litoral e os sertões de Paranaguá, como ficaram conhecidas a região da serra do Mar e os territórios para além dela. No entanto, tanto no planalto paulista como mais tarde no curitibano, os movimentos *serra*

¹⁰³ Id. *ibid.* p. 54-55

¹⁰⁴ CHMYZ, Igor. *Arqueologia* 1995 op. cit.. p. 43.

¹⁰⁵ CHMYZ, resgate. P. 19-20

¹⁰⁶ Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Operação Urbana Consorciada Linha Verde – Curitiba - PR. op.. cit. 2011. p. 83.

acima, a partir do litoral, eram lentos e incipientes, principalmente se comparados ao estabelecimento de feitorias e núcleos litorâneos.¹⁰⁷

Segundo uma conhecida passagem do Frei Vicente do Salvador, publicada na sua obra *História do Brasil* em 1627, apesar dos portugueses serem grandes conquistadores de terras, no caso do Brasil, “contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos.”¹⁰⁸ O religioso se referia por um lado a dificuldade de se embrenhar nos desconhecidos sertões, e por outro, da comodidade dos portugueses em seus domínios, que, inicialmente, se desenrolavam unicamente através de feitorias ao longo da costa que recebiam apoio pontual de grupos certos indígenas.

Na capitania de São Vicente os primeiros movimentos *serra acima* se intensificam com o início das expedições mineradoras a partir de achados nos leitos de rios do litoral, levadas a cabo essencialmente com a mão de obra indígena em praticamente todas as suas etapas. Porém as riquezas que provinham das grandes minas de ouro encontradas pelos espanhóis no Peru, cujas notícias se disseminaram rapidamente pela Europa, contrastavam enormemente com os pequenos resultados obtidos na mineração portuguesa dos séculos XVI e XVII. Em linhas gerais, a modesta exploração de ouro por aluvião na capitania de São Vicente decaiu já no início do século XVIII, em parte, devido aos decrescentes resultados da mineração de aluvião, mas principalmente, devido às grandes descobertas de metais e pedras preciosas na região de Minas Gerais, que passou a receber a grande atenção da corte portuguesa. Porém, mesmo antes da retração da mineração na Capitania de São Vicente, pode-se dizer que a maior parte dos exploradores que se dirigiam aos sertões tratava principalmente de escravizar indígenas, como descreveu Vicente Salvador:

[...] trazendo-os à força, e com enganos, para se servirem deles, e os venderem com muito encargo de suas consciências, e é tanta a fome que

¹⁰⁷ Além de cidades fundadas ao redor das minas, durante o período da União Ibérica (1580-1640) os portugueses adotaram o modelo castelhano de mineração, instaurando novas vilas e povoados com as notícias e boatos de descobertas de ouro, com o intuito específico de abastecer logisticamente a exploração mineradora.

¹⁰⁸ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* por Frei Vicente do Salvador. Livro Primeiro – Em que se trata do descobrimento do Brasil, costumes do naturais, aves, peixe, animais e do mesmo Brasil. Bahia, 20 de dezembro de 1627. p. 5. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000138.pdf>. Acesso em: 26/11/2013.

disto levam, que ainda que de caminho achem mostras, ou novas de minas, não as cavam, nem ainda as vêem, ou as demarcam.”¹⁰⁹

A informação nos leva a crer que os exploradores não as cavavam ou as demarcam por que muitas elas não interessam tanto, servindo mais como pretexto. Diversas amostras e remessas de ouro foram retiradas, entretendo o principal objetivo dessas expedições aos sertões era a prática do cativo indígena. As notícias das descobertas de metais e pedras preciosas serviram aos bandeirantes paulistas e demais predadores profissionais de cativos como principal argumento angariador de fundos e legitimador de suas bandeiras. Além de alimentar a demanda de mão de obra na própria mineração, ainda que esta fosse incipiente, tais expedições conquistadoras sustentavam principalmente a mão de obra indígena cativa nas vilas, fazendas e engenhos. A partir do século XVII, muitas dessas expedições rumaram em direção ao sertão dos Carijós, ou Guairá, como era conhecido o território limitado ao norte no rio Paranapanema, a oeste no rio Paraná, ao sul no rio Iguaçu e a leste pela serra do Mar, onde assaltaram reduções jesuíticas espanholas. Nas palavras de Monteiro,

[...] quaisquer que fossem os pretextos adotados pelos colonos para justificar suas incursões, o objetivo maior dos paulistas era claramente o de aprisionar Carijó, ou Guarani, que habitavam ao sul e sudoeste de São Paulo [...], porém incluindo também diversos grupos não Guarani.¹¹⁰

Lourenço Ribeiro de Andrade, em carta remetida ao Coronel Antônio Neves de Carvalho, no ano de 1797, salientava que já na década de 1640, quando os portugueses estavam embrenhados em conquistar e explorar definitivamente a costa da capitania de São Vicente, ouviram dos indígenas que cativaram ao sul de Paranaguá que nos sertões da região havia ouro. O futuro Capitão povoador da vila de Curitiba, Gabriel de Lara, sabendo da notícia, passou a cobiçar a região, tanto no sentido de encontrar o valioso metal, mas também, de sair a caça de gentios, “que era o maior cabedal daquele tempo.”¹¹¹

¹⁰⁹ Id. *ibid.* p. 7.

¹¹⁰ MONTEIRO, John Manuel. 1994. *op. cit.* p. 68.

¹¹¹ ANDRADE, Lourenço Ribeiro de. Carta de Lourenço Ribeiro de Andrade Remetida ao Coronel Luiz Antonio Neves de Carvalho. Vila de Curitiba, 30 de novembro de 1797. In: MOREIRA, Júlio E. Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba. à luz de novos documentos. Documento Anexo XXIV. pp. 143-145. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1972. p. 143.

2.2.1 OS ACORDOS, A CATEQUESE, O OURO E A ESCRAVIDÃO.

Não se deve subestimar a existência da manipulação da imagem das descobertas do ouro, já que este foi um argumento estratégico muito utilizado pelos colonos para burlar um crescente número de decretos e leis que proibiam o cativo indígena.¹¹² Desde 1539, uma Bula Papal escrita por Urbano VIII definia os *gentios* como potenciais cristãos, capazes de conversão e de catequese, o que inviabilizava o seu cativo com base nas acusações de heresia, se distinguindo nesse contexto semântico, por um lado o índio convertido, cristão ou aliado, por outro o *gentio*, ou convertido em potencial.¹¹³

Os confrontos e disputas pela mão de obra ou pelas almas dos indígenas, entre exploradores e jesuítas, estes últimos, são célebres nos estudos sobre o período. Tanto colonos, como os próprios enviados da Companhia de Jesus, demonstravam em muitos aspectos interesses ambíguos, pautados ora na escravidão do *selvagem*, ora na liberdade do *gentio*, alternado essas categorias e seus derivados de acordo com as necessidades do processo conquistador colonial.

Mesmo com as instruções da igreja que indicavam a catequese como a forma ideal de aproximação dos indígenas, nas terras brasileiras essa mão de obra representava a realização do projeto minerador, destacando-se, principalmente, como uma expressiva mercadoria dentro do sistema escravista. A catequização dos *gentios* também é constantemente associada à tese de que os portugueses, como verdadeiros conquistadores, eram também conquistadores dos povos que habitavam as terras de que se apossavam, portanto, responsáveis por trazer e impor a palavra de Deus. Esse esquema foi amplamente utilizado como argumento para o cativo, revelando mais uma das muitas ambiguidades do sistema colonial, em especial, das que tratavam das relações entre índios e brancos, “para converter, primeiro civilizar; mas proveitosa que a precária conversão dos adultos, a educação das crianças, longe do ambiente nativo; antes que o simples pregar da boa-nova, a policia incessante da conduta civil dos índios.”¹¹⁴ Trata-se, como veremos, de um esquema que escapa dos limites coloniais.

¹¹² MONTEIRO, John Manuel. 1994. op. cit. P. 61

¹¹³ MONTEIRO, John Manuel. 2001. op. cit. p. 20.

¹¹⁴ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify. p. 190

O padre Manuel de Nóbrega foi somente um dos que encontrou na sujeição e na “educação severa” dos indígenas pela espada o caminho para a catequese e civilização. Na sua visão dever-se-ia sujeitar e submeter o *gentio*, institucionalizando-se a perseguição pelas almas e pelos corpos indígenas, e regulamentando uma prática corrente. Buscava-se a escravidão legítima, tomada em guerra justa, que tratava de garantir o “serviço e vassalagem dos Índios” nos engenhos e criações de gado paulistas, repovoando segundo seus termos os territórios cobiçados, “já que não haja muito ouro e prata”¹¹⁵ O *Plano Civilizador* buscava amenizar os ânimos dos exploradores, mineradores, bandeirantes, colonos e administradores dos engenhos, ambiciosos por mão de obra cativa, mas também, respondiam ao clamor de missionários, que frequentemente se queixavam da inconstância apresentada pelos indígenas frente à catequização e ao cumprimento de uma vida convertida.

A notícia do bom andar da catequese, que se espalha nos primórdios dos trabalhos da Companhia de Jesus, logo é substituída por relatos que salientam a displicência e má vontade com que os *gentios* seguiam os ensinamentos bíblicos, “por mais que parecessem aceitar a fé cristã, não se desfaziam de seus costumes “desprezíveis” sob o olhar de um religioso, como a antropofagia, a poliginia e o xamanismo”.¹¹⁶ As queixas, em linhas gerais, não eram com relação a capacidade de aprendizado, contavam os religiosos, mas sobre o seu esquecimento e posterior regresso aos costumes habituais, “a palavra de Deus era acolhida alacremenente por um ouvido e ignorada com displicência pelo outro.”¹¹⁷ Afastada a possibilidade de problemas na compreensão, decidiram que o problema residiria “nas outras duas potências da alma: a memória e a vontade, fracas, remissas.”¹¹⁸ A opção pela conquista dos corpos paralela a conquista da alma, se dá em meio à conclusão jesuítica de que ao contrário dos dogmas espirituais enfrentados por estes na catequese com hinduístas no extremo Oriente, os indígenas das terras brasileiras não possuíam fé, religião ou lei, portanto precisavam ser previamente instruídos e preparados para a catequese. Essa instrução se daria, primeiramente através do medo, cinicamente descrito não como um aparato coercitivo, mas com a função de

¹¹⁵ LEITE, Serafim. Cartas dos primeiros Jesuítas do Brasil. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugal / Civilização Brasileira, 1938. V.2. p. 116.

¹¹⁶ SZTUTMAN, Renato .*op cit.* p.. 159.

¹¹⁷ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2011 *op. cit.* p. 184

¹¹⁸ Id. *ibid.* p. 188.

preparar a alma indígena para sua completa e definitiva imersão na vida cristã.¹¹⁹ É certo que o medo, a fome e a fragmentação de regimes e relações entre aldeias, se transformaram nas principais ferramentas no estabelecimento, por exemplo, dos pagamentos de *regastes* e da controversa escravidão voluntária.

Pode-se dizer que estes estavam imersos em um sistema onde o valor fundamental são as trocas, não a identidade, mesmo que sejam as trocas de identidades. Os portugueses são incorporados por esse regime, estabelecido de acordo com as figuras da alteridade Tupi: “deuses, afins, inimigos, cujos predicados se intercomunicavam”¹²⁰ Enquanto os conquistadores estavam imersos em debates ambíguos sobre a liberdade, escravidão e humanidade dos *gentios*, os tupi, por sua vez, buscavam alargar a condição humana, desejando nas trocas com esses outros, a atualização da relação, “uma possibilidade de autotransfiguração um signo da reunião do que havia sido separado na origem da cultura”¹²¹ Entretanto, na lógica conquistadora, os acordos estabelecidas entre índios e não índios no litoral serviam a interesses exclusivamente imediatistas, mantidas somente à medida que seus resultados continuassem lhes sendo favoráveis, principalmente, se a mão de obra cativa cooptada através desses pactos continuasse lhes sendo suficientes, nas palavras de Monteiro, os conquistadores partiam de uma idéia cínica, “de que os amigos de hoje podem tornar-se os escravos de amanhã.”¹²²

Apesar de não haver muita dúvida em relação à manipulação dos conquistadores de relações familiares e intertribais, deve-se notar que, para além de uma perspectiva exclusiva de subordinação ou insubordinação, essas polarizações e suas diversas variações revelam a participação de certos grupos indígenas em redes de acordos coloniais, bem como, “uma política indígena com estratégias próprias, fazendo uso da política indigenista.”¹²³ É certo que as guerras intestinas e o aprisionamento de seus contingentes inimigos alimentaram durante certo tempo a demanda de mão de obra cativa, mas ao mesmo tempo, a aproximação com os portugueses os favoreceu em diversos desses conflitos, ampliando territórios frente outros grupos, como salienta Mota, “alianças foram estabelecidas e rompidas, de

¹¹⁹ SZTUTMAN, Renato. *op cit.* p. 161

¹²⁰ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo, 2011. *op. cit.* p. 206

¹²¹ Id.

¹²² MONTEIRO, John Manuel. 1994. *op. cit.* 63

¹²³ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Imagens de índios do Brasil no século XVI. In: Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 48.

ambas partes fidelidades foram sacramentadas e traições meticulosamente planejadas.”¹²⁴ Além da inexperiência dos portugueses nesses territórios, seus contingentes paramilitares eram incipientes e em vias de formação. A permanência e a exploração dos recursos, desde os primeiros exploradores, pautavam-se na dependência completa dos acordos com os indígenas. Mesmo as maiores bandeiras paulistas, como salienta Monteiro, “dependiam desses intermediários, sobretudo na medida em que se distanciavam de São Paulo.”¹²⁵

Desde a metade do século XVI, diversas das incursões mineradoras/preadoras que rumaram *serra acima* cobiçaram os *sertões* de Curitiba, inicialmente, provenientes de núcleos populacionais próximos a cidade de São Paulo, via vale do rio Ribeira, e já em meados do século XVII, a partir de tortuosas trilhas que cortavam a serra do Mar, ligando os campos de Curitiba até recém-estabelecidos núcleos litorâneos, como a vila de Paranaguá. Ao que parecem, alguns desses caminhos provavelmente se originaram de antigas trilhas indígenas, “pois muitos coincidem com o sistema do Peabiru.”¹²⁶ As levas de colonizadores provenientes do litoral estabeleciam-se inicialmente na região da Borda do Campo, atual município de Quatro Barras – PR, de onde espreitavam os *sertões* de Curitiba e suas possíveis minas de ouro, segundo Romário Martins, “receiosos de uma entrada em terras da matta povoada de índios tidos por bravios desde quando, em 1535, a expedição levada as nascentes do Yguassú por Francisco Chaves, nunca mais regressou ao ponto de partida em São Vicente.”¹²⁷

A instalação de um núcleo populacional oficial, frente ao reino português, se deu somente com a entrada dos exploradores estabelecidos na Borda do Campo, tradicionalmente representada na figura do Capitão das canoas de guerra da Costa do Sul, Eleodoro Ébano Pereira¹²⁸, “com sua “gente armada” e com as suas “companhias de índios mineiros”, possivelmente constituindo o primeiro núcleo oficial para a coroa portuguesa.¹²⁹ Ocupar os campos de Curitiba significava para os mineiros e preadores de índios o estabelecimento de um ponto logístico nesse

¹²⁴ MOTA, Lúcio Tadeu. 2007. op cit p. 52.

¹²⁵ Id, ibid. 62-63

¹²⁶ CHMYZ, Igor; BROCHIER, Laércio Loiola. 2004. op. cit.. p. 44.

¹²⁷ MARTINS, Romário. Curityba de outr`ora e de hoje. Curitiba: Prefeitura Municipal, 1922. p. 90

¹²⁸ O capitão parece ter iniciado o recolhimento do *Quinto* nas minas de Paranaguá, imposto exigido pela coroa de Portugal sobre as minas de ouro, prata ou qualquer metal nos territórios ultramarinos, em fundição na Vila de Paranaguá.

¹²⁹ MARTINS, Romário. Curityba de outr`ora e de hoje. Curitiba: Prefeitura Municipal, 1922. p. 92-93

sertão, caracterizado pela ausência da influência do regime legal e fiscalizador estabelecido pela coroa, “livre de tais constrangimentos – *sem fé, nem lei, nem rei*, enfim”.¹³⁰ O mecanismo utilizado pelo equipamento colonial no reconhecimento, deslocamento e estabelecimento nesses territórios já havia sido estabelecido desde o século anterior, através de reações estabelecidas com os Carijós, como eram conhecidos pelos colonizadores os grupos Guarani que ocupavam e disputavam trechos da costa do atual litoral do Paraná.

A vistoria das minas era levada a sério pelos aparatos burocráticos portugueses, que constantemente fazia acareação das informações prestadas nos depoimentos do comandante da empreitada e dos outros participantes, prevendo sempre, possíveis desvios de remessas de ouro. Frente às declarações de Eleodoro das amostras de ouro, foram inquiridos diversos participantes da exploração e do reconhecimento geral da região das minas. O Capitão Antônio Nunes Pinto, foi somente um dos que testemunhou pelo conteúdo dos autos de vistoria dessas minas, salientando a presença de seus *gentios mineiros*, nas prospecções realizadas no Ribeirão das Pedras¹³¹, atual rio Atuba ou Bacacheri.

2.2.2 CARIJÓS, TAPUIAS E CONQUISTADORES

Uma imagem dupla sobre os indígenas rondava a mentalidade colonizadora de uma maneira geral. Em Curitiba, ao longo de todo período colonial, tais imagens estiveram associadas à manutenção de relações contraditórias, já que, os exploradores dependiam diretamente do conhecimento indígena e das facilidades que propiciavam tais relações, frente aos territórios e minas cobiçadas, mas também crescia a demanda do mercado de mão de obra indígena cativa. A presença de indígenas nos territórios era compreendida como a mão de obra em potencial, sinalizando a garantia de sucesso das incursões em terras desconhecidas, por outro lado, essa presença também era descrita com receio, frente o constante temor de ataques e invasões dos índios considerados *selvagens*. Esse temor se torna objeto de manipulação política ao longo de toda a *guerra de conquista*, como reforço ao repúdio que tinham alguns colonos de um estreito relacionamento com os “negros

¹³⁰ MONTEIRO, John Manuel. 2001. op. cit. p. 19.

¹³¹ Termo de inquirição de testemunhas tiradas em virtude do auto atrás: Capitão Antonio Nunes Pinto. In: Julio Estrela. Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba a luz de novos Documentos. Documento Anexo IX

da terra”, produzindo justificativas para assaltos aos territórios indígenas, através de acusações de ataques a fazendas e vilas isoladas, muitas vezes infundadas. Além disso, como já vimos, as notícias de descobertas de minas de ouro no período serviam, muitas vezes, mais aos interesses de bandeirantes e dos que lucravam com o comércio de mão e obra cativa.

O enorme complexo de classificações coloniais levantadas sobre os indígenas, bem como seus usos distintos promovidos pelos mais diferentes agentes, pode ser visualizado como uma variação pendular entre os polos leal/traíçoeiro, influenciados por essas imagens inconstantes. Os indígenas passam a ser descritos como selvagens ou civilizados (ou mesmo semicivilizados), bravos ou mansos, aliados ou inimigos, tupis ou tapuias, de acordo com a estratégia colonizadora, que por sua vez, é em parte influenciada de com a perspectiva dos aliados indígenas, nesse caso, grupos Tupiguarani. Justamente frente ao imenso temor dos grupos *selvagens*, em Curitiba, os povoadores foram terminantemente proibidos de habitar livremente os sertões, já que se assim o fizessem, não poderiam ser socorridos frente a ataques.¹³²

A distribuição de Sesmarias era restrita a aqueles que demonstravam capacidade de mobilizar recursos e administrados indígenas em prol do desenvolvimento de riquezas. Os administrados carijós representavam ao donatário das terras o potencial que tinha o sismeiro requerente de estabelecer efetivamente e garantir a manutenção e produtividade do território, ou seja, a mão de obra necessária para as benfeitorias, o trabalho com o gado e a terra, a mineração de ouro e pedras preciosas. Grandes contingentes cativos e acordos com lideranças indígenas representavam também a capacidade de se defender de invasões de *selvagens*, em sua maioria registradas como organizadas pelos Tapuia, ou Tapuio.

Em Curitiba, no ano de 1661, Balthasar Carrasco dos Reis, bandeirante possuidor de muito cativos, requisitou uma Sesmaria de meia légua na região do rio Bariguy, assim como, “hua legoa de sertão, ressalvando campos e banhados que não forem lauridos para si e seus herdeiros com suas entradas e saídas.”. No mesmo registro, o suplicante alertou para o fato de ser possuidor de grande número de administrados, tendo entrado constantemente nos sertões, onde frequentemente combateu hordas selvagens e escravizou grupos indígenas, “que tem trasido ao seio

¹³² Boletim do Archivo Municipal de Curitiba: Documentos para a história do Paraná. Vol. VII Fundação da Villa de Curityba. (Org) NEGRÃO Francisco. Curitiba: Livraria Mundial, 1922. p. 6.

da igreja e da civilização.¹³³ Ser possuidor de grande escravatura indígena significava também o acesso legal a largas porções de terras junto aos sertões da vila, onde haviam *correrias* de selvagens e *gentios da língua travada*. Esse parece ter sido justamente o motivo pelo qual a petição de Balthasar foi aceita pelo mor Governador do Rio de Janeiro, Salvador Correa de Sá e Benevides. Segundo consta no registro, o suplicante teria “ajudado nas guerras da capitania com sua pessoa e seus administrados nos vários ataques”, além disso, podia garantir a segurança da região. Sua terra ficou fixada “partindo do Rio Mariguy, onde tem sua fazenda, a começar onde acabão as terras de Matheus Leme fazendo meia légua de testada por uma légua de sertão, ressaltados os direitos de terceiros.”¹³⁴

Outro ofício, datado de Setembro de 1668, ilustra o momento em que o Capitão Povoador Matheus Martins Leme requisitou ao Capitão Mor Gabriel de Lara uma Sesmaria de terra em uma região próxima, descrita como Bariguy. Novamente, ao contrário da lei estabelecida para o não povoamento do Sertão, o pedido do requerente foi prontamente atendido, já que, segundo Gabriel de Lara, Mateus Leme não detinha de terras suficientes para trabalhar, além de ser “possante de pessas”, ou seja, possuidor de grande escravatura, evidentemente indígena.¹³⁵ O estabelecimento de colonos na região que futuramente se chamaria Curitiba, sem dúvidas, possibilitou que os territórios do interior do Paraná passassem a ser sistematicamente explorados. Além disso, estabeleceram-se novos contornos para uma *zona de contato*, caracterizada por novas relações entre grupos indígenas “desconhecidos” pelos colonizadores. Nesse tipo de *zona de contato*, além dos indígenas aliados dos conquistadores, destaca-se a figura dos indígenas *selvagens*, descritos por alguns como “gentios da língua travada”, ou ainda, como mais frequentemente se lê nas fontes quinhentistas e seiscentistas, Tapuias. Estes são sempre associados aos espaços desconhecidos pelos conquistadores, e paralelamente, inimigos dos indígenas aliados. Na medida em que se desenrolam as relações estabelecidas entre portugueses e os Tupi, os tais Tapuia são descritos cada vez mais de forma pejorativa.

Os colonizadores, na verdade, embrenhavam-se em meio a uma disputa muito mais antiga do que a presença européia nas terras brasileiras, adotando as

¹³³ Id. *ibid.* p. 9

¹³⁴ Id. *ibid.* p. 10

¹³⁵ Id. *ibid.* p. 5 – 6.

considerações Tupi sobre outros grupos indígenas. Como demonstra Monteiro, muitos escritores coloniais mimetizavam as informações de seus aliados tupis: “costumavam projetar os grupos tapuias como a antítese da sociedade tupinambá, portanto descrevendo-os quase sempre em termos negativos.” ¹³⁶ O já citado Vicente do Salvador, argumentou ao discorrer sobre os diversos grupos indígenas que, “Os mais bárbaros se chamam *in genere* Tapuias, dos quais há muitas castas de diversos nomes, diversas línguas, e inimigos uns dos outros.” ¹³⁷

2.2.3 A FUNDAÇÃO DE CURITIBA E OS ÍNDIOS

Os registros documentais produzidos em meio à exploração e conquista portuguesa do território, carecem de avaliações e interpretações contemporâneas. Esse material pode auxiliar na composição de um quadro mais seguro da ocupação prévia e contemporânea à conquista portuguesa, já que, ainda hoje, são insistentemente divulgadas imagens simplistas sobre o contato entre índio e não índios no planalto curitibano, quando não se discorre sobre a inexistência dos primeiros na região nesse momento. Entretanto, nem o panorama do vazio demográfico, nem o que salienta a ausência de fontes sobre o tema são argumentos suficientes para o atual panorama. A imagem tradicional da terra vazia, frequentemente evocada para explicar a ocupação portuguesa, nem de longe se assemelha com a provocada diante da intensa movimentação e fixação de grupos caçador-coletores e de indígenas que dominaram essa região imemorialmente, visualizada através dos registros arqueológicos e, se devidamente observadas, nas mesmas fontes coloniais.

O equívoco daqueles que justificam a ausência de indígenas na região, ou pelo menos de seus registros nas fontes, decorre de leituras simplistas das mesmas, que, ou se deixam levar exclusivamente pelos meandros burocráticos e institucionais da legislação portuguesa, muitas vezes adotando a perspectiva colonizadora, ou que buscam exclusivamente a menção explícita aos indígenas em fontes permeadas pelas mais profundas políticas de omissão. Júlio Estrella Moreira argumenta que em meio aos registros da ocupação conquistadora, “não se encontram topônimos indígenas nos acidentes geográficos do Planalto, apenas o nome “Curitiba”,

¹³⁶ MONTEIRO, John M. 2001 *op. cit.* p. 18.

¹³⁷ SALVADOR, Frei Vicente do *op. cit.* p. 16.

designativo dos campos dessa região, era conhecido.”¹³⁸ A este suposto vazio de topônimos indígenas – “rios e riachos eram genericamente conhecidos como Ribeiros” –, Moreira atribuiu a própria ausência de indígenas, que ou haviam sido previamente escravizados ou se refugiado nos sertões.¹³⁹ Porém, se por um lado percebe-se a ausência de Topônimos indígenas nos documentos dos primeiros reconhecimentos oficiais portugueses no território (principalmente as vistorias de minas), o mesmo não ocorre atualmente, já que, como se supõe, “tais grupos não só existiam como teriam dado origem aos nomes de Curitiba, Barigui, Canguiri, Cajuru, Capivari, Capanema, Guabirotuba, Piraquara, Itaperuçu, Tatuquara, Uberaba, Xaxim, entre outros.”¹⁴⁰

A menção a grupos indígenas que ocupavam o planalto curitibano, conta ainda com muitas versões de uma história, que discorrem sobre um grupo de indígenas Tindiquera, liderados pelo cacique Tinguí, que teriam facilitado e informado o melhor local para a instalação definitiva da vila de Curitiba. A historieta, republicada por diversas vezes, carece de registros que a informem, sendo transmitida, se supõe, oralmente através de gerações. Segundo Romário Martins, na sua obra *História do Paraná*, os Tinguí:

Dominavam, no século do descobrimento do sertão, Campos de Curitiba, partir da encosta ocidental da Serra do Mar (São José dos Pinhais, Piraquara, Campo Largo, Araucária, Tamandaré, Colombo, Campina Grande e Rio Branco). Os Tinguí (“Tin” “gui”, nariz afinalado) não hostilizavam os aventureiros pesquisadores e exploradores de ouro que se estabeleceram com arraiais no Atuba e na chapada do Cubatão, inícios da formação de Curitiba. Deixaram-se ficar pelas imediações desses primeiros núcleos de população branca e foram serviçais nas explorações auríferas, dos sítios de criação de gado, etc. Seus mestiços ainda constituem parte da população de vários dos municípios acima citados e se ufanam de sua ascendência. Não vai longe o tempo em que o caboclo de Araucária e de Tamandaré avisava o contedor de suas rixas: “*Cuidado que eu sou Tinguí!*” Tindiquera é a antiga denominação de Araucária, e quer dizer “*buraco de Tinguí*”, pois estes índios tinham suas habitações em covas abertas no chão, em pleno campo. Os mapas espanhóis os denominavam *Mbiazaís*, localizando-os nas mesmas posições indicadas acima.¹⁴¹

Como outros, o autor atesta nessa versão que os Tinguí eram membros da família Tupi, apesar de descrever que estes viviam em *buracos de bugre*,

¹³⁸ MOREIRA, Júlio E. Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba. à luz de novos documentos. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1972. p. 31.

¹³⁹ id

¹⁴⁰ CHMYZ, Igor; BROCHIER, Laércio Loiola. op. cit. p. 42 -43

¹⁴¹ MARTINS, Romário. História do Paraná. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. p 31-32.

construções atribuídas na verdade à família Jê Meridional. Na história, os Tingui não só eram pacíficos, como teriam solicitamente servido aos portugueses, sem resistência ou necessidades de negociações. Essa história, mais do que esclarecer qualquer questão sobre a ocupação pré-conquistadora nos campos de Curitiba, serve mais como uma engrenagem eugenistas, que se perpetua por toda a obra do autor. Nesse caso, como salienta Szvarça, “os traços étnicos do indígena demonstram não só a possibilidade de sua eugeniização, como a transmissão da inteligência, espírito de independência e liberdade ao tipo brasileiro, via mameluco, mestiço viril de qualidades incomparáveis.”¹⁴² Os Tingui de Romário Martins, como os europeus, tinham narizes finos, (“Tin” “gui”, nariz afinado), “característica fenotípica favorável a eugeniização”¹⁴³

O autor parece reproduzir e promover uma antiga história, que até onde pudemos investigar, foi primeiramente descrita por Antônio Vieira dos Santos em 1850, na sua obra *Memória Histórica de Paranaguá*, que expõe cronologicamente informações sobre a região de maneira meramente factual. A notícia da formação de Curitiba, que nos dá Vieira dos Santos, parte da fixação dos primeiros exploradores de ouro instalados às margens do rio Atuba:

[...] querendo os moradores mudá-la de lugar, para onde hoje está a cidade, convidou um cacique de uma horda de índios que moravam as margens do Iguaçu, para consultar e designar o lugar. Para isso, este viera com a sua gente e, examinando o lugar onde os colonos pretendiam fazer o assento de sua povoação e trazendo na mão uma grande vara, fincou-a no chão e virando-se para os colonos: ‘Aqui’ E nesse lugar formaram uma capelinha para culto religioso, lugar onde existe a igreja matriz de N. S. da Luz.”¹⁴⁴

Outra versão descreve que os conquistadores quando entraram nesses territórios teriam encontrado os Kaingang nesses, tendo inclusive, relatado uma possível origem Kaingang para o nome da cidade, “Cury-Tim” - “Cury-vamos, Tim-depressa”, ou “Cury-tim! (Vamos embora!)”. Romário Martins foi um dos principais responsáveis pela divulgação de tais informações, que, como outras narrativas sobre o tema, são repletas de delírios românticos, próprios do indianismo, e mais

¹⁴² SZVARÇA, Décio Roberto. O forjador: ruínas de um mito Romário Martins (1893 – 1944). Curitiba: PPHIS -UFPR (Dissertação de mestrado), 1993. p. 63

¹⁴³ Id. ibid p. 112

¹⁴⁴ SANTOS, Antonio Vieira. Memória Cronológica Topográfica e Descritiva da Cidade de Paranaguá e de seu Município. (1850). *Apud*. MACEDO, Azevedo F. R. Conquista Pacífica de Guarapuava. Curitiba: GERPA, 1951 p 28.

próprios ainda, do *paranismo* que o autor lutava por instituir. Entretanto, ao que parece, além de receber frequentemente indígenas no Museu Paranaense em Curitiba, Romário Martins visitou algumas aldeias Kaingang próximas ao rio Iguaçu, onde coletou diversas histórias e narrativas indígenas, principalmente do cacique Paulino Arakchó, ou Arak Xó:

O primeiro Arakchó, o dominador da chapada destes campos immensuraveis, que ilhavam, como um oceano, lindos capões de araucárias, voitou-se para o aventureiro branco e lhe falou assim :- "Toma tu, irmão ,pósse plena destas terras que ambicionas e falas florescerem com a tua Cultura. Como agora os Caigangs, a habitaram os Abapanys e os Tinguys e antes deiles só o teu Tupan sabe quem as possuiu. Tribus pelejaram por ellas, pela sua belleza, pela sua abundancia, pela sua posição a beira do planalto, os primeiros brancos que aqui vieram, aqui ficaram para sempre, e dormem e dormirão eternamente no seu seio. Outros, porém, dominaram, por fim, o litoral. Ali ergueram seus Tapuhys, e vão e vem, nas suas pirogas. Não nos mette medo a visinhança. Nós os afundariamos nas águas, si o quizessemos, pois somos quantos forem preciso para isso. Mas a terra é immensa e nella cabemos todos: os que já estão e os que hão de vir. Fica, irmão, nós te deixamos o que ambicionas. Nós é que partimos para outras plagas, que outros mais tarde desejarão porque são ainda mais bellas, e quando outros sobre outros as quizerem, acamparemos nos valles dos grandes Rios do Oeste, nas regiões da floresta mysteriosa, mais bellas ainda! O nosso destino é como o teu. Todos nós viemos d'outras terras, ou nós ou nossos antepassados. Fica tu, agora, onde estamos, ja que assim o queres. Ergue aqui a tua civilização e os que ainda hão de vir ergam as suas". Calou-se então, o cacique de cem tribus de Caigangs. E solenne na sua túnica branca de beduino, magestático e incisivo, olhou ainda uma vez para os pinheiraes, e comandou - "Cury-Tim" [Cury-vamos, Tim-depressa}. As buzinas buzinaram, roucas e profundas, como vozes estranhas que partissem das entranhas da terra. As tribus se movimentaram lentamente, se accumulando e se subdividindo até formarem marcha a um de fundo, como um carreiro de grandes formigas, numa linha sinuosa pela gramma da chapada afora e pelas bordas das coxilhas e pelas margens do Yguassú' , até desapareceram, ao fim do dia, no horizonte, onde o sói, ja sumido também projetava apenas um clarão.¹⁴⁵

Nesse trecho, que mais "Parece o desenrolar da cena final de um grande filme épico" ¹⁴⁶, o conquistador ocupa o território sem muitos esforços. Passivo, observa os Kaingang saírem dos campos de Curitiba em direção ao interior. Os mesmos indígenas são representados ora pelo cacique Tinguí, ora pelo ancestral Arak Xó. Tais imagens não são suficientes por si só para traçar mapas de territorialidade e ocupação desses grupos na região, já que esses relatos, além de transitórios e inconsistentes, demonstram descontinuidades enormes com o

¹⁴⁵ MARTINS, Romário. Curityba, capital do estado do Paraná. Curityba : I Ilustração Paranaense, 1931. não paginado.

¹⁴⁶ SZVARÇA, Décio Roberto. op. cit. p. 97

conhecimento etnológico, arqueológico e das fontes coloniais. Não há aqui como delimitar onde começa o suposto testemunho do cacique, e onde começam os devaneios do autor. Com isso, resta agora resgatar uma imagem mais sólida da presença dos Jê Meridionais, ou mesmo dos Kaingang, em meio a conquista do planalto curitibano.

2.2.4 BURACOS DE BUGRE - GUAIANÁ – KAINGANG: UM ELO

No ano de 1557 e 1587 foram publicadas duas preciosas fontes sobre indígenas que habitavam os sertões na capitania de São Vicente. Tratam-se respectivamente de: *Viagem ao Brasil*, do alemão Hans Staden, popular a época e contemporaneamente pelo relato do seu cativo entre os tupinambás; e o *Tratado Descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares de Souza, obra que trás muitas informações sobre as impressões do português sobre os indígenas dos territórios brasileiros, cuja linguagem além de descrever, parecia tomar posse dos territórios.

Em Staden os Guaianá aparecem como os habitantes de serras: “Por detrás da serra há um planalto. Descem bonitos rios e há nela muita caça. Na serra há uma casta de selvagens que chama Wayganna” Ao descrever os Tupinambás que viviam próximos aos rio Paraíba do Sul, salienta que nas serras próximas viviam seus inimigos chamados Guaianá.¹⁴⁷ Um mapa produzido supostamente através de sua orientação, descreve os Guaianá como os habitantes dos sertões de São Vicente. (Anexo 4) A localização anotada por Staden – “neste lugar vivem os Guaianá” –, cercados por grupos Carijós, Tupinambás e Tupiniquim, nos limites da serra do mar e dos planaltos, indica no mínimo uma região próxima, ou muito parecida, com a região também planáltica de Curitiba. O autor os descreve, a partir da perspectiva dos Tupinambás, inimigos dos Guaianá à época: “estão em guerra com todas as outras nações e quando apanham algum inimigo o devoram [...] São mais cruéis com seus inimigos do que os seus inimigos com eles.”¹⁴⁸ Entretanto, até Gabriel Soares de Souza diverge desse último relato. Segundo esse autor, estes se distribuíam desde Angra dos Reis até o rio Cananéia, onde frequentemente entravam em disputas com os Carijós.

¹⁴⁷ STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil* São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 135-137

¹⁴⁸ Id. *ibid.* p. 135-136

Na versão de Souza, os Guaianá não se encaixavam nas muitas descrições dos Tupi da costa, que narravam a prática da antropofagia entre esses povos, como apontado por Staden. Ao contrário, não eram antropófagos – antes, “são inimigos da carne humana” – nem mesmo matavam seus cativos ritualmente na aldeia, entretanto, faziam escravos. Além disso, Soares descreve que viviam “em covas pelo campo debaixo do chão, onde têm fogo de noite e de dia, e fazem suas camas de rama e pelles de alimárias que matam”, e sua linguagem, “é diferente da de seus vizinhos, mas entendem-se com os *Carijós*”.¹⁴⁹ Este último elemento, praticamente de forma isolada, foi interpretado por alguns como sendo a prova de que os Guaianá eram na verdade Guaranis. Entretanto, como demonstram os registros arqueológicos na região do planalto curitibano, ocupações contemporâneas ocorreram de grupos relacionados a tradição Tupi-Guarani, provavelmente Guarani, e grupos relacionados a tradição Itararé/Taquara. Pode-se supor, que alguns desses grupos, além de relações de conflito, estabelecessem acordos temporários, contexto que não impossibilitaria a apreensão e certo aprendizado sobre ambas as línguas.

Telêmaco Borba na sua obra *Actualidade Indígena* (1908), salienta que, se está correta a descrição de Gabriel Soares de Souza, os indígenas que habitavam os campos do estado eram os Guaianá: “devemos atribuir a elles os restos archaeologicos que são encontrados dispersos, e, mais frequentemente nos logares que lhes serviam de paradeiro ou habitação.”¹⁵⁰ Para o autor, tratavam-se de grupos guarani, “com a denominação de Guaianases no campos, e Carijós no littoral”¹⁵¹, já que, supostamente, “os kaingangues e coroados, do Paraná, Rio Grande do Sul e S. Paulo, não eram conhecidos, ao tempo da descoberta dos exploradores da costa nem dos do interior.”¹⁵² Contudo Borba divergia de alguns pesquisadores de sua época, principalmente Capistrano de Abreu e Von Iherin, para quem, Guaianá, era o nome que se dava a grupos não Tupi nos primórdios da colonização. O debate era centralizado sobre os indígenas que ocupavam o planalto e litoral paulista, especificamente na figura de Tibiriçá, descrito como Guaianá, cujos subordinados habitavam Piratininga, que formou o primeiro núcleo populacional da cidade de São

¹⁴⁹ GABRIEL SOARES DE SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil 1557. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (org.). 2ª ed. Rio de Janeiro TYPOGRAPHIA DE JOÃO IGNACIO DA SILVA 1879. p. 90

¹⁵⁰ BORBA, Telêmaco. *Actualidade indígena*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908. p. 126

¹⁵¹ Id. *ibid.* p. 125

¹⁵² Id. *ibid.* p. 126-127.

Paulo. Nesse sentido, como bem salienta Monteiro, “Estava em jogo o mito de origem da sociedade paulista que, desde o século XVIII, pautava-se numa série de afirmações sobre os Guaianá de Piratininga e sobre as origens Tupi da grandeza de São Paulo.” ¹⁵³

O que Borba faz, é contribuir com a inserção do planalto curitibano e dos campos gerais no debate, opondo-se formalmente aos autores acima citados, salientando que as diferenças linguísticas e culturais entre os Guaianá dos cronistas do século XVI, e os Kaingang com quem se relacionou em seu tempo. Aceitar que as origens de povoados como Curitiba e São Paulo, se deram junto a relações entre os primeiros povoadores portugueses e algum grupo Jê Meridional, seria inadmissível e vergonhoso, já que estes, segundo Borba:

[...] são de caracter altivo, independente, refalsados e trahidores; trucidam todos os prisioneiros adultos, homens e mulheres, conservando como escravos os menores. [...] mostraram-se sempre inimigos dos brancos, assaltando-os traiçoeiramente e trucidando-os em suas vivendas, roças e pelas estradas. ¹⁵⁴

A visão dos Guaianá como Tapuia, desafiava todo um modelo proposto de nacionalidade que se refletia na unidade Tupiguarani, forjado desde meados do século XIX por autores como Martius e Varnhagen. A perspectiva encontrava-se amplamente difundida nos primórdios da República, que no caso de São Paulo, referia-se “a imagem do robusto e valente Guaianá como precursor tupi-guarani do povo paulista.” ¹⁵⁵ Entretanto, nessa época foram retomados e iniciados novos conflitos entre colonos e índios Kaingang em São Paulo e nos estados do sul, com novas levas conquistadoras nesses territórios, para alguns, seria inadmissível relacionar esses selvagens “resistentes”, aos indígenas que primeiro receberam os portugueses em seus territórios, seja o caso de Tibiriçá em São Paulo, ou do cacique Tingui e os seus em Curitiba. De toda forma, se o que se buscava era a construção de um passado glorioso, projetado sobre a égide de uma miscigenação e embranquecimento, “o espelho Kaingang não proporcionava o retrato desejado.” ¹⁵⁶

Apesar de algumas insistentes negações, os Guaianá são historicamente correlacionados com os atuais Jê Meridionais, Kaingang e Xokleng. Através do

¹⁵³ MONTEIRO, John Manuel. 2001. op. cit. p. 180

¹⁵⁴ BORBA, Telêmaco. *Actualidade indígena*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908. p. 129.

¹⁵⁵ MONTEIRO, John Manoel. 2001. op. cit. p. 181.

¹⁵⁶ Id. *ibid.* 183.

mapeamento das informações de fontes históricas como, Gabriel Soares e Staden, de etnografias e debates do final do século XIX e começo do XX, e principalmente, com o cruzamento de tais informações com recentes avanços na bibliografia arqueológica sobre os Jê Meridionais, pode-se visualizar “os elementos para a caracterização cultural e espacial do Xokleng e Kaingang e seus antepassados ‘Guaianá’, ‘Botocudos’, ‘Coroados’, ‘Gualacho’ etc.”¹⁵⁷ O vocábulo Guaianá, Guayanã, ou mesmo, Wayanná, foi descrito pelo padre Anchieta como sendo de origem Tupi, servindo a estes para indicar um povo manso, “guaya (manso, brando, pacífico), e nã (na verdade, certamente).”¹⁵⁸ Como salienta Teodoro Sampaio, em meio ao debate sobre a filiação étnica e linguística do grupo no século XIX, não se tratava de um etnônimo de um grupo específico, mas sim, de uma popular definição dos Tupi e Guarani a grupos contrários, inimigos ou mesmo submissos, tal qual o binômio Tupi/Tapuia, “fossem elles aparentados ou não, fossem da mesma nação ou de geração mui diferente.”¹⁵⁹

Apesar das imagens que apontam para a bonança dos indígenas em se retirar dos territórios ocupados, em aceitar livremente e auxiliar os conquistadores, ou de que tais regiões eram ocupadas exclusivamente por grupos Tupiguarani, podemos concluir que a região do planalto curitibano apresentava um intenso fluxo de grupos indígenas distintos, que não pode simplesmente ser descrito de acordo com a noção exclusiva de uma ocupação Tupi-guarani ou Jê Meridional. Certamente, até os séculos XVI e XVII, os grupos Kaingang também habitavam territórios próximos a regiões da Serra do Mar, assim como, os territórios que atualmente compreendem a cidade e região metropolitana de Curitiba, em geral, o planalto curitibano, como pode-se perceber no mapa de Staden. Com o incremento das incursões e bandeiras portuguesas, muitos grupos “foram se refugiando no oeste, ao longo da Serra Geral [...] nas regiões onde antes se localizavam reduções jesuíticas, nos vales das principais bacias.”¹⁶⁰, o que ao menos nos remete ao mito

¹⁵⁷ NOELLI, Francisco Silva. Os Jê do Brasil Meridional e a antiguidade da agricultura: elementos da linguística, arqueologia e etnografia. In: Estudos Ibero-Americanos. PUC-RS, v. 23, nº 1, junho, 1996.16

¹⁵⁸ Sampaio, Theodoro. 1897. A nação Guayanã da Capitania de São Vicente. *Revista do Museu Paulista*, vol. II, p. 115-128. São Paulo: Typ. a Vapor de Hennies Irmãos. p. 127

¹⁵⁹ Id.

¹⁶⁰ TOMMASINO, Kimiye. A ecologia dos Kaingang da bacia do rio Tibagi in: Moacyr E. Medri. A Bacia do rio Tibagi. editores . -- Londrina, PR : M.E. Medri, 2002. p. 82.

relatado pelo cacique Arak Xó a Romário Martins, cuja análise precisa ainda ser mais aprofundada.

Da mesma maneira, os Xokleng, segundo Namblá Gakran, contam através dos idosos que antes do contato com os não índios, o seu território “se estendia do planalto até o litoral, aproximadamente de Porto Alegre (Rio Grande do Sul) até os campos de Curitiba e Guarapuava no Estado do Paraná, incluindo quase todo o centro-leste do Estado de Santa Catarina excetuando a orla marítima.”¹⁶¹ Se nem todos os Guaianá descritos nas fontes e crônicas ao longo do Brasil quinhentista eram Jê Meridionais, podemos pelo menos afirmar que aqueles que viviam em casas subterrâneas, cujos registros são descritos desde Gabriel Soares no século XVI e Borba no final do XIX e início do XX, possivelmente eram grupos Jê Meridionais, Kaingang ou Xokleng, que ocupavam esses planaltos, campos e até pequenas porções litorâneas, onde certamente comercializavam e estabeleciam relações com portugueses e grupos Tupiguarani.

Para Alberione dos Reis, as evidências a serem analisadas quanto a uma analogia entre buracos de bugre/Guaianá/Jê Meridional são as seguintes: o ambiente ocupado, que é caracterizado pelas mesmas terras altas, campos, pinheirais, encostas de morros florestadas como a serra do mar, várzeas e pequenas porcos do litoral atlântico; a construção em si dos buracos de bugre, além de “taipas, galerias, terraços de terra ou pedra, montículos mortuários e/ou cerimoniais (aterros)”; os sistemas de aldeias observados, assim como acampamentos, engenharia da terra e abrigos sobre rocha; a própria cultura material, cerâmica, lítica, restos vegetais, que são encontrados em alguns buracos de bugre; a relação econômica com os recursos, e geral, caça e coleta, pesca e a agricultura; a sazonalidade da ocupação; a visualização de contatos interétnicos; e finalmente, uma possível ligação étnica entre o grupo Jê, tendo sua remota ancestralidade nos Guaianá.¹⁶²

Independente de todas as discussões e debates levantados contrariamente a filiação Jê Meridional aos Guaianá, como o faz Plínio Ayrosa¹⁶³, segundo Monteiro, basta uma leitura crítica das fontes coloniais, “para confirmar que os Guaianá

¹⁶¹ GAKRAN, Namblá. Aspectos Morfossintáticos da Língua Iaklãñõ (Xo!):leng “Jê”. Campinas: - UNICAMP, Instituto de estudo da linguagem – IEL, (Dissertação de Mestrado), 2005. p. 17

¹⁶² REIS, José Alberione dos. Arqueologia dos Buracos de Bugre: uma pré-história do Planalto Meridional. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.p. 75.

¹⁶³ AYROSA, Plínio. Estudos Tupinológicos. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1967. p. 50.

mencionados nos primeiros séculos da colonização portuguesa eram de fato populações não tupi, provavelmente jê e plausivelmente Kaingang.”¹⁶⁴

2.3 SOBRE O SILÊNCIO...

O site da prefeitura de Curitiba, na seção intitulada “O Curitibano”¹⁶⁵, resume toda a formação populacional da cidade até o século XIX na seguinte frase: “os habitantes de Curitiba eram índios, mestiços, portugueses e espanhóis”. O restante dos parágrafos sobre o assunto destaca as imigrações alemãs, polonesas, italianas, ucranianas, japonesas, sírias e libanesas, com destaque especial para a imigração de europeus ocorrida a partir da segunda metade do século XIX.

A dessemelhança entre as descrições desses dois períodos não é gratuita, tampouco, como já vimos, é resultado de acontecimentos menos notáveis no primeiro. Na verdade, trata-se de uma visão muito difundida na historiografia regional, amplamente defendida por diversos políticos e intelectuais paranaenses. Os indígenas, nessa perspectiva, são os representantes do passado “primitivo” da cidade, sendo definitivamente excluídos da história curitibana na metade do século XIX, quando, frente à instauração da província do Paraná, a cidade abandonou suas raízes coloniais calcadas no sistema escravista e conquistador, inaugurando um momento de grande crescimento demográfico e econômico devido aos contingentes imigrantes.

A “transformação definitiva” se daria com os imigrantes europeus, um importante elemento urbanizador, alçado em algumas narrativas como divisor de águas, principalmente com a formação de uma elite empresarial local que promoveu o desenvolvimento econômico da cidade. Compartilhando dessa perspectiva, o site salienta a prática da observação contemporânea dos curitibanos e seus costumes como a maior ferramenta comprobatória dessa herança. Com o intuito de “construir uma existência melhor”, segundo a apresentação, podem-se perceber as influências dos imigrantes por toda a cidade, “incorporadas pela sociedade de adoção a tal ponto que nem causam surpresa ou despertam curiosidade”, mas também, “espelhada no rosto multifacetado do curitibano de hoje.”¹⁶⁶

¹⁶⁴ MONTEIRO, John Manuel. 2001. op. cit. p. 182.

¹⁶⁵ <http://www.curitiba.pr.gov.br/idioma/portugues/curitibano>

¹⁶⁶ <http://www.curitiba.pr.gov.br/idioma/portugues/curitibano>

Tanto essas constatações como a suposta maneira de comprová-la através de uma “simples observação” contemporânea, parecem estar em consonância com a tese de Wilson Martins sobre o suposto inevitável embranquecimento da população paranaense. O autor também acredita que seus argumentos podem ser facilmente comprovados, “basta *olhar* o Paraná para sabê-lo”, além disso, continua, “não é, depois, somente a alvura da pele o que impressiona o observador do homem paranaense: é todos os conjuntos de traços físicos europeus, que se substituíram aos da definição clássica do brasileiro”.¹⁶⁷ Nem o autor, muito menos o site definem que *olhar* é esse, nem de onde, ou para onde, especificamente deve-se olhar, apesar de podermos supor.

Na análise de Martins, o Paraná era palco de um *espetáculo da diversidade*, onde os protagonistas eram os imigrantes europeus. Os coadjuvantes e figurantes eram os negros e indígenas, ambos fadados à dizimação pelo embranquecimento, que empunha a omissão como uma de suas ferramentas narrativas mais eficientes. Para o espanto de Martins e seus seguidores, bem como de políticos e demais divulgadores da imagem de “capital da etnias”, não faz sentido negar a ordem escravista e conquistadora, ou mesmo, a importância dos negros e indígenas na formação de cidades paranaenses como Curitiba.

Apesar desse trabalho não pautar ou refletir diretamente sobre a ampla formação populacional dessa metrópole, esse tipo de material pode ser utilizado em uma reflexão crítica sobre o papel da história na criação, manutenção e divulgação de certos estereótipos nessa região. O artigo de Pedro Rodolfo Bodê de Moraes e Marcilene de Souza, *Invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba* (1999), questiona tais imagens contemporâneas, assim como seu suposto embasamento histórico, sugerindo que essas projeções funcionam diante de um processo semelhante ao que Hobsbawn denominou *invenção das tradições*, ou seja, uma relação de continuidade bastante artificial entre as referências históricas apresentadas e a contemporaneidade, que por fim, “estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relação de autoridade”¹⁶⁸ Segundo os autores, com relação à Curitiba, três processos parecem ser centrais na manutenção da invisibilidade dos negros: primeiramente, “a concepção e configuração arquitetônica da cidade”, em

¹⁶⁷ MARTINS, Wilson. *Op. cit.* p. 135.

¹⁶⁸ HOBBSAWN, Invenção das tradições. p. 17. *Apud.* MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de; SOUZA, Marcilene Garcia de. Invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba. *Revista de Sociologia e Política.*, Curitiba, n. 13, Nov. 1999 p. 8

seguida, “o discurso da *intelligentzia* e suas atualizações”, e por fim, transparecendo como as políticas públicas direcionadas a grupos étnicos na cidade excluem os “coadjuvantes” da história paranaense, “o projeto político governamental que, ao reforçar e construir identidade curitibana vinculada a uma ‘maneira européia de ser’, construiu e consolidou a sua identidade e projeto políticos”¹⁶⁹

Pode-se dizer que autores como Romário Martins, Wilson Martins e Ruy Wachowicz, referenciados no contexto intelectual paranaense, têm servido e instrumentalizado políticas de afirmação da memória, identidade e patrimônio de imigrantes, e dessa maneira, fundamentado a própria ausência de políticas de afirmação e a consequente invisibilidade de certos grupos: “não obstante sua relevância no contexto intelectual paranaense, eles têm dado legitimidade aos discursos contemporâneos sobre a configuração racial de Curitiba”.¹⁷⁰

Com suas devidas diferenças postas de lado, pode se extrair desses autores o discurso do Paraná branco, ou mesmo *diferente* e mais Europeu, com relação ao resto do país. Alguns, inclusive, demonstram aproximação com pressupostos positivistas, teorias eugenistas e branqueadoras, que ainda hoje, “tem reforçado uma visão preconceituosa, práticas excludentes e outras violências, entre as quais destacamos a invisibilização, contra a população afro-descendente.”¹⁷¹ No caso dos indígenas, se referem quase que exclusivamente como que uma *herança* praticamente dissolvida, oriunda de um passado distante e primitivo, sendo definitivamente abandonado (ou mesmo superado, no caso da mão de obra), com o início da imigração de europeus.

Os *silêncios*, as políticas históricas de omissão e a invisibilidade contemporânea relacionados a certos grupos de origem não européia, fazem parte de um esquema que organiza e publica certas narrativas tradicionais sobre o embranquecimento da população, sempre associadas a descrições históricas da presença maciça de imigrantes como um elemento exclusivo e distintivo das características regionais. A fundação oficial do Paraná no ano de 1853 e as primeiras políticas de imigração instauradas pelo primeiro presidente da província paranaense são o marco inicial a ser seguido e frequentemente revisitado na manutenção desse construto, a exemplo de Martins, “foi fecunda a lei nº 29, de

¹⁶⁹ Id.

¹⁷⁰ Id. *ibid.* p. 10.

¹⁷¹ id. p. 8

Zacarias de Góes e Vasconcelos: ela marcou o Paraná, imprimiu-lhe o rumo que ele jamais abandonaria e que iria atribuir-lhe a sua fisionomia típica” ¹⁷². O que se busca é uma ruptura entre o perfil da pequena vila de Curitiba dos séculos XVII e XVIII, majoritariamente ibérica, mestiça e indígena, e o perfil da Curitiba dominada pela influencia dos imigrantes, nas palavras de um ex-prefeito, o momento em que “Curitiba dorme sertaneja e acorda européia.” ¹⁷³

Até o século 18, os habitantes da cidade eram índios, mamelucos, portugueses e espanhóis. Com a emancipação política do Paraná (1854) e o incentivo governamental à colonização na segunda metade do século 19, Curitiba foi transformada pela intensa imigração de europeus. Alemães, franceses, suíços, poloneses, italianos, ucranianos, nos centros urbanos ou nos núcleos coloniais, conferiram um novo ritmo de crescimento à cidade e influenciaram de forma marcante os hábitos e costumes locais. ¹⁷⁴

A história indígena e suas diferentes perspectivas e transformações, previamente e ao longo dos séculos de contato, foram negligenciadas. Ao mesmo tempo, a imagem do embranquecimento, associada à ocupação pioneira e colonizadora de territórios caracterizados por imensos vazios demográficos, nos mais diversos âmbitos políticos e acadêmicos, foi extremamente valorizada, ocupando praticamente uma posição hegemônica nos estudos sobre o tema em grande parte do século XX. Apesar dos esforços para reverter essa situação, na tentativa de criar um quadro mais nítido da presença indígena na região paranaense, as imagens tradicionais mantêm-se amplamente propagadas e disseminadas, praticamente em um estado de supremacia.

2.3.1 OS VAZIOS DEMOGRÁFICOS E A CONQUISTA

O *silêncio*, entretanto, não se repete nos registros aqui analisados, mesmo em alguns que foram alçados como o princípio elementar de diversos estudos que pregavam o embranquecimento e os vazios demográficos. Na verdade a maior a parte dos registros demonstra uma intensa relação entre os índios e os não índios nesses espaço, desde os primórdios do contato. As narrativas que denotam espaços

¹⁷² MARTINS, Wilson. *Op. cit.* p 74.

¹⁷³ GRECA, Rafael. Cultura Paranaense. http://www.rafaelgreca.org.br/blog1/wp-content/uploads/cultura_paranaense_2.pdf. p. 6.

¹⁷⁴ <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/historia-imigracao/208>

vazios se desdobram sobre os eixos da dominação e da conquista dos territórios, utilizando-se do argumento do desuso ou a ausência de habitantes para legitimação de sua posse. Esses constructos, em geral, compreendem a formação do estado do Paraná a partir da exploração de um território desconhecido, ou mesmo, da livre apropriação de um espaço virgem e vazio, de fronteiras longínquas e sertões despovoados, e por fim, improdutivos. A fronteira civilizatória se expande na medida da colonial, com a formação de novas cidades, a dominação e subjugação dos sertões pela ação colonizadora.

O historiador Lúcio Tadeu Mota demonstra exemplarmente a utilização dessa ferramenta discursiva no norte e oeste paranaense, a partir do século XIX e ao longo de praticamente todo século XX. Esses espaços foram caracterizados como *ocupáveis* no discurso das empresas colonizadoras, políticos e elites regionais, que se baseavam em análises e trabalhos acadêmicos de diversas áreas. Mota conclui que existiram vários agentes responsáveis por essa projeção, entre os quais se destacam: a história das companhias colonizadoras, institucionalizada em diversos níveis; as falas governamentais, por vezes apropriadas por narrativas que exaltam o pioneirismo colonizador; estudos de geógrafos da primeira metade do século XX que incursionam pelo estado; uma grande parcela da produção sociológica e historiográfica regional; e finalmente, os próprios livros didáticos das escolas paranaenses, que, nas palavras de Mota, “são uma síntese das três fontes, repetindo para milhares de estudantes do Estado a idéia da região como um imenso vazio demográfico, até a década de 30 deste século, quando começa, então, a ser colonizada.”¹⁷⁵

Os *Sertões* ressurgem, entretanto como veremos mais a frente, de forma atualizada. Não sinalizam mais somente os espaços prenhe de riquezas desconhecidas, em especial a de mão de obra indígena, ao contrário, o termo é sempre empregado associado a idéia de vazio demográfico, zona desabitada, ausente de seres humanos, portanto, potencialmente preenchível. Apesar da grande citação e divulgação de estudiosos da imigração, os planos para a colonização do território paranaense do primeiro presidente da província do Paraná, Zacarias de Góes, iam além simplesmente da imigração de europeus, como se pode notar em diversas dos seus relatórios, mensagens e ofícios. Em 15 de julho de 1854, o seu

¹⁷⁵ MOTA, Lucio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 – 1924). Maringá: EDUEM, 1994, p. 9-10.

relatório dirigido a Assembléia Legislativa da província salientava a integração dos indígenas aos projetos da colonização como um instrumento crucial para a ocupação dos territórios cobiçados, principalmente, através de aldeamentos estabelecidos estrategicamente, com a missão inicial de civilizar e catequizar.

Os territórios não são vazios, nesse e em muitos outros documentos do período saltam aos olhos do leitor a grande presença indígena no recém-estabelecido estado do Paraná. Nas palavras do primeiro presidente da província, no relatório acima citado:

He huma desgraça, mas a verdade obriga-me a dizer-vos que, nesta província, onde os idos selvagens aos milhares (a camara municipal de Guarapuava avalia em mais de 10 mil os que percorrem os sertões do Paraná) habitão o território de certos municípios, onde no districto dos Ambrósios, 12 legoas pouco mais ou menos desta cidade, os indígenas ameaçaõ a segurança da gente civilizada, não existe hum aldeamento regular!¹⁷⁶

Além do alerta, o documento projeta contatos estratégicos com certos grupos indígenas. A integração e o *amansamento* dos índios se dariam por meio das *seduções*, ofertas de brindes, seguidas pela instalação de um aldeamento responsável pela captação e recebimento de contingentes indígenas, onde então se propunha a catequese e civilização dos indígenas. Buscava-se também o uso de contatos com grupos indígenas específicos, que visavam o fortalecimento dos interesses do governo em disputas de soberania territorial em territórios de fronteira. Um exemplo é a situação dos Guarani Kaiowá, que ocupavam faixas nas fronteiras entre o Paraná, o atual estado do Mato grosso do Sul e o Paraguai. A permanência desses indígenas na fronteira, “teria a vantagem de guarnecer-a (no caso de serem amigos sinceros do império) de defensores mui valentes e pouco dispendiosos”¹⁷⁷

Essa presença é percebida como mão de obra em potencial na conquista e manutenção dos territórios, que o governo por sua vez pretendia fiscalizar e superintender.¹⁷⁸ A ausência de aldeamentos, seu funcionamento inadequado, as queixas com o financiamento das demais políticas indigenistas de catequese e civilização, consideradas ineficientes do ponto de vista colonizador frente à imensa quantidade de “braços indígenas disponíveis”, eram alguns dos problemas mais

¹⁷⁶ Zacarias de Goés e Vasconcelos. Relatório do Presidente da província do Paraná., na abertura da. Curitiba Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes. Rua das flores nº 13. p. 60.

¹⁷⁷ Id. 61.

¹⁷⁸ Id. ibid p. 10.

recorrentes nos relatórios provinciais. As palavras de Zacarias de Goés, mais uma vez, ilustram a delicada posição que se encontrava o projeto colonizador no Paraná, frente aos grandes contingentes indígenas:

Sendo certo, senhores, que a cifra da população da província he diminutissima e que ha uma quantidade innumeravel de indígenas que vagueão perdidos para o trabalho e para a industria pelas suas terras devolutas e em grande parte ainda por explorar, comprehenderias facilmente a importância extrema de hum expediente adequado a attrahil-os á sociedade e á civilização.¹⁷⁹

¹⁷⁹ Id. ibid. 62.

CAPÍTULO 3 - OS KAINGANG NO SÉCULO XIX

No alvorecer do século XIX a conquista dos sertões e dos indígenas já havia se estabelecido como uma das principais metas a serem perseguidas pela Cora portuguesa para seus territórios sulinos. Com a elevação da colônia a reino livre e em seguida com a independência e a instauração do Império, os interesses que orbitam os debates sobre os indígenas se afunilam, sendo que, no momento em que José Bonifácio de Andrade e Silva legislava na Constituinte de 1823 sobre os indígenas, o fazia praticamente sozinho.¹⁸⁰ Sua defesa dos métodos *brandos* e sua crítica para com a “violência ilegítima” contra os indígenas se tornaram referências para praticamente todas as políticas direcionadas aos índios no Império, e ao mesmo tempo, insuficientes para dar conta dos dilemas distintos vividos pelas diversas províncias. Além dessas manifestações, nesse mesmo momento, “reivindicava-se um passado comum, mestiço, para destacar a identidade desta nova nação americana no contexto da separação política.”¹⁸¹

Os *bugres* e *botocudos* eram descritos como o maior de todos os entraves a conquista dos territórios cobiçados. Na Capitania de São Paulo, havia-se municiado diversas expedições que rumaram em direção ao interior do território visando sua conquista, ficando reconhecidas as expedições do Tibagi e Guarapuava. O contato com os indígenas era geralmente caracterizado por choques violentos, sucedidos por descrições que quase sempre se referiam aos indígenas como selvagens, arredios e belicosos.

A cidade de Curitiba e seus *sertões*, não devem apenas ser pensados como as *fronteiras coloniais* do período: ela está imersa em uma *zona de contato*, onde se desenrolam papéis estratégicos tanto para o conquistador quanto para os indígenas. Nesse período emergia a história natural como estrutura de conhecimento, caudatária da exploração continental, paralelamente, a interiorização da conquista ampliava os horizontes das *zonas de contato*, pautada por relações distintas entre indígenas e europeus. O conceito de *zona de contato*, é utilizado por Mary Louise Pratt para superar o conceito de *fronteira colonial*, já que, como expressa essa autora, “a fronteira é uma fronteira apenas no que diz respeito à Europa”, deixando

¹⁸⁰ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Pensar os Índios: apontamentos sobre Jose Bonifácio*. In: op. cit. 2009. p. 159.

¹⁸¹ MONTEIRO, Tupi Tapuia p. 130

claro, que entre os exploradores europeus e os indígenas existem descontinuidades históricas, culturais e geográficas, expressos nas interações estabelecidas entre os agentes, “visitantes e visitados”, dentro da zona de contato.¹⁸²

3.1 EXPEDIÇÕES VICENTINAS AOS CAMPOS DE GUARAPUAVA

Grande parte do investimento, apoio logístico e de pessoal das expedições rumo à bacia do rio Tibagi e campos de Guarapuava na segunda metade do século XVII, saíram de Curitiba pelo Rio Iguaçu, formado pelos rios Atuba e Iraí, na zona leste da cidade, divisa com Pinhais e São José dos Pinhais. Em meados do século XVII, Ângelo Pedroso e Frei Bento de Santo Ângelo descreveram a existência de ouro e diamante em Pedras Brancas, na região da atual cidade de Tibagi, o que levou, no ano de 1757, a Câmara Municipal de Curitiba enviar 200 soldados com o fim de vigiar os garimpos, ficando nessa região até 1765.¹⁸³ Mais uma vez a exploração e conquista dos territórios e das almas que nele habitavam será principiada pelo pretexto da presença do metal precioso.

A partir de então se iniciaram as principais expedições conquistadoras, partindo de centros populacionais do litoral, como Cananéia (SP) e Paranaguá (PR) e também de Curitiba e São José dos Pinhais. O Tenente Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, então auxiliar de Morgado de Mateus, capitão general e governador da província de São Paulo, assumiu a frente de tais empreitadas. Rumo ao Tibagi, a 1ª expedição partiu em 5 de Dezembro de 1768 com o comandante o Tenente Domingos Lopes Cascais, com 30 camaradas curitibanos, todos voluntários, se despendendo 70 mil reis com mantimentos, canoas e munição. A 2ª expedição partiu de Curitiba no ano seguinte no dia 20 de Julho, comandada pelo Capitão Estevão Ribeiro Bayão e pelo capelão Frei Antônio de S. Thereza, com 75 homens de Curitiba e de outras vilas dos Campos Gerais. A 3ª partiu de Cananéia e Iguaçu, litoral de São Paulo, no dia 11 de Agosto de 1769, encontrando os membros da segunda expedição no rio Ivaí. A 4ª expedição partiu novamente de Curitiba, pelo rio Barigui, comandada por Bruno da Costa Filgueiras, com 25 camaradas, no dia 28

¹⁸² PRATT, Mary Louise. Os olhos do Império: relatos de viagens e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999. p. 32.

¹⁸³ MOTA, Lúcio Tadeu. A Guerra de Conquista nos Territórios dos Índios Kaingang do Tibagi. V Encontro Regional de História - ANPUH-PR, de 10 a 13 de julho de 1996, em Ponta Grossa-PR, com o apoio da FAPESP. p 195.

de agosto e 1769. A 5ª partiu pelo mesmo caminho, proveniente de Paranaguá, com duas esquadras de 85 homens, a primeira comandada pelo capitão Antônio do Silveira Peixoto, partindo no dia 16 de outubro de 1769, e a segunda, no dia 28 do mesmo mês, comandada pelo tenente Manoel Telles Vitancor. A 6ª expedição partiu em 12 de julho de 1770 para “descobrimento do Certão do Tebagy”, mas também, para reconhecer a Serra de Apucarana. A 7ª expedição partiu do porto de Nossa Senhora da Conceição no dia 4 de março de 1771, composta de militares, cirurgião e missionários para catequizar os índios. A 8ª expedição partiu dia 30 de Julho de 1770, comandada pelo guarda-mor Francisco Martins Lustosa, composta de 28 mateiros e caçadores, todos de Curitiba e São José dos Pinhais. A 9ª expedição, foi comandada pelo mesmo Martins Lustosa partindo pelo Sítio do Carrapato em 7 de fevereiro de 1771. A 10ª expedição foi comandada pelo próprio Afonso Botelho, acompanhado de três capitães da cavalaria curitibana e soldados de Santos (SP), entrando na região do Sítio do Carrapato dia 17 de novembro de 1771. A 11ª expedição, também comandada Afonso Botelho, adentra o sertão novamente pelo Sítio do Carrapato, no dia 23 de outubro de 1773.¹⁸⁴

Como já dissemos, mais uma vez como no tempo das bandeiras, o ouro será o argumento legitimador da conquista aos territórios indígenas. Botelho já especulava a existência do minério nos sertões de Guarapuava, “além de inventariar povos e recursos naturais, dando a localização precisa dos aldeamentos indígenas.”¹⁸⁵ Ademais, desde o século XVI, com as primeiras expedições preadoras de indígenas, passando pelo século XVII com os assaltos as missões Jesuíticas do Guairá, sabia-se da existência de grandes contingentes “Tapuia” nesses territórios.

Entretanto, as constantes generalizações, típicas do período, negligenciavam a diversidade cultural e linguística das sociedades indígenas, ainda mais as que se encontravam em oposição as relações estabelecidas com grupos Tupiguarani. Foi somente no século XIX que se buscou o aprendizado da língua desses indígenas, momento em que os “línguas”, ou intérpretes, passaram a ter um papel crucial nos aldeamentos, seja no seu funcionamento ou não funcionamento, de acordo com os pressupostos de catequese e civilização dos índios.

¹⁸⁴ BOTELHO, Afonso. Notícia da Conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi, na Capitania de São Paulo, no governo geral Dom Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão conforme ordens de sua majestade. Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 76, 1955. Notícias da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações, 1962., p. 9 – 22.

¹⁸⁵ Id.

Até 1770, a maior parte das investidas em direção aos campos de Guarapuava terminou acidentes, mortes, deserções e prisões, sendo que os exploradores relatam apenas pequenos vestígios de populações indígenas. Entretanto, como narra a crônica de Afonso Botelho, no dia 6 de setembro do mesmo ano, o tenente Cândido Xavier e trinta e um soldados “viram um clarão para a parte norte, que mostrava ser de grande fogo, e ao dia seguinte caíam cinzas”, logo depois um dos sargentos da expedição, relatou:

[...] que em meio dia de picada saiu ao campo aonde topou um rancho cumprido e reconhecendo com cautela, vendo não aparecia gente a êle, viram ser paiol do gentio onde guardavam seus mantimentos das roças, que também ali viram, e mais sinais, que ficaram certos ser dos gentios, que por aquelas partes habitam, parecendo também, que eles estariam nas roças onde viram fogo, e dentro do paiol muito milho, feijão em cestos, abobras, e duas pilhas de pontas de flechas, porém em nada tocaram, como levavam por ordem, e só tiraram uma espiga de milho, e um pouco de feijão, uma ponta de flecha para certeza do que viram.¹⁸⁶

Segundo o registro, instalou-se um momento de festividade, já que, diante dos sinais, haviam definitivamente encontrado e trilhado um caminho para os campos de Guarapuava, comprovando o “achado” para seus superiores com a ponta de flecha. Imediatamente começam a organizar sua partida de tais campos, a partir do recém-fundado porto de Nossa Senhora da Vitória, entretanto, logo foram surpreendidos, ao cruzar o rio, por um grande número de indígenas que insistiam em estabelecer contato e cruzar o rio na direção dos exploradores, segundo relato posterior de Botelho, “davam mostras de querer passar o rio entrando nêle até chegar a agua ao pescoço, fazendo outros sinais, de que davam mostra de querer chegar-se à nossa gente”¹⁸⁷

Apesar do pavor que demonstravam em relação ao contato, foi a partir de sua notícia que se incrementou e incentivou as expedições seguintes, como se percebe no relato de Botelho: “À vista das notícias, que haviam dos gentios, e esperanças de sair ao campo, foi necessário reforçar a expedição com gente e oficiais para poder alcançar o fruto de tanto trabalho, para o que se formou nova expedição.”¹⁸⁸ No dia 15 de dezembro de 1771, após cruzar o rio Jordão em meio aos campos de Guarapuava, 24 homens remanescentes de diversas expedições, o comandante da

¹⁸⁶ BOTELHO, Afonso op. cit. P 13. 14.

¹⁸⁷ Id. Ibid. p. 15.

¹⁸⁸ Id.

primeira expedição Tenente Domingos Lopes Cascais e o Tenente Coronel Afonso Botelho, observavam pela primeira vez alguns acampamentos indígenas.

Ao clima das descrições são acrescentados ares de tensão e qualquer latido dos cães que levavam aumentava o estado de alerta. No dia 16 seguiram “o mesmo caminho do gentio”, encontrando um grande acampamento Kaingang, descrevendo inúmeros contatos com famílias e grupos cada vez maiores. No dia 18 tentaram alguma comunicação, de forma incipiente, segundo Botelho, “pois nos faltava interprete da lingua”, já que os intérpretes eram guaranis. Esta parece ser uma das lições que tiraram os exploradores desse contato inicial: para uma conquista efetiva do território, serão obrigados a aprender o idioma e despender grandes esforços na contratação e controle dos intérpretes. Em 8 de Janeiro de 1772, os indígenas voltaram a aparecer em grande número, dessa vez, atacando a expedição, os perseguindo e expulsando de seus campos:

No dia 8 de Janeiro voltou aquelle porto grandessissimo número do gentio, que se averiguou serem já de diversas naçoens, que confederados se tinha unido para a traissão que descobrirão, de que Deos por sua providencia e algũa nossa nos livrou da manhosa sagacidade com que se armarão. [...] Estas, e as mais circumstancias espreçadas na particular relação desta ação, fes que resolvesse a fazer tirar a gente para fora onde me pudessem ser sustentados das roças até dar as cômodas providencias: e no dia 18 chegamos a sahida do mato.¹⁸⁹

Os Kaingang tinham conhecimento das regras da *conquista*, empreendidas desde o século XVI, bem como, das formas persuasivas pelas quais os invasores tentavam convencê-los a renderem-se e aceitar seus brindes, para em seguida, transformá-los em escravos. Certamente, alguns grupos haviam se relacionado com algumas missões jesuíticas do Guairá, e até mesmo presenciado a ocupação do planalto curitibano pelos primeiros bandeirantes e mineradores. No caso do momento descrito entre pesquisadores como uma espécie de contato “definitivo”, os Kaingang, ao menos, “pareciam estar cientes da presença dos soldados, fossem inimigos ou não, e do perigo que o seu aparato militar representava.”¹⁹⁰

¹⁸⁹ *Id. Ibid.* p. 12.

¹⁹⁰ TAKATUZI, Tatiana. Op. cit. p. 21.

3.2 LEGISLAÇÕES INDIGENISTAS NO SÉCULO XIX

A análise da legislação indigenista do período tem como objetivo identificar os elementos que subsidiavam a percepção dos colonizadores/conquistadores sobre a mobilidade dos grupos aldeados e não aldeados. Tal percepção como veremos, se refere não somente aos paradigmas da conquista violenta ou da brandura, mas também, de uma tentativa característica do período em criar uma unidade nacional que incluísse o índio. Para tanto, foram criadas delimitações de espaços que são outorgados como acessíveis e outros inacessíveis aos índios, de acordo com o estágio civilizatório em que são comumente enquadrados no período. Nesse último caso, as vilas e as cidades, principalmente as capitais provinciais, demonstram-se o ambiente de negação e exclusão da presença indígena por excelência: ou porque os índios que ali se encontravam eram administrados batizados, sendo nessa situação muitas vezes lhes destituído o estatuto de índio, ou porque essa presença, quando voluntária e intencional, contrariava praticamente todas as regulamentações e determinações do Império e das Províncias para com os indígenas.

3.2.1 ORDEM RÉGIA E 1808: LEI DE EXTERMÍNIO

Duas Ordens Régias, de 1808 e 1809, são frequentemente abordadas quando se trata do estudo da ocupação dos sertões da Capitania de São Paulo. Servem também como fundamento para a compreensão dos eventos conflituosos que se seguem entre índios e não índios na região entre Curitiba e Guarapuava. As instruções que constam nesse tipo de documento deveriam ser acatadas pelo destinatário sem muitas polêmicas, estando o eventual discordante exposto às severas leis da coroa portuguesa, como o degredo ou a *morte por elo*, “morte por isso”. Como salienta Mota e Ienke, “Entendia-se a carta como sendo a palavra do próprio rei, dada a quem esta correspondência era destinada.”¹⁹¹ A primeira dessas ordens data do mesmo ano em que família real se instalou no Brasil, 05/11/1808. Nessa correspondência intitulada *Sobre os índios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba o Guarapuava*, D. João VI instruiu ao Capitão

¹⁹¹ MOTA, Lúcio Tadeu IENKE, Luciélen. Análise da carta régia de 05 de novembro de 1808: políticas indígenas em relação aos Kaingang. In: IV Congresso Internacional de História, 2009, Maringá. Anais do Congresso Internacional de História (Online). Maringá: C749 UEM/PPH/DHI, 2009. v. unico. p. 01-5528. p. 4618.

General da Capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, para que estabelecesse a conquista definitiva dos territórios e das almas que habitavam os sertões.

O motivo da ordem era o abandono dos campos e estradas de Curitiba e Guarapuava pelos colonos, que reclamavam à Coroa uma solução para os territórios “infestados pelos Índios denominados Bugres, que matão cruelmente todos os Fazendeiros, e Proprietários.”¹⁹² A carta continha essencialmente quarta ordens: (1) o regente considerou que “logo desde o momento, em que receberdes esta Minha Carta Regia, deveis considerar como principiada a Guerra contra estes Bárbaros índios.” Além de contemplar a criação de milícias em Curitiba e em outras cidades da capitania de São Paulo, salienta de acordo com princípios da *guerra justa*, que, todo miliciano que se empregar na perseguição dos Bugres e os capturarem “poderá consideralos por quinze annos como prizioneiros de Guerra, destinando-os ao serviço, que mais lhe convier.” Todo aquele que aprisionasse indígenas e os fizessem seu administrado, deveria demonstrar que a prisão se deu em virtude de seu comportamento *selvagem*, sendo que aqueles que optassem pela submissão, vivendo nas aldeias estabelecidas pelos conquistadores, de acordo com as leis, seriam considerados livres, segundo D. João VI, “Vassallos especialmente protegidos por Mim, e por Minhas Leis.”¹⁹³

(2) D. João VI estabelecia a distribuição de sesmarias aos arredores de Curitiba e de Guarapuava, que deveriam se dedicar a cultura de cereais, pasto e cânhamo. Tais concessões deveriam ser “proporcionaes ás forças, e cabedaes dos que assim as quizerem tomar com o simples ônus de as reduzir a cultura.”¹⁹⁴ (3) Indicava João Floriano da Silva como Intendente da cultura dos Campos de Guarapuava. Este deveria examinar os potenciais terrenos para a distribuição das sesmarias, também deveria propor as benfeitorias necessárias para a comunicação desses territórios distantes, principalmente “a conservação da Estrada, que vai da Faxina a Lages, e aquelle caminho, que deve existir no melhor estado para a communicação da Coritiba com algum porto de Mar á Serra, parecendo que o mais

¹⁹² JOÃO VI, Rei de Portugal, 1767-1826. Carta de D. João VI ao governador da Capitania de São Paulo: ordenando que faça guerra aos índios denominados Bugres do Paraná. Rio de Janeiro: Na Impressão Regia, 5 de novembro de 1808. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1292586/or1292586.pdf, Acesso em 23/04/2013, às 19h02min, p. 1

¹⁹³ Id. Ibid, p.2.

¹⁹⁴ Id. Ibid, p.3.

proprio será o de Pernaguá.”¹⁹⁵ (4) Finalmente, o monarca determinou que diante do aparecimento de diamantes nesses territórios devessem ser entregues à Junta Real da Fazenda, sendo proibida a retirada das pedras, e os que assim o fizessem, estariam expostos à severidade das leis.

A carta praticamente expõe a rotina habitual da coroa portuguesa no trato com os indígenas ao longo de todo Brasil Colônia, agora elevado a Reino Livre da Metrópole: a *guerra justa* seguida do cativo ou de aldeamentos, e em seguida, da tutela ou administração. A guerra emplacada no século XIX contra os índios dos sertões, bugres e botocudos, atualizada no período por D. João VI, foi descrita como a *Lei impiedosa de extermínio dos índios*, por Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, em sua obra *Conquista Pacífica de Guarapuava*. (1951). Segundo o autor a lei teve três efeitos imediatos, a saber, intensificou o estabelecimento de diversas modalidades de expedições punitivas e bandeiras; o legalizou e regulamentou sua escravidão, e por fim, instituiu um canal de privilégios entre alguns, que se beneficiaram com as conquistas e se demonstraram mais tarde extremamente truculentos com os indígenas da região, principalmente João Floriano da Silva e os fazendeiros que detinham posses na região do Tibagi, Manoel Gonçalves Guimarães e José Felix da Silva.

3.2.2 NOVA LEI DO EXTERMÍNIO

Azevedo de Macedo estabeleceu esta descrição para a Carta Régia de 1808 em uma tentativa de opor suas orientações à Carta Régia de 01/04/1809, que considerava, curiosamente, a *Lei Salvadora dos Índios*. Esta lei, de título revelador, *Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilizar os índios bárbaros que infestam aquele território*, versava sobre a prática da conquista dos territórios, e que esta, deveria se dar de acordo com os princípios religiosos e políticos do D. João VI. Sendo assim, o monarca salientou, de maneira contraditória, que não desejava que sua autoridade nesses territórios fosse estabelecida “por meio de mortandades e crueldades contra os Índios, extirpando as suas raças, que antes desejo adiantar, por meio da religião e civilização, até para não ficarem desertos tão dilatados e imensos sertões.” Contudo, regulamenta de forma inquestionável a

¹⁹⁵ Id. *ibid.* 2-3.

guerra e a escravidão, já que, igualmente na ordem anterior, salienta decide que só seria usada a força contra aqueles “que resistem aos brandos meios de civilização que lhes mando oferecer”.¹⁹⁶ Sobre esse aspecto, a única diferença da ordem anterior, é que a primeira considerava que os meios *brandos* já haviam se mostrado ineficazes, estando tal guerra direcionada a todos os índios.

A modalidade de conquista *branda* do monarca português deveria seguir um cronograma curioso. Esta deveria ser iniciada pelo cativo dos indígenas: “nos primeiros encontros que tiver com os bugres, ou outros quaesquer índios faça toda a diligencia para aprisionar alguns.” O aprisionador deveria trata-los “bem”, vestindo-lhe imediatamente alguma roupa, e persuadindo-lhes através de intérpretes, os *línguas* ou *linguarias*, das intenções e da bondade da expedição. Após isso, de maneira bizarra, manda que os indígenas sejam libertos, segundo o Monarca, “para que vão dizer isso mesmo aos índios da sua espécie com quem vivem.” As violências praticadas com os indígenas na época eram tais, que o monarca, buscando argumentos para uma conquista branda, ordena que se por acaso fosse encontrado alguma aldeia, “não lhes deite fogo nem faça violencia ás mulheres e crianças que nos mesmos se acharem antes lhes dêem camisas, e façam persuadir pelos linguas que nenhum mal se hade fazer ao indio pacifico habitador do mesmo território.”

Numa tentativa de evitar maus entendidos, sobre o argumento de que os indígenas por este motivo, “cahem em actos de violencia não esperados, e levam então sem motivo a sua crueldade e vingança a um ponto superior a toda a expectação”, D. João VI proíbe qualquer relações dos seus comandados com as índias e institui que estes “não tenham communicação com as índias, nem saiam de noite fóra de recinto, castigando severamente todos os que desobedecerem a estas minhas reaes ordens, e vierem assim a serem a causa de desordens, e desgraças.”¹⁹⁷ O que salta aos olhos, em oposição a Carta Régia de 1808, são os esquemas regulamentadores da escravidão indígena, determinadas de maneira que os indígenas que não aceitassem as medidas brandas apresentadas pelo

¹⁹⁶ JOÃO VI, Rei de Portugal, 1767-1826. Carta de D. João VI ao governador da Capitania de São Paulo: *Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os índios bárbaros que infestam aquele território*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1 de abril de 1809. In: Coleção das Leis do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3.pdf> Acesso em 28/04/2014, às 20h00min, p. 37.

¹⁹⁷ Id.

conquistador seriam automaticamente declarados como inimigos e feito prisioneiros. Esta prisão, ou cativoiro, segundo D. João VI:

[...] só durará 15 annos contados desde o dia em que forem baptisados e desse acto religioso que se praticará na primeira freguezia por onde passarem se lhes dará certidão na qual se declare isso mesmo exceptuando porém os prisioneiros homens e mulheres de menor idade pois que nesses o cativoiro dos 15 annos se contará ou principiará a correr aos homens da idade de 14 annos, e nas mulheres da idade de 12 annos [...] ¹⁹⁸

Nada a há de salvador nessa lei. Não é difícil de imaginar como esta proposta deixou espaço para que os colonos simplesmente se lançassem contra os índios, escravizando e pilhando, sobre falsas alegações de um contato prévio por meios brandos e da negativa dos indígenas em os aceitarem. O padre Francisco Chagas Lima, que integrou a Junta da Real Expedição da Conquista de Guarapuava urgentemente criada diante das Ordens Régias, descreveu a escravização e administração de indígenas:

Taes eram os esforços com os quaes a cúbica dos particulares pretendia escravizar os Indios, maiormente no anno de 1818, em o qual (por ausência do Missionário e Comandante) alguns dos habitantes foram inquietar as hordas existentes nos sertões, movendo-lhes bruta guerra; e aprisionando a muitos conduziram como despojos a quatro meninas e quatro meninos, que venderam aos Brasileiros; os quaes, reconhecidos livres, foram restituídos á aldêa, á excepção de um, que ainda hoje existe em poder do mesmo que o fizera comprar por interposta pessoa. Com o pretexto de doutrinar, tambem houveram outros que recolheram para suas casas, para o seu serviço, Indios da mesma aldêa. Eu não afianço a boa fé, mas dever-lhes-iam ter dado um salário correspondente ao seu trabalho. ¹⁹⁹

3.3 A BRANDURA, A REVOGAÇÃO DA GUERRA E AS MISSÕES.

Ao lado das truculências que se apresentam nas leis que legalizam o morticínio e o cativoiro indígena, a *brandura* no “trato com os índios” é também uma questão frequente e em destaque. A defesa do método brando foi manifestada ao longo de todo século XIX, em todo tipo de instância do reino e do Império através de Decretos, Ordens, Avisos Ministeriais, legislações e regulamentações provinciais.

¹⁹⁸ Id. *ibid.* p. 38.

¹⁹⁹ Lima, Francisco das Chagas. 1842. Memoria sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. *Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Tomo IV, n. 13, p. 43-64. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva. p 60

Também foi empunhado por missionários franciscanos e capuchinhos, indianistas positivistas como José Bonifácio Andrade e Silva e até mesmo por D. João VI, que, como já vimos, instituiu a declaração de guerra aos bugres e botocudos em 1808, e sem revoga-la, em 1809, declarava que a mesma guerra só recairia frente à negação da integração do indígena ao projeto conquistador pelos métodos brandos.

As contradições do sistema colonial não eram gratuitas. Em meio ao tom paternalista de alguns defensores desse “método mais humano”, era frequente a evocação de expedições punitivas como princípio de redução de indígenas aos aldeamentos, principalmente frente os fracassos nas atrações com os *brindes*. Como demonstra Carneiro da Cunha, os debates em torno do tema e a própria legislações indigenistas no início do Império eram diminutas e incapazes de lidar com as diversas particularidades que se apresentam diante dos administradores das províncias. Com o estreitamento da arena em que se discute a temática e a redução dos interesses relevantes que a suportavam, o debate se transforma progressivamente em um monólogo mantido pelo império, e em grande parte, protagonizado por José Bonifácio.²⁰⁰

Seu texto, *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, que foi aprovado na Constituinte de 1823, foi considerado desde então uma “referência incontornável quando o assunto é a construção do indigenismo propriamente nacional.”²⁰¹, apesar de não ter sido incorporado à primeira Constituição do Brasil em 1824, que por sua vez, apresenta-se de forma modesta e não especificava sobre o tema e nem mencionava os indígenas.

3.3.1 JOSÉ BONIFÁCIO: *BRANDURA E CONSTÂNCIA*

Para que, desde já, não confundamos o conceito de *brandura* manejado por José Bonifácio, com qualquer sinalização de respeito e/ou admiração pelas particularidades ou pela organização social de grupos indígenas, deve-se ler o que o próprio dizia sobre os índios no início desse seu texto, quando comenta as

²⁰⁰ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Pensar os índios: apontamentos sobre Jose Bonifácio*. In: op. cit. 2009. p. 158.

²⁰¹ MOREIRA, Vânia Maria Losada Trabalho. *Os índios e Império: história, direitos sociais e agenciamento indígena* In: XXV Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático 36: Os Índios na História, 13-17 de julho de 2009. p *Anais...* Fortaleza: Associação Nacional de História, 2009. 1 CD-ROM. p. 1.

dificuldades que até então haviam se apresentado na tarefa de trazer os índios à civilização:

1ª provém de serem os índios Povos vagabundos, dados, e dados a contínuas guerras, e roubos : 2º de não terem freio nenhum religioso, e civil, que cohiba, e dirija suas paixões: donde nasce ser-lhes insupportável sujeitarem-se a Leis, e costumes regulares: 3º Entregues naturalmente à preguiça, fogem dos trabalhos aturados, e diários de cavar, plantar, e mondar a sementeira, que pelo nimio viço da terra, se cobrem logo de mato, e de hervas ruins: 4º Por que temem largado sua vida habitual e conhecida, de caçadores, soffer fome, faltando-lhes alimento á sua gula desregrada: 5º para com as Nações nossas inimigas recresce novo embaraço, e vem a ser o temor que tem que depois de aldeados vinguem os nossos sabores as atrocidades contra nós cometidas: ou porque ainda não tendo provado o devido castigo de seus atentados, desprezam-nos, confiados na sua presumida valentia: e achando ser lhes mais útil roubar-nos do que servir-nos: 6º porque os mais valentes e poderosos d'entre eles temem perder a ocasião de cobrar entre os seus naturaes o nome de guerreiro, que muito prezam, esperando ficar seguros de nossas armas no meio de sua Mattas e esconderijos: 7º finalmente porque conhecem que se entrarem no seio da Igreja, serão forçados a deixar suas contínuas bebedeiras, a polygamia em que vivem, e os divórcios voluntários; e d'aqui vem que as raparigas casadas são as que melhor e mais facilmente abraçam a nossa Santa Religião: porque assim seguras os maridos, e se livrão dos rivaes.²⁰²

Como vemos os índios para José Bonifácio eram vagabundos, sem fé, sem lei ou rei, preguiçosos, gulosos, atrevidos, belicosos, seus chefes eram covardes que se escondiam nas matas. Fugiam porque temiam diante da catequese serem forçados a largar vícios como a poligamia, as bebedeiras e os divórcios. Seu projeto político, baseado nessa presunção absurda, incluía a transformação dos índios em cidadãos do Império, trabalhadores e cristãos. Para tanto se deveria, prioritariamente, instituir a língua portuguesa e acabar com a “língua da terra”, o que nessa perspectiva, contribuiria para “acabar com a separação e isolamento, banir a ignorância e antiga barbárie de costumes [...]”.²⁰³ Para as terras indígenas, o projeto determinava principalmente a sua compra ao invés da usurpação. De qualquer maneira, envolvia a tomada irrestrita dos territórios. A descrição apresentada acima deve ser compreendida com base em uma dúvida corrente e crescente no período a respeito da humanidade dos índios, e conseqüentemente, da possibilidade e funcionalidade de integrá-los à civilização: “crê ainda hoje muita parte dos

²⁰² BONIFÁCIO, José. Apontamentos para a civilização dos Índios bravos do Império do Brazil. In: Homenagem a Jose Bonifácio no 88º. Aniversário da Independência do Brasil: Rio de Janeiro, 1910. p. 13-14.

²⁰³ BONIFÁCIO, José. Notas sobre os índios do Brasil IN: Jose Bonifácio: a defesa da soberania nacional e popular. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães 2012. p 191.

Portuguezes que o Índios só tem figura humana, sem ser capaz de perfectibilidade.”²⁰⁴ Sua discordância dessa maioria se devia ao fato de que os índios podiam se aprimorar, diferente dos animais,: “[...] são contudo capazes de civilização, logo que se adoptam meios próprios, e que há constância e zelo verdadeiro na sua execução.”²⁰⁵

Para compreender a ideia de *brandura e constância* citadas no projeto, deve-se ter em mente que a humanidade era pensada pelos não indígenas como um composto de estágios civilizatórios. Os exemplos a serem perseguidos no “amansamento dos índios” parecem mais relacionados ao das famosas histórias de crianças selvagens, muitos populares na Europa no período. O posicionamento era que os índios, como as crianças selvagens, estavam abandonados a própria sorte, como animais, mantendo-se em estado selvagem, justamente por serem privadas das relações com seres humanos, suas regras, leis e civilização, leia-se europeias.

Enquanto muitos consideravam os índios *feras* indomáveis, incompatíveis com o “grêmio da civilização”, o autor desse texto os considera humanos, na categoria de *homo ferus*, e, portanto, passíveis de serem integrados à civilização.²⁰⁶ Tratava-se em sua ótica de uma questão de humanidade, educar ensinar e punir, atuando com *brandura e constância*, porém, quando necessário, atuando também com rudeza. A discussão Rousseaniana embalava não só os argumentos de José Bonifácio, mas uma parte significativa da elite intelectual do velho e novo mundo. Ao analisar esta questão, Carneiro da Cunha lembra que “É Rousseau, é Blumnebach, mas também Kant e Herder que fazem da perfectibilidade a pedra de toque da humanidade”.²⁰⁷ Se discurso dos métodos *brandos* de José Bonifácio tornou-se uma influência praticamente irrestrita a todo o discurso indigenista do século XIX, e além, não faltaram opositores e defensores dos métodos “definitivos”. Como já demonstrado no primeiro capítulo Von Martius e Varnhagen empunharam a bandeira da impossibilidade da civilização dos índios. Principalmente o primeiro, defende que se tratam de uma raça degenerada, que tende a desaparecer.

Se José Bonifácio enxergava na submissão e sujeição a única ferramenta eficiente na redução dos hábitos selvagens dos índios, Von Martius e os seus pregavam o princípio da “insociabilidade irreduzível”, ou seja, que os índios eram

²⁰⁴ Bonifácio, Jose. Op. cit. 1910. p. 18.

²⁰⁵ BONIFÁCIO, José. Op. cit. 2012. p. 22.

²⁰⁶ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela.: op. cit. 2009. p. 160-161.

²⁰⁷ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela.: op. cit. 2009, p. 162.

incapazes de viver em sociedade, e incapazes de reverter o processo degenerativo, “os índios de Von Martius, são, na escala evolutiva, o oposto dos de José Bonifácio.”²⁰⁸ Como salienta Monteiro, a partir de meados do século, “a penetração de novas ideias sobre raça e evolução encontrava um campo já armado no que diz respeito ao debate sobre os índios no Brasil.”²⁰⁹

As instruções contidas nas Ordens Régias de 1808 e 1809 permaneceram intactas até a independência do Brasil, pelo menos no que tocam os debates nos conselhos do reino em torno de sua validade e aplicabilidade. Na prática, a detonação da *guerra justa* por d. João VI implicou em um ponto sem retorno durante todo o século, principalmente no que refere a usurpação das terras e violências contra os indígenas.

Será na figura de José de Bonifácio Andrade e Silva que uma provável crítica a tais pressupostos vai transparecer. O político, referindo-se não somente a maioria dos portugueses que consideravam os indígenas animais, mas também, aos que os fustigavam e escravizavam, criticou até mesmo, as posições do reinado de d. Pedro II, já que, “a corte do Brasil ainda fez guerra aos botocudos e puris no Norte, e aos bugres de Guarapuava, convertidos outra vez de prisioneiros de guerra em miseráveis escravos.”²¹⁰ A influência dos seus *Apontamentos* foi tamanha, que ao longo do período pós-independência as temáticas da *brandura* exposta por Jose Bonifácio de Andrade e Silva passam a ser transcritas, e até mesmo plagiadas, se tornando, por fim, a própria política oficial do Império, como informa Carneiro da Cunha. Em 1826, em meio a seu exílio oposicionista em Portugal, quando da consulta às autoridades provinciais sobre o que se devia fazer com os índios, as respostas demonstram-se as mais variadas o possível, e muitas delas repetem o que dizia José Bonifácio.²¹¹

Bem mais tarde, até mesmo Ihering, em suas notas sobre os Kaingang de São Paulo, exaltou a figura do autor e dos argumentos expostos nos *Apontamentos*, como base para um projeto violento de civilização desses índios: expedições militares, aldeamentos, intérpretes, índios mansos, missionários, presentes e

²⁰⁸ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela.: op. cit. 2009, p. 162.

²⁰⁹ MONTEIRO, Tupi Tapuia p. 178

²¹⁰ BONIFÁCIO, José. 1910, p. 20.

²¹¹ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. op. cit. 2009. p. 158-159.

promessas.²¹² Os registros de ataques de indígenas, ou *correrias*, transpassam os limites do século XIX, sendo referidos até mesmo como uma das situações que embasaram a criação do *Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais*, (SPLINT), mais tarde denominado *Serviço de Proteção ao Índio* (SPI). Por volta de 1907 grupos Kaingang entravam em choque com agências colonizadoras, que, favorecidas pelo Estado, embrenhavam-se na construção de uma linha férrea. No mesmo ano Hermann von Ihering, publica o texto *A antropologia do estado de São Paulo*, na Revista do Museu Paulista, onde salienta que estes indígenas não representavam nenhum elemento significativo para os propósitos da República, a saber, trabalho e progresso: “os Caingangs selvagens são um impecilio para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não ha outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio.”²¹³

No ano seguinte, em meio ao XVI Congresso dos Americanistas, em Viena, o Brasil foi acusado de praticar um autêntico massacre, o que foi repudiado por Ihering em 1911, que salientou o sentimentalismo dos brasileiros como um dos maiores entraves a transposição da marcha ascendente da civilização: “o coração do brasileiro inclina-se a perdoar aos miseros selvicolas, inconscientes da gravidade dos delictos.”²¹⁴ Pode-se ler também nesse texto o exemplo perfeito de uma expedição bugreira, que visava “proteger” os moradores e colonos desses ataques:

Os moradores prejudicados por esta absoluta falta de protecção por parte do governo, organizam- se com «bugreiros » (chamam-se assim os versados na caça indígena); estes, juntamente com os prejudicados, dirigem-se para a aldeia, e de madrugada assaltam-na e destroem-na. Matam todos os homens e as vezes mulheres e creanças, sem perigo para os assaltantes, e na mais horrível das carnificinas. Chamam-se taes matanças, em São Paulo, *dadas*.²¹⁵

Como veremos a seguir, tais procedimentos tem origem no cerne do sistema colonial, que se especializou e multiplicou as modalidades de caça aos indígenas.

²¹² IHERING, Hermann von. A questão dos Índios no Brasil. *Revista do Museu Paulista*, VIII, p. 112-141. São Paulo: Typ. Cardozo, Filho & Cia, 1911, p. 131.

²¹³ IHERING, Hermann von. A antropologia do estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, VII, p. 202-257. São Paulo: Typ. Cardozo, Filho & Cia, 1907 p. 215.

²¹⁴ IHERING, Hermann von. A questão dos Índios no Brasil. *Revista do Museu Paulista*, VIII, p. 112-141. São Paulo: Typ. Cardozo, Filho & Cia, 1911, p. 113.

²¹⁵ Id. *ibid.* 130

3.3.2 REVOGAÇÃO DA GUERRA

Somente depois de transcorridos 27 anos de aplicação das ordens régias, sua legalidade chegou ao fim, seus efeitos, contudo seriam definitivos. A lei de 27 de Outubro de 1831 do Império brasileiro, assinada pela Regência Trina Permanente revogou as Cartas Régias de 1808 e 1809 que assinalavam a guerra justa e o cativeiro. A lei de 1831 revogava em seu 1º artigo a parte da lei de 1808, “em que mandou declarar a guerra aos Índios Bugres da Provincia de S. Paulo, e determinou que os prisioneiros fossem obrigados a servir por 15 annos aos milicianos ou moradores, que os apprehendessem.” O 2º artigo instituía as mesma ordens à província de Minas Gerais. O 3º dava conta de que todos os índios em servidão até o momento da assinatura da lei seriam “dela desonerados”. O 4º artigo atribuiu os índios a categoria jurídica de *órfão*, devendo ter seus direitos tutelados pelos respectivos Juizes. O 5º artigo atribuía ao Tesouro os gastos com os indígenas, “até que os Juizes de Orphãos os depositem, onde tenham salarios, ou aprendam officios fabris.” O 6º e último artigo, ordena finalmente, que “Os Juizes de Paz nos seus districtos vigiarão, e occorrerão aos abusos contra a liberdade dos Indios.”²¹⁶

Como percebemos a legislação fica ainda muito dependente de regulamentações locais, só com o regulamento das Missões é que se estabelece uma política com diretrizes gerais. A Lei nº 16, de 12 de Agosto de 1834, conhecida como Ato Adicional, federalizava o país, destituía o poder moderador e dava mais autonomia para as províncias. A informação que nos interessa está no art. 11º § 5º, e dispõe sobre a competência do poder provincial e suas assembleias legislativas, em determinar e promover a “catequese, a civilização dos indígenas e o estabelecimento de colônias.”²¹⁷ Na prática a atribuição dos poderes legisladores as províncias às províncias vai facilitar a ação dos interessados na usurpação de alguns territórios indígenas. No Paraná fazendeiros de Guarapuava organizam expedições conquistadoras, estas, como descreve Laroque, “lideradas pelos bandeirantes José Ferreira dos Santos e Pedro Siqueira Cortez, avançam sobre os

²¹⁶ Lei, Revoga as Cartas Régias que mandaram fazer guerra, e pôr em servidão os índios, de 27 de outubro de 1831, in Collecção das Leis do Império do Brazil de 1831, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873, pp. 165 e 166.

²¹⁷ Lei nº 16, de 12 de Agosto de 1834 In: Collecção das Leis do Império do Brazil de 1834 Vol. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866. p. 15.

Campos de Palmas, travam guerra com hordas Kaingang e estabelecem alianças com as lideranças Victorino Condá e Viri.”²¹⁸

3.3.3. REGULAMENTOS DAS MISSÕES

A partir do decreto nº 285, de 24 de Junho de 1843, o Império passou a regulamentar a política de aldeamentos. Segundo esta lei, o governo autorizava a vinda de Missionário Capuchinhos italianos, bem como sua distribuição entre as Províncias que necessitassem de missões religiosas.²¹⁹ O decreto nº 373, de 30 de Julho de 1844, traria grande polêmica para as discussões sobre as missões capuchinhas. O Império buscava garantir o controle sobre as atividades missionárias, considerando “o frade capuchinho um funcionário do Império: a missão católica se estabelecerá em locais de interesse do governo central”²²⁰ Dos cinco artigos apresentados nesse decreto, certamente, o 1º, o 4º e o 5º, são os que mais desagradaram as autoridades do Vaticano.

O artigo 1º decretou que “[...] fica dependendo do Governo no que respeita á distribuição e emprego dos Missionarios, nos lugares onde o mesmo Governo entender que as Missões podem ser de maior utilidade ao Estado e á Igreja.” O artigo 4º, talvez o que teve maior repercussão negativa entre os religiosos de Roma, afirmava que a designação da missão ou de sua finalidade, cabia única e exclusivamente ao Governo Imperial, sendo que, “Nenhum Missionario Capuchinho solicitará de seu superior geral em Roma obediencia ou outra ordem semelhante, que o desligue da Missão, ou transfira para outro lugar[...]”. O artigo 5º, por fim, acrescentava que tanto a obediência ao artigo anterior, “como aquellas que não forem precedidas da formalidade do mesmo Artigo, ficão dependendo para sua execução, de Beneplácito Imperial”²²¹, ou seja, qualquer ordem ou regras que o Vaticano estabelecesse para os missionários, deveria passar pelo crivo do Império, antes de ser ou não adotada no território brasileiro.

²¹⁸ LAROQUE, Luiz Fernando da Silva. Fronteiras geográfica, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e Suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930). In: Pesquisas. Antropologia; n. 64. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2006; Unisinos, 2007, p. 12.

²¹⁹ Decreto nº 285, de 24 de Junho de 1843. Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1843, Tomo 5º, parte 1ª, Seção 13ª. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1844.

²²⁰ AMOROSO, Marta Rosa. Catequese e Evasão. Etnografia do Aldeamento Indígena de São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895). Tese de doutoramento/USP, São Paulo: 1998. p. 32.

²²¹ Decreto nº 373, de 30 de Julho de 1844. Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1844. Tomo 7º parte 2ª, seção 24ª. . Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1845. p. 163-164.

Com isso, instaurou-se um clima de desconforto entre o Império brasileiro e as autoridades eclesiásticas de Roma, que por sua vez, consideravam um descaminho e uma interferência dos estatutos laicos nos negócios da fé. Em resposta, o vaticano dificultava ao máximo o envio dos Capuchinhos.²²² A situação não se resolveria nem mesmo com o decreto nº 436 de 24 de julho de 1845, considerado como legislação mestra do sistema de aldeamentos. Apesar desse texto, *Regulamento acerca das Missões das Missões de Catequese, e civilização dos índios* (1845), fechar esta etapa de decretos que visavam instituir das missões no território brasileiro, o imbróglio envolvendo Império e Vaticano só se resolveria em 1862, com a assinatura do “Acordo de Roma”, que ampliava a autonomia do missionário e sua gerência dos aldeamentos. Como pontua Amoroso, “[...] o referido acordo nascia de experiências testadas pelo governo na década de 1850 no Paraná, onde o missionário religioso era o Diretor do Aldeamento, e portanto autoridade máxima no âmbito local.”²²³

O referido Decreto nº 426 de 24 e Julho de 1845 é o documento que mais se aprofunda nas nuances das políticas indigenistas em vigor no século. A transformação do indígena em *administrado, manso, civilizado* ou *semicivilizado*, deveria se dar através do trabalho na terra e da expiação dos pecados da vida bárbara e errante. A atração deveria se dar pelos meios *brandos*, também descritos no *Regulamento das Missões* como *lícitos e suaves*, “sem que se empregue nunca a força e violência; e em que sejam os pais violentados a fazer baptisar seus filhos convindo attrahil-os á Religião por meios brandos, e suasórios.”²²⁴ A presença dos missionários Capuchinhos no século XIX representa não somente o retorno dos religiosos para o foco das políticas reservadas aos índios, mas também como muito bem descreve Marta Amoroso:

[...] o elo entre dois momentos de inspiração laicizante e anti-clerical: os aldeamentos pombalinos do século XVIII que se sucederam à expulsão dos jesuítas, e o indigenismo republicano do Serviço de Proteção aos Índios, de inspiração positivista e leiga, criado no início do século XX.²²⁵

²²² AMOROSO, Marta. p. 32.

²²³ Id. *ibid.* 33.

²²⁴ Decreto Nº 426 de 24 e Julho de 1845. *Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos Índios* In: Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1845, Tomo 8º, parte 3ª, Seção 25ª. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1845. p.89. 1866.

²²⁵ Id. p. 30.

O decreto instituía o cargo de Diretor Geral dos Índios, nomeado pelo Imperador, e que deveria atuar como autoridade das políticas dos aldeamentos e procurador dos índios. Caberia a este Diretor o mapeamento da presença indígena nos territórios, bem como, as potenciais localidades para receber aldeamentos e os missionários, “os quaes lhes vão pregar a Religião de Jesus Christo, e as vantagens da vida social.”²²⁶ Como se percebe, “[...] é, com modificações, a proposta de José Bonifácio que se vê reeditada: os missionários não teriam o governo das aldeias que seria atribuído aos diretores.”²²⁷

Além da função missionária, civilizadora, os aldeamentos eram posicionados geograficamente de acordo com doutrinas logísticas e militares, que visavam garantir a comunicação entre territórios afastados nas províncias e preservar a soberania nacional, “a atmosfera religiosa jamais conseguiu se impor ao perfil militarizado dos aldeamentos.”²²⁸ O governo provincial se apresava em enviar trabalhadores e colonos a essas terras, com o intuito de povoar e exercer funções consideradas inaptas aos índios (ferreiros, professores de 1ª letras, por exemplo). Amoroso define os aldeamentos da seguinte forma:

Eram polos militarizados, de vocação agrícola, para os quais se atraía a população indígena da região com o intuito de fixá-la em povoamentos cristãos. A diversidade de atribuições e propósitos -- produtividade, segurança militar, catequese e civilização do índio -- era defendida pela maioria dos Ministros do Exército em meados dos anos 1850, e constituía o eixo de uma política pública de inspiração pacífica e *branda*.²²⁹

O diretor do aldeamento, segundo o regulamento das missões, teria sobre suas ordens a força militar, “que se houver de mandar colocar na Aldêa, e seu districto”. Também seria responsável por alistar indígenas, o que será extremamente visado na década de 1860 em meio à guerra com o Paraguai. Sobre o alistamento, o *Regulamento das Missões* apresenta somente que se devem alistar aqueles índios que “estiverem em estado de prestar algum serviço militar, e acostumar-os a alguns exercícios, animando com dadivas aos que mostrarem mais gosto, e zelo pelo serviço e todo cuidado em que não se desgostem por excesso de trabalho.”²³⁰ As

²²⁶Decreto Nº 426 de 24 e Julho de 1845. *Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos Índios* In: Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1845, Tomo 8º, parte 3ª, Seção 25ª. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1845. p. 87.

²²⁷CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Op. cit.* 2009, p. 159.

²²⁸AMOROSO, Marta. *Op cit.* p. 37.

²²⁹Id. *ibid.* p. 39

²³⁰Decreto Nº 426 de 24 e Julho de 1845. *Índios. Op. cit.* p 93

honras e patentes militares foram atribuídas ao Diretor Geral (Brigadeiro), aos Diretores dos Aldeamentos, (Tenente Coronel), aos Tesoureiros (Capitão), aos Missionários, que recebiam como Capelães militares, e a alguns caciques e lideranças indígenas, que tiveram atribuídos títulos e soldos de Capitão, como os caciques Veri e Condá na província do Paraná. A introdução de colonos cumpriria com um papel estratégico: além de afugentar contingentes mais belicosos, deveria dissolver a identidade étnica por meio de casamentos entre brancos e índias. Mais tarde os administradores alegavam que não haveriam mais indígenas e que o que restava estava praticamente fundido entre os nacionais.²³¹

Amoroso em sua tese, *Catequese e Evasão. Etnografia do Aldeamento Indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)*, apresenta não só a trajetória desse aldeamento, bem como, os fundamentos legais e jurídicos que institucionalizaram as missões Capuchinhas. Percebe-se que as etnias indígenas presentes no Paraná no momento do estabelecimento desses aldeamentos não somente reagiram a formação desses núcleos, resistindo a diversos meios de atração *branda* e reprimindo diversas expedições, mas também, como apresentaram em meio ao sistema de aldeamentos suas práticas tradicionais, que por sua vez, eram os maiores alvos das críticas dos missionários e demais colonos. Vislumbram-se como os indígenas mantiveram um sistema de aproximação e afastamento do território e das regras da catequese e civilização impostas no aldeamento, além de ser possível perceber como os indígenas, muitas vezes, manipularam o regime missionário e o sistema colonizador de acordo com suas instâncias político-cosmológicas.

3.4 REGISTROS DO INÍCIO DO SÉCULO – A CONQUISTA DOS BUGRES

Como se pode perceber em diversos registros, até mesmo nas Ordens Régias, um dos termos mais utilizados no período para se referir a grupos Jê Meridionais, Kaingang e Xokleng, era o termo “Bugre”. Pierre Mabilde, dizia que nada definia o uso termo, “e nem pelo seu sentido esclarece a que espécie ou raça de indígenas pertence o individuo selvagem assim chamado”. Tratavam-se, segundo

²³¹ LAROQUE, Luiz Fernando da Silva. Fronteiras geográfica, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e Suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930). In: Pesquisas. Antropologia; n. 64. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2006; Unisinos, 2007, p 13.

registra, tanto para província do Rio Grande do Sul, de onde descreve, assim como em outras localidades do Império, da chamada Nação dos Coroados. O autor publicou também uma versão regional, “vulgarizada”, para o termo. Esta dava conta de que quando os primeiros exploradores dos sertões se depararam com os Kaingang, “ouviram um grito, no qual pareceu ouvir-se, pronunciada, a palavra bugre.”²³²

Na verdade, a palavra, que em sua origem tem o significado de herético, foi também utilizada no século XIX em todos os estados do sul, São Paulo e Mato Grosso, para qualificar de forma genérica grupos a grupos Tapuia, avessos ao sistema colonizador e suas formas *brandas* de *civilização*. Nesse período o termo passa a ter praticamente o mesmo sentido de *selvagem*, e no quadro da expansão conquistadora foram descritos como ferozes combatentes dos colonos.

Os Coroados e os Botocudos, como também foram chamados respectivamente os Kaingang e o Xokleng, sinalizavam os exemplos máximos de selvageria e transgressão às regras da civilização. No caso dos territórios sulinos, eram reconhecidos como um dos maiores entraves para a conquista efetiva desses territórios, tanto pela Coroa portuguesa e o consequente Império brasileiro, como pela Coroa Espanhola e as repúblicas independentes que se avultavam. Os colonizadores, portugueses ou brasileiros, resumiam suas descrições a generalizações vagas, como ocorreu ao longo de todo período colonial: pairava sobre esses discursos a efígie do Tapuia: oposto em tudo ao Tupi, que por sua vez, era progressivamente saudado como um dos elementos centrais da imagem que se buscava criar da uma civilização brasileira.

O primeiro registro que apresenta certa riqueza de detalhes a respeito dos Kaingang no século XIX é a *Memória Sobre o Descobrimento e Colônia de Guarapuava* do padre curitibano Francisco Chagas Lima²³³, publicada em 1842 pelo IHGB. O religioso foi encarregado no ano de 1800 da catequese dos índios *Puris*, entre a serra da Mantiqueira e o Rio Paraíba, onde foi instalada a aldeia de São João de Queluz. Tal experiência o teria qualificado para atuar na catequese civilização dos *selvagens* em Guarapuava, partindo de Curitiba em agosto de 1809 e chegando aos Campos de Guarapuava (*Coranbang-rê*.) em junho de 1810, onde foi

²³² MABILDE, Pierre. op. cit. p. 7

²³³ Chagas Lima permaneceu nessa missão como padre capelão ao longo de 18 anos, afirmando ter realizado aproximadamente 460 batismos, 160 cerimônias de extrema unção e 55 casamentos de índios, inclusive alguns entre brancos e índias.

fundada a povoação de Atalaia, “uma estratégia da Coroa em concentrar os índios, recolhendo-os dos campos para que os colonos pudessem pacificamente ocupá-los.”²³⁴

De acordo com essa passagem, os conquistadores se instalaram “sem oposição do gentio”, ou seja, não haviam marcos de propriedade ou alguém que a requisitasse, exemplo irrevogável da utilização do antigo princípio legal romano *uti possidetis, ita possideatis*: “como você detém, você pode possuir”. Trata-se de um registro detalhado da fundação de uma colônia militar, vulgarmente chamada de aldeamento ou povoação segundo suas muitas aptidões dentro do projeto político da corte portuguesa para esses territórios. Obstante a preposição da pacífica tomada de posse, os contatos entre os índios e não índios demonstraram-se extremamente tensos. A descrição de Chagas Lima revela isso com clareza: “falam, porém não se entendem, dando comtudo a conhecer, por acenos, que desejam pacificamente chegar ao acampamento; o que lhes foi concedido.”²³⁵

Em seu texto descreve as dificuldades os sucessos na catequese das diferentes *tribus, hordas, corporações ou Naçoens* de indígenas que teve contato nos campos de Guarapuava. Como salienta Ricardo Cid Fernandes, independente de críticas a respeito do uso de imprecisões conceituais ou terminológicas ao definir as unidades de grupos Kaingang, teria sido Chagas Lima o primeiro a utilizar o termo *facções* para descrevê-las: Camés, Votorões, Dorins, Xocrens, Jacfé, Cayeres.²³⁶ O padre também descreve à existência de muitos atritos entre esses grupos, atribuindo sempre ao seu temperamento selvagem o fracasso em suas conversões, nas negociações e na maior infamação dos conflitos; “a rivalidade que os Índios tinham entre si, e os contínuos distúrbios que faziam mesmo na povoação, apesar das davidas e mimos que se lhe fazia, perturbavam o seguimeto uniforme de sua civilização [...]”²³⁷

A despeito do equívoco de Chagas Lima ao afirmar que “O idioma de que usam os Índios nascidos em Guarapuava [...], não é outro senão o Guarany”, nos

²³⁴ TAKATUZI, Tatiana. Op. cit. p. 31

²³⁵ Lima, Francisco das Chagas. 1842. Memoria sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. *Revista Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Tomo IV, n. 13, p. 43-64. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva. p. 44-45

²³⁶ FERNANDES, Ricardo Cid. Uma contribuição da antropologia política para a análise do faccionalismo. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. (Org.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Eduel, 2004. p. 98.

²³⁷ Lima, Francisco das Chagas. Op cit.. P. 58.

seus anos em na região, não só aprendeu o idioma Kaingang, mas também, em seus escritos, “demonstra conhecimento da língua, dando informações de sua sintaxe. [...] O missionário chega a apresentar uma conjugação de um verbo (Có, comer).” ²³⁸ D’angelis afirma que o padre Chagas Lima deve ser o autor do *Vocabulário da Língua Bugre*, “melhor documento para o conhecimento da língua Kaingang produzido no Brasil no século XIX”²³⁹, e publicado anonimamente no ano de 1852 pelo IHGB. Todavia, não existe menção a denominação “kaingang”, como língua ou etnônimo, da mesma forma que em outras fontes desse período.

Os problemas de comunicação são evidentes. Como demonstramos na Carta Régia de 1809, determinava-se que tais expedições contivessem intérpretes, para que fosse acionada a comunicação das intenções dos conquistadores, que, nesse caso, seriam obrigados a se utilizar de meios brandos para o seu convencimento. Entretanto, nesta, como nas expedições da segunda metade do século XVIII, foi notória a falta de habilitados no idioma, até porque, estes ainda não existiam. Como apontou mais de uma vez Chagas Lima, este seria o principal motivo dos descaminhos da catequese e civilização dos indígenas que se pretendia implantar permanentemente, bem como, dos diversos conflitos entre os grupos de índios e não índios que passaram a viver em Atalaia – “Se quando a expedição entrou em Guarapuava houvesse um interprete por meio de quem os Índios fossem intellegenciados das intenções dos Brasileiros, talvez se abstivessem da guerra e hostilidades annexas, mas antes de recebessem com muita alegria, os seus libertadores.” ²⁴⁰ A solução, segundo o padre teria sido a imposição de uma força invencível e dos princípios da “humanidade”, a catequese. Isso deveria ser suficiente para que os índios abandonassem a selvageria, ingressando em uma vida moral e cristã, contudo, Chagas Lima lamenta;

[...] as disposições foram em contrario, os Índios fizeram guerra ás intenções. Muitos também foram iludidos e despojados da liberdade, apesar do modo espontâneo com que se renderam, e determinações que declaravam que se devia cohibir que elles não emigrassem, á força, do seu paiz originário.²⁴¹

²³⁸ D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. O primeiro século de registro da língua Kaingang (1842-1950): valor e uso da documentação etnográfica. *50º Seminário do GEL*. São Paulo. 2002. . p. 3. Disponível em: <http://www.portalkaingang.org/Primeiros100anos.pdf>. Acesso em 23/04/2014 às 18:00.

²³⁹ Id. *ibid.* p. 5.

²⁴⁰ Lima, Francisco das Chagas. *Op. cit.*, p. 58.

²⁴¹ Id. *ibid.* p. 58.

O recurso para vencer tremendo obstáculo foi o de usar indígenas recém-convertidos como intérpretes. A figura central da atuação era Antônio José Pahy, um dos primeiro convertidos, e que se demonstrou de grande liderança entre os indígenas aldeados e dos arredores. Após seis meses de instrução e conversas, “já soltava, ainda que toscamente algumas palavras portuguesas.” Entretanto, depois da morte de Pahy não se pôde mais estabelecer a catequese como antes, visto que os indígenas eram motivados e comandados pelo falecido. Chagas Lima salienta a liderança de Luiz Tigre Gacon, “a quem se deu o título de capitão, com autoridade sobre os outros” após o falecimento de Pahy, “condescendia mais depressa com os outros em certos vícios bárbaros, dos quaes era mais devoto do que da instrução de seus companheiros, e em os quaes consumia parte do dia”.²⁴²

3.4.1 A ASCENÇÃO DA NAÇÃO DOS COROADOS

Muitos cronistas, viajantes e autoridades do período davam conta de que a denominação Coroados se devia ao corte de cabelo realizado pelo grupo, frequentemente comparada ao corte de cabelo dos jesuítas. O viajante francês Saint-Hilaire em 1822 em sua passagem pelos territórios sulinos: “esses selvagens costumam fazer no alto da cabeça uma pequena tonsura, que em português tem o nome de coroa.”²⁴³ O nome não era dado somente aos Kaingang, como aponta Pierre Mabilde no final do século, por Coroados, “são conhecidos todos os indígenas que usam deste distintivo do cabelo, nas demais províncias do Império, onde igualmente se encontram, como sejam nas províncias do Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso etc.”²⁴⁴ Segundo Mabilde, ele havia mesmo havia questionado insistentemente os Kaingang no Rio Grande do Sul sobre o motivo de tonsurarem a cabeça, e a esse questionamento todos respondiam “que sabem apenas que todos os indivíduos que trazem a cabeça tonsurada e o cabelo como eles pertencem a mesma família, por nós denominada Nação Coroados.”²⁴⁵

²⁴² Id. *ibid.* p. 56

²⁴³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pela comarca de Curitiba*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995. p. 46.

²⁴⁴ MABILDE, Pierre. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul – 1836-1866*. São Paulo: Ibrasa; Brasília: INL / Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, p. 9.

²⁴⁵ Id. *ibid.*, p. 27

Os registros da língua Kaingang no começo o século XIX se dão, comumente, a partir dos sistemas de administração (escravidão dissimulada acionada nas *guerras justas*), ou seja, somente a partir dos confrontos e da captura de alguns desses indígenas é que se passa a registrar as características dos grupos, belicosos e arredios, assim como a sua língua, *travada* e confusa. Saint-Hilaire apresenta um Vocabulário e outras informações da língua dos Coroados que colheu em Curitiba com duas índias administradas, na residência do Capitão-Mor. Apesar das indígenas não conseguiram lhe responder com exatidão o nome exato de sua *nação*, o francês as reconhece como pertencente aos Coroados, pelo corte de cabelo. Entretanto salientaram que eram inimigas dos *Socrês* que teriam o costume de perfurar o lábio (devem ser os Xocrens, provavelmente grupo Xokleng) e Tactaias. A conclusão diante do exposto pelas índias, “era que uma mesma tribo podia ter vários nomes, ou melhor, vários apelidos, conforme o número de seus inimigos.”²⁴⁶ Saint Hilaire, assim como Chagas Lima, reconheceu a existência de certas unidades entre os grupos Coroados, em especial entre aqueles que habitavam os Campos Gerais e a região de Guarapuava. Tal unidade, entretanto, devia-se a proximidade linguística, a qual formaria uma só “nação”.²⁴⁷

Mabilde, tratando a respeito de uma unidade maior, a Nação dos Coroados, comentou que estes estavam em constante guerra com os Xokleng e os Kaiowá. O autor salienta ainda que os Coroados, apesar de nutrirem enorme ódio aos brancos, detinham um ódio maior ainda pelos inimigos botocudos e Kaiowá: têm um ódio hereditário tão grande às duas referidas nações de selvagens que as guerras de vingança, entre si, tornam-se intermináveis, de parte a parte.²⁴⁸

As descrições dão conta da existência de unidades políticas de diversos portes. Seus modelos de sociabilidade articulam-se em três níveis, como demonstra Ricardo Cid Fernandes, grupos locais, unidades politico-territoriais e unidades politico-territoriais envoltas por articulações de parentesco, esta última superando limitações territoriais, “já que remetiam aos princípios da socialidade expressos na cosmologia dualista kaingang.”²⁴⁹

²⁴⁶ Id. *ibid.* p. 126.

²⁴⁷ Id. *ibid.* p. 47

²⁴⁸ MABILDE, Pierre. Op. cit. p. 10.

²⁴⁹ FERNANDES, Ricardo Cid. Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica. São Paulo: PPGAS-USP (Tese de Doutorado), 2003, p 31.

Como podemos perceber, a exemplo de grande parte da conquista dos territórios no século XIX, foram em torno da atuação de certas lideranças que se dispuseram os avanços mais consideráveis e os retrocessos na catequese em Atalaia. Isso pode ser percebido nos mais distintos eventos que se seguem ao estabelecimento dos aldeamentos, da mesma maneira na redução e “amansamento” de grupos considerados selvagens.

3.4.2 O ETNÔMIO KAINGANG

Diversos autores atestaram a mesma versão para a origem da denominação Coroados, que era acionada por diversos setores da sociedade nacional em emergência. Alguns dos registros deixam claro que os Kaingang detestavam a serem chamados dessa forma, como demonstrou Frei Luiz de Cemitile, que esteve a frente por muito tempo do aldeamento de São Jerônimo da Serra no Paraná provincial, “[...] não gostam desse apelido, e a si mesmos chamassem *Caingang*, que em língua portuguesa quer dizer Índio ou antes Aborígene. [...]”²⁵⁰ O termo passou a ser incluído nas obras que tratavam do tema somente no final do século, principalmente nos escritos de Cemitile, Borba e Taunay, entretanto, até meados do século XX ainda se pôde observar majoritariamente a utilização do termo Coroados para definir os grupos kaingang. Tanto Borba como Taunay afirmaram terem sido os primeiros a registrar o etnônimo Kaingang, apesar de que, como demonstra Mota, “outros viajantes que percorreram os territórios kaingang no Paraná já tinham utilizado a nomenclatura kaingang ou grafia parecida, ao referirem-se a esses povos.”²⁵¹

Podemos constatar pelo menos duas descrições anteriores aos dos autores citados, a saber, o registro do membro da Armada Imperial Camilo Lellis da Silva, em 1849, e os documentos dos engenheiros Joseph e Franz Keller de 1867. No primeiro caso, Silva realizou uma viagem para demarcar geograficamente os pontos de construção estrada que ligaria os campos de Guarapuava ao rio Paraná, essencial aos planos conquistadores do período, uma necessidade que visava

²⁵⁰ CEMITILE, Frei Luiz de. Memória sobre os Costumes dos índios Camés ou Coroados que habitam na Província. In: Catálogo dos objectos do Museu Paranaense remetidos à Expocisao Antropológica do Rio de Janeiro. Curitiba 1882. PROCURAR PÁGINA DESSA CITAÇÃO

²⁵¹ MOTA, Lúcio Tadeu. A denominação kaingang na literatura antropológica, histórica e linguística. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. (Org.). Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: Eduel, 2004. p. 8.

garantir a soberania dos territórios em meio a disputas com a coroa espanhola e as repúblicas vizinhas que iam surgindo. O etnônimo aparece em meio a explicações do militar sobre a nomenclatura empregada pelos grupos indígenas habitantes desses territórios para descrever acidentes geográficos, rios e outras paisagens: “[...] É cortada a serra a E. pelo rio Bonito e a O. pelo magestoso rio Goyo-Capro (Água negra em dialecto caengang), sendo a mais importante serra que há n’estes sertões.”²⁵²

O segundo registro do etnônimo Kaingang, demonstrado por Mota, se refere ao relato dos irmãos engenheiros alemães de 1867, em meio ao estudo de potencial para navegações dos rios Ivaí, Paranapanema, Iguaçu e Tibagi. Além de atestam para o incômodo dos indígenas nesses territórios em serem chamados de Coroados, descrevem que “A si mesmo dão hoje o nome de Caên-Gagn”²⁵³. Contudo se os indígenas gostavam ou “desgostavam” da denominação Coroados, pouco importava para os personagens envolvidos no processo de ocupação e colonização sistemática dos territórios Kaingang. As políticas vigentes para os indígenas orientavam-se exclusivamente em destituí-los de suas singularidades, que eram sempre observadas, sejam quais fossem, como vícios perniciosos ou costumes “errantes”. Nesse ambiente a denominação genérica de Coroados servia a uma busca pela dissolução ou redução das singularidades.

No século XIX, muitos dos registros de contatos de grupos indígenas com as cidades, vilas e colônias referem-se a ataques, invasões, assaltos supostamente praticados pelos indígenas, também descritos como “correrias”. De fato, a Ordem Régia de 1808 se dava com base nessas prerrogativas. Tais registros se apresentam como reclamações formais aos presidentes das províncias ou as autoridades do Império, e debatiam sobre os perigos da proximidade de indígenas não aldeados com a população não índia da região. São relatadas ocorrências extremamente violentas, que por vezes terminam por transpassar meses de buscas e retaliações aos indígenas por parte das forças policiais das localidades e de destacamentos da guarda nacional. É visível que diante da pouca mobilidade que

²⁵² SILVA, Camilo Lellis. Diário da viagem feita pelos sertões de Guarapuava ao rio Paraná por Camilo Lellis Silva, P. d’Armada Imperial e Nacional, 23 de maio de 1849. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 28, 1865, p. 17.

²⁵³ KELLER, Franz. Manuscrito. Arquivo Nacional. Cód. 807 v. 20, doc. 11, fls. 185-212. *Apud* MOTA, Lúcio Tadeu. A denominação kaingang na literatura antropológica, histórica e linguística. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. (Org.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Edel, 2004, p. 9.

detinham os aparelhos punitivos, e mesmo, o tempo que por vezes demoravam a serem formados, quando alcançavam a região da ocorrência, já não havia sinais de indígenas na localidade.

A pouca mobilidade dos aparatos punitivos, frente ao ágil deslocamento dos indígenas nos territórios pode ser visualizada ao longo de todo o século. Isso influenciou reivindicações frequentes de colonos para a instalação de postos militares permanentes, estrategicamente posicionados nas proximidades de aldeamentos e pelas principais rotas comerciais, previstos no regulamento das missões. Outro aspecto, e que aqui será fortemente ressaltado, era a proteção das cidades e vilas. Na província do Paraná, moradores e autoridades localizadas nas vilas, colônias e cidades observavam com extremo rigor as regulamentações que garantiam a separação entre civilizados e selvagens, o ambiente das cidades e o dos campos e do mato.

A situação não era nova, nem para a província, muito menos para a sua capital, os registros de ataques a fazendas e a vilarejos isolados são muito comuns no período colonial. Em Curitiba, no ano de 1721, o ouvidor Pardinho declarava que ninguém poderia levantar suas casas em localidades isoladas, já que agindo dessa forma, “ficão os vezinhos nelas mais expostos a insultos”.²⁵⁴ Além desse tipo de registro, conta na Torre do Tombo, em Lisboa-Portugal, uma relação ofícios datados de 1770, entre administradores da Capitania de São Paulo e o Marquês de Pombal, onde são salientados ataques recentes de gentios a Curitiba, além de explanar sobre o estado da povoação de Iguatemi e da exploração e conquista da região do rio Tibagi.²⁵⁵

Desde esse período os governantes se empenharam em tentar garantir o controle sobre o trânsito voluntário e intencional de indígenas nas vilas, povoados e cidades, estabelecendo diferentes regras para essa presença, sempre de acordo com o duplo caráter que lhes atribuíam: por um lado, a figura dos índios “mansos”, ou seja, administrados em processo de catequização ou estabelecidos em milícias, e por outro lado, os índios bravos, caracterizados para as autoridades da época como

²⁵⁴ NEGRÃO, Francisco. (org.). Boletim do Archivo Municipal de Curitiba: Documentos para a história do Paraná. Vol. I Fundação da Villa de Curityba: 1668 a 1721. Curitiba: Typ. e lith. a vapor Imprensa Paranaense, 1906, p. 27.

²⁵⁵ Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível em: <http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc023/CU-SaoPaulo.pdf> Acesso em: 02/05/2014, às 21:30. p. 74.

selvagens, cruéis e indomáveis, não coincidentemente, habitantes justamente dos territórios que pretendiam conquistar. As novas informações sobre a presença maciça de indígenas nesses territórios cobiçados e disputados com as emergentes nações sul-americanas incorporam e atualizam antigas polarizações: os interessados na incorporação da mão de obra indígena, principalmente o próprio poder provincial, defendem a sua civilização e catequese, já muitos dos colonos, que disputam o território diretamente com indígenas, defendem seu extermínio.

Alguns estudos buscaram compreender o conflito entre índios e não-índios a partir da noção de uma fronteira colonial em expansão. Nessa compreensão, os ciclos econômicos que perpassam a economia paranaense ao longo do tempo (ouro, gado, mate, etc) servem de amparo à compreensão de como os indígenas foram exterminados, tiveram suas resistências derrotadas, e aqueles que restaram, foram espoliados de seus territórios e de seu valores culturais, restando-lhe fragmentos tradicionais que se agregaram as transformações capitalistas oriundas dos contatos. Essas transformações, aliás, seriam motivadas na perspectiva exclusivamente pela agencia colonizadora, de forma unilateral. Helm salientou que em todos os períodos do contato, os colonizadores foram manipulando os silvícolas de acordo com seus interesses imediatos, seja na preação, mineração ou em atividades agrícolas voltadas a pecuária, agricultura e extração de erva mate.²⁵⁶ A imagem da manipulação das rivalidades internas também é mencionada, que, como já foi expressado no capítulo 2, não dá conta de compreender a complexa rede de alianças e trocas que se deram entre os grupos na situação pós-contato.

Muito antes, Borba salientou que os Kaingang não tinham camaradagem ou amizade verdadeira com os brancos, a não ser pelos grupos comandados por Condá e Veri, em Guarapuava e Palmas, sendo que, “mesmo essa união foi devida á guerra que os outros Kaingangues faziam áquelles dois chefes, por motivo de rixas particulares”²⁵⁷ Mesmo essa imagem, dava mais autonomia para as prerrogativas políticas dos grupos indígenas do que o viés da dominação colonial, apesar de impregnada de generalizações e reduções equivocadas

Mota, utilizando-se do programa de Balandier, busca superar o etnocentrismo e seus mecanismos homogeneizadores do discurso histórico da ocupação do

²⁵⁶ HELM, Cecília Maria Vieira. A integração do índio na estrutura agrária do Paraná: o caso Kaingang. UFPR: Tese de Livre-Docência. 1974, p. 50-51.

²⁵⁷ BORBA, Telêmaco op. cit. 131

território paranaense. Em uma busca pela agência desses grupos, demonstra a resistência dos Kaingang ao avanço da sociedade nacional. Nessa trama dispõe os seguintes personagens: os Kaingang, os Kaingang colaboracionistas, os brancos (ou a sociedade nacional) e os demais grupos inimigos. Diante da ação de ocupação dos territórios pela sociedade nacional, os Kaingang resistiam e reagiam.²⁵⁸ Contudo, como salienta Amoroso, isso parecer ter criado uma armadilha nesse argumento, já que, nessa perspectiva “a resistência indígena parece estar ancorada na rejeição do evento e do processo histórico.”²⁵⁹

Nesse sentido, Bruce Albert descreve um desconforto com relação a essa redução etnográfica enfocada pelo viés de um *resistenciocentrismo*, “que, paradoxalmente, tende a ofuscar, com sua retórica, a especificidade e sutileza das lógicas de “agência” próprias dos atores sociais.”²⁶⁰ No caso exposto, a utilização do conceito deve estar restrita, no máximo, de maneira introdutória, já que, desde os primeiros contatos se destacam a existência de choques político-interétnicos muito mais complexos do que a oposição resistência/subjugação, bem como suas respectivas derivações. Apesar das distintas instrumentações da noção ter contribuído na atribuição de agências aos indígenas em muitos conflitos²⁶¹, no limite, pode-se chegar a pensar que estes simplesmente reagiram (e reagem) a ação conquistadora, quem nessa perspectiva, detém a agência e a mantém sobre o controle. Segundo Albert, “já é tempo de nos livrarmos de uma vez por todas da noção de resistência, sobretudo, pelo efeito de realidade que ela pode conferir ao seu oposto, ou seja, a suposição de existir algo como uma “submissão cultural”²⁶²

No caso dos registros que remetem aos regimes de aproximação e conflitos entre grupos Kaingang no século XIX, podemos vislumbrar os conflitos entre lideranças supostamente “pacificadas” e as “arredias”, não somente em relação a resistência ao domínio territorial, mas segundo a trama de alianças e inimizades a que sempre está exposto o faccionalismo Kaingang. Como salienta Fernandes, as descrições dão conta da existência de unidades políticas geralmente descrevem a articulação em três níveis: os grupos locais, unidades político-territoriais e unidades

²⁵⁸ MOTA, Lúcio Tadeu. op. cit. 1994. p. 93.

²⁵⁹ AMOROSO, Marta. Op. cit. p. 22.

²⁶⁰ ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita, Org. Pacificando o Branco: cosmologias de contato no norte - amazônico. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 14

²⁶¹ TAKATUZI, Tatiana. Op. cit.. p. 4.

²⁶² ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita, Org. Op cit. p. 15

politico-territoriais envoltas por articulações de parentesco, esta última superando limitações territoriais, “já que remetiam aos princípios da socialidade expressos na cosmologia dualista kaingang.”²⁶³

²⁶³ FERNANDES, Ricardo Cid. Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica. São Paulo: PPGAS-USP (Tese de Doutorado), 2003, p 31.

4. O PARANÁ PROVINCIAL E OS ÍNDIOS COROADOS

Quando o Paraná se tornou uma província independente de São Paulo em 1853 os relatos das correrias eram constantes. Em dezembro desse ano, o então subdelegado da polícia de Palmas, Joaquim Manoel de Oliveira, solicitou uma atitude enérgica da parte do presidente da província com relação aos ataques de grupos indígenas nas cidades de Guarapuava (PR) e Castro (PR), que, segundo o policial, ameaçavam a segurança dos habitantes e dos índios administrados nessas localidades.²⁶⁴ Dois meses depois, outros registros acusam o ataque às fazendas de José Nogueira do Amaral e Domingos Floriano Machado, onde ocorreu um confronto violento com os índios, sendo que nessa oportunidade nove pessoas morreram e cinco ficaram gravemente feridas, entre índios e não índios.²⁶⁵ Borba comenta uma conversa que teve com o cacique Deggaem-bang sobre esse ataque, entretanto é preciso destacar que a publicação desse registro se deu em meio as suas argumentações sobre a não relação Guaianá/Kaingang, visto que, os primeiros eram tidos como amigáveis e pacíficos no século XVI e os Kaingang contemporâneos eram extremamente belicosos:

O autor destas linhas ouviu do cacique Deggaem-bang, a narração do extermínio por ele praticado na família Machado, a quem deveria gratidão, se a conhecesse, pela bondade com que o trataram; mas, necessitava de ferramentas e roupas que Machado possuía. Temendo a vingança dos brancos e dos índios aliados, vieram apresentar-se no Jatahi, onde aldearam-se.²⁶⁶

Paralelamente ao impactante ataque à fazenda Machado, as correrias dos Botocudos eram registradas no Quarteirão dos Ambrósios, distrito de São José dos Pinhais (PR), cidade vizinha a capital Curitiba. Consolidava-se, com isso, um dos maiores temores da administração provincial, posto que, as notícias da aproximação desses ataques à capital, segundo o presidente da província a época, eram consideradas a maior de todas as ameaças “a segurança da gente civilizada.”²⁶⁷ De maneira controversa, as autoridades provinciais proibiram qualquer tipo de violência

²⁶⁴ OLIVEIRA, Joaquim Manoel de. Ofício encaminhado ao presidente da província. 26/12/1853 In: DEAP, Código de referência BR APPR PB 001 SPP. 369. Caixa 16 Nota: AP34.10.262-263. Microfilme: rolo 319, flash 10, cg

²⁶⁵ GÓES E VASCONCELOS. op. cit. p. 3.

²⁶⁶ BORBA, Telêmaco op. cit. 131

²⁶⁷ GÓES E VASCONCELOS. op. cit. p. p. 60.

contra estes indígenas, e salientavam para que sempre se prezasse pelos métodos brandos, entretanto, diante de mais um ataque na região de Laranjeiras autorizavam que o chefe da polícia de Curitiba, junto a uma contingente de cerca de 60 homens, “se povesse no encalço delles, e os afugentasse daquelles lugares.”²⁶⁸

Borba salientou que em 1863 finalizaram-se as hostilidades entre não-índios e Kaingang, e entre índios aldeados e não aldeados na província do Paraná, sendo que o último ataque registrado teria sido nesse ano, no Campo das Laranjeiras.²⁶⁹ Contudo, se as hostilidades dos Coroados com as colônias, aldeamentos, vilas e cidades diminui significativamente, sendo registrados somente mais três eventos desse tipo após 1863, o mesmo não se pode dizer das forças conquistadoras, que incrementaram o aparato geral de perseguição aos Coroados e Botocudos não aldeados. Nesse período a formação de expedições e as compras e entregas de pólvora, munições e armamentos dominam a documentação rotineira da administração provincial, testemunhando a amplitude do esquema punitivo que se estabelecia junto com a formação de novas colônias e vilas.

O evento citado na localidade de Laranjeiras foi marcante no período. Tratou-se de um ataque dos Coroados a região de Guarapuava, onde, segundo os registros, foram mortas onze pessoas da mesma família, e que levou colonos e fazendeiros a abandonar temporariamente suas posses. Este e outros eventos na região sul da província foram decisivos para o fortalecimento das expedições preventivas que se seguiram. Passava-se a reclamar mais o uso dessa força, em algumas localidades de forma sazonal e preventiva, principalmente no inverno, quando se dizia que os Coroados e Botocudos costumavam atacar.

Nas décadas de 1870 e 1880, os ataques dos Botocudos passaram a ocupar as maiores atenção das autoridades. Além de dois ataques de índios Coroados registrados a fazendas de Guarapuava e um em Candoi (PR), foram relatados ataques de botocudos na região sul e sudeste do estado, ao longo da estrada da Mata, Rio Negro e União da Vitória, e no litoral, em Guaratuba, que teve um cerco armado por estes índios em fevereiro de 1875. Contudo, não é difícil imaginar como nesse ambiente propenso a violências mútuas, muitos saques e ataques que foram atribuídos aos índios, na verdade não foram cometidos por eles. Em 1886 Manoel Rodrigues de Abreu foi morto pelos próprios filhos e por um sobrinho, que, segundo

²⁶⁸ Id. *ibid.* p. 4.

²⁶⁹ BORBA, Telêmaco. *Op cit.* p. 131.

o chefe de polícia da província do Paraná, colocaram seu corpo no lombo de um animal na estrada, com o intuito de fazer parecer obra de índios selvagens.²⁷⁰

Tabela 1 - Ocorrências e correrias entre 1853 e 1880

ANO	LOCALIDADE	OCORRÊNCIA	GRUPO
12/1853	Guarapuava (PR)	Ataques à localidade.	Coroados
12/1853	Castro (PR)	Ataques à localidade.	Coroados
02/1854	Campos das Laranjeiras - Guarapuava (PR)	Ataque às fazendas de José Nogueira do Amaral e Domingos Floriano Machado.	Coroados
02/1854	São José dos Pinhais (PR)	Invasão ao quartelão dos Ambrósios nessa vila.	Botocudos
05/1854	Laranjeiras (PR)	Ataque a uma fazenda, resultando na morte de dois indígenas.	Coroados
07/1854	Rio Negro (PR)	Incêndio em um campo na estrada da Mata, atribuído aos índios	Botocudos
02/1855	Palmas (PR)	Ataque à fazenda que resultou na morte de um escravo e de um índio "manso".	Coroados
03/1855	Guarapuava (PR)	Ataque à fazenda de Francisco Ferreira da Rocha Loures, futuro diretor geral dos índios da província do Paraná.	Coroados
11/1855	Vila do Príncipe (Lapa - PR)	Ataque a região de Saltinho.	Coroados
03/1856	Passo Fundo (RS)	Acusação de ataques praticados na província de RS por indígenas liderados por Manoel Grande, e que estes teriam fugido para Palmas (PR).	Coroados
12/1856	Porto da União do Iguçu (PR)	Ataques a terras ocupadas por colonos.	Coroados
12/1856	Campos de São João (PR)	Ataques a terras ocupadas por colonos.	Coroados
02/1857	Palmas (PR)	Diversos assaltos consecutivos na localidade.	Coroados
04/1857	Guarapuava (PR)	Cerco a indígenas na fazenda de Benjamim Simões de Oliveira.	Coroados
08/1857	Porto da União (PR)	O cacique coroadado, Victorino Condá, seguiu para Curitiba com intuito de informar pessoalmente a presidência da província sobre os ataques dos Botocudos (Xokleng) na localidade.	Botocudos
10/1858	Rio Negro (PR)	Ataque à região de Saltinho.	Botocudos
12/1858	Colônia Militar do Jataí (PR)	Roubo a dois armazéns e posterior ataque à Colônia Militar.	Coroados
01/1859	Aldeamento de São Pedro de Alcântara (PR)	Ataque à localidade.	Coroados
03/1859	São Jerônimo (PR)	Ataque e roubo de armamentos e munições	. Coroados
03/1859	Aldeamento de São Pedro de Alcântara (PR)	O diretor do aldeamento informou que os grupos coroados aparecem no aldeamento duas vezes por dia.	Coroados

²⁷⁰ ESPÍRITO SANTO, Hermínio Francisco do. Ofício entregue ao presidente da província do Paraná. Alfredo de Esgragnolle Taunay. 26/05/1886. In: APEP, **Nota:** AP778.11.145, Microfilme: 1915.2.

06/1859	Guarapuava (PR)	Ataque à fazenda Canta Galo	Coroados
06/1859	Palmas (PR)	Ataque à fazenda de Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira.	Coroados
07/1859	Guarapuava (PR)	Aparecimento de indígenas armados em uma fazenda de Guarapuava.	Coroados
07/1859 11/1859	Aldeamento de Nonoai (RS) - Palmas (PR)	Registros sobre o assassinato do índio Jacinto no aldeamento de Nonoai, devido a rixas entre os índios dessa localidade e de Palmas. Os caciques Veri e Condá organizaram uma expedição que seguiu para Goioem (RS) com o fim de vingar a morte de Jacinto, filho (sobrinho) de Condá. Em 10/1859, Veri e Condá retornam aos campos de Palmas, com oito prisioneiros acusados do assassinato. O Ministro do Império sugeriu que os índios de Palmas fossem alojados nos campos do Chagu, a fim de evitar os atritos entre estes e os grupos da província do RS.	Atritos entre Coroados
01/1860	Aldeamento de São Pedro de Alcântara (PR) e Colônia Militar do Jataí.	Após um risco eminente de ataque ao aldeamento e a colônia militar, o frei Timótheo de Castelnuovo que nada ocorreu devido ao trabalho do intérprete os Coroados.	Coroados
02/1862	Aldeamento do Pirapó (PR)	Ataques ao aldeamento que causaram inúmeros prejuízos, inclusive a morte e vários índios. O administrador atirou em um índio e mandou que atexassem fogo em outros.	Coroados
06/1862	Porto União (PR)	Um ataque de botocudos resultou em ferimentos em um ferido. Em seguida requisita-se a presença de Condá para que conquiste a confiança dos índios.	Botocudos
08/1862	Guarapuava (PR)	Loures afirmou que o cacique Condá praticou fez uma carnificina dos índios botocudos, tendo inclusive feito alguns prisioneiros.	Atritos entre Botocudos e Coroados.
05/1863	Porto União (PR)	Loures encoraja a disposição dos índios de Palmas, Veri e Condá, em se dirigirem para Porto União para tratarem de criar amizade com os botocudos que estavam atacando a região. Para essa missão pacífica solicitou armamentos, pólvora e munições a serem entregues aos dois caciques.	Atritos entre Botocudos e Coroados Atritos entre Botocudos e Colonos.
07/1863	Guarapuava (PR)	Ataque de 100 índios a residência de Joaquim de Freitas. Manoel Pereira do Valle levou uma flechada nas costas ao socorrer o primeiro.	Coroados
07/1863	Laranjeiras Guarapuava (PR)	Ataques que culminaram na morte de onze pessoas de uma família. O evento parece ter promulgado o terror nos moradores das redondezas que começaram a deixar suas casas além das usuais críticas ao sistema da catequese, e a inflamação dos ânimos daqueles que defendiam o uso da força.	Coroados
04/1865	Guarapuava (PR)	Disseminam-se pela população Boatos que aterrorizam os moradores de um ataque organizado pelos índios de Goioem, Palmas e Guarapuava	Coroados
07/1865	Candói (PR)	Ataque a duas pessoas na região.	Coroados
08/1865	Guarapuava (PR)	Novos ataques a Guarapuava, sendo que 15 fazendeiros deixaram a região.	Coroados
05/1868	Passo Ruim	Ataques cometidos à região, que resultaram em	Botocudos

	Rio Negro (PR)	mortes.	
02/1875	Guaratuba (PR)	Após diversos avisos de que os temidos botocudos rondavam a localidade, surgem registros de ataques a serrarias e engenhos, resultando em feridos e alguns mortos.	Botocudos
07/1875	Guaratuba	Após investidas de um destacamento da Guarda Nacional, que sem sucesso de encontrar os índios que atacarem em março, os mesmos botocudos tornam a atacar a localidade, sitiando o engenho Pai-Paulo, levando ferramentas, atirando 14 flechas que feriram algumas pessoas e que mataram Joaquim Jerônimo Leite. Novas investidas contra os índios, dessa vez de um destacamento de Curitiba, recaem na mesma situação, ao chegarem na localidade os índios haviam sumido. Entretanto, permanecem os registros que eles se mantiveram rodeando a região por algum tempo.	Botocudos
03/1880	Campo da Estiva; Papanduva; Saltinho. Rio Negro (PR).	Indígenas perseguiram moradores da região da estrada da Mata.	Botocudos
11/1880	União da Vitória (PR)	Um destacamento de índios mansos foi requisitado para sair a busca dos indígenas que mataram os filhos de Antônio Ferreira de Freitas.	Botocudos

Os territórios ocupados pelos índios foram sendo cada vez mais pressionados, paralelamente, cresciam os registros das “barbáries”. Os colonos potencializaram antigos etnocentrismos e preconceitos, garantindo que com isso, o trânsito de indígenas pelos territórios passa-se a ser vigiado. Aqueles grupos que não se orientavam pelas regras impostas (ou que não se importavam em dissimular concordâncias) passaram a ser perseguidos e sistematicamente combatidos. Nesse contexto, controlar a mobilidade dos grupos arredios era essencial aos planos colonizadores, e de certa forma, um dos aspectos centrais da política de instauração de aldeamentos. Nesses espaços, pensados e organizados para reunir indígenas ao grêmio da civilização, especialmente através do trabalho e da catequese constante, a saída dos índios aos matos era uma das maiores preocupações dos seus diretores e missionários.

4.1. CONTÊL-OS, AFUGENTAL-OS OU CHAMAL-OS A PAZ E CIVILIZAÇÃO

A Nação dos Coroados só se dedica á guerra; vivem unicamente da pilhagem e para obterem seus fins e darem pasto a seus gênios não há sangue que baste para saciar a sua ferocidade sendo os guaranis que mais sofrem de suas hostilidades; finalmente é tal qual descreve o distinto Padre Chagas, em uma obra que esta Nação mais se assimilhava á feras do que a homens.²⁷¹

Assim foram descritos os Kaingang em 1855, pelo fazendeiro da região de Guarapuava, então brigadeiro diretor geral dos índios da província do Paraná, e procurador dos interesses dos índios, Francisco Ferreira da Rocha Lourdes²⁷², em meio a um ofício em resposta ao vice-presidente da Província, Theófilo Ribeiro de Rezende. Rocha Loures era um homem extremante interessado e comprometido com a conquista dos sertões, como atesta até mesmo a sua biografia: era filho do Capitão Antônio da Rocha Loures, que participou da expedição de Diogo Pinto a Guarapuava em 1809, e mais tarde fundou junto ao padre Chagas Lima a Freguesia Nossa Senhora de Belém, futura cidade de Guarapuava. Seu irmão, João Cypriano da Rocha Loures, exerceu a mesma época o cargo de Diretor do aldeamento de Nonoai (RS), capacitando aos irmãos Rocha Loures, o controle de boa parte dos pontos estratégicos e monopólio das rotas comerciais entre as províncias. As relações com indígenas estavam debruçadas sobre a defesa dessas terras, que estavam diretamente sobre o seu interesse, especialmente sua fazenda, que lhe tomava a maior parte do tempo.²⁷³

A escolha de Loures para o cargo via Decreto Imperial, como determinava o regulamento das Missões de 1845, não se deu por acaso, já que a trajetória de sua família no desempenho da conquista dos territórios indígenas era amplamente reconhecida pelos poderes do Império. A seu ver, reunir os indígenas aos propósitos do Estado e dos colonizadores era uma missão irreclinável a que o governo provincial deveria debruçar-se. Contudo, Rocha Loures demonstra-se extremamente

²⁷¹ LOURES, Francisco da Rocha. Relatório do diretor geral dos índios do Paraná. Vila de Guarapuava. 8 de agosto de 1855. In: Boletim do Arquivo Público do Paraná. Ano VII, nº 11. Departamento estadual de microfilmagem – DAMI. Curitiba, 1982. pp. 48-52.

²⁷² Permaneceu no cargo durante 16 anos, de 09/04/1855 até seu falecimento em janeiro de 1871. Seu irmão, João Cypriano da Rocha Loures, exerceu a mesma época o cargo de Diretor Geral da Província do Rio Grande do Sul. Seu pai, o Capitão Antônio da Rocha Loures, havia participado de diversas expedições, atuando inclusive em Atalaia junto ao Padre Chagas Lima. Os dois, em 1818, fundaram a Freguesia Nossa Senhora de Belém, futura cidade de Guarapuava.

²⁷³ Relatório do presidente da Província Francisco Liberato de Matos, de 07 de Janeiro de 1858. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1858. p. 29.

impaciente e intransigente nos registros, principalmente frente a solicitações de recursos que viabilizassem seus próprios projetos, mantendo frequentes atritos com autoridades e funcionários provinciais. Deve-se salientar que atuava no cargo mais como um agente de colonização dos territórios indígenas que tinha interesse, e frequentemente o utilizava como aparo de segurança de suas terras, além disso, pediu demissão pelo menos duas vezes, caso suas propostas não fossem aceitas pela presidência da província. Na carta citada de agosto de 1855, Loures reúne uma série de medidas que acredita serem imprescindíveis na redução dos indígenas. Ele finaliza o documento afirmando que se não pudessem lhe enviar todos os recursos que requisitava, exigia que aceitassem sua demissão, “propondo a outra pessoa que sem estes recursos, possa desempenhar seus deveres; ficando-me o único desprazer de não poder corresponder a confiança que em mim depositou S.M. o Imperador.”²⁷⁴

Inicialmente opina sobre as medidas a serem adotadas em resposta aos ataques de indígenas não aldeados, “que infestão hostilizando as imediações destas Povações, em ordem de contê-los, afugentá-los ou chamá-los a paz e civilização, sendo isso já possível”. Como de praxe no período, também preconizava a instalação de aldeamentos ou colônias militares, com vocação agrícola, isolada das vilas e cidades, dispostas estrategicamente com o intuito de conter possíveis ataques a estes núcleos. Buscava dessa forma, romper com a suposta ociosidade e os muitos vícios em que viviam os índios, que a seu ver, “nada oferecem de vantagem, e antes pelo contrario, segundo estou informado, caminharão lentamente a se tornarem perniciosos, tanto á si como á sociedade.”²⁷⁵

Diante da referida ociosidade, Loures destaca ser necessário fixá-los em algum local adequado, onde “possão resultar ao estado”, sendo afastados de possíveis maus hábitos das vilas e cidades. Para os indígenas de Palmas planeja instalá-los no Chagú, então acampamento militar instalado pelo Tenente Coronel Beaurepaire, que tinha como objetivo primordial “dar recursos á projectada estrada d’esta para o Paraguae”. O controle dos vícios e mendicâncias também era frequentemente ressaltado, e justamente por isso, orientava destacamentos relativamente distantes das vilas e cidades. Afirma ser necessária a proibição da livre circulação de comerciantes que poderiam vir a principiar “especulação de

²⁷⁴ ²⁷⁴ LOURES, Francisco da Rocha. Op. cit. 1982. p. 52.

²⁷⁵ Id. *ibid.* p. 48

negócios”, abrindo exceção somente aos negociantes “que forem com dinheiro comprar-lhes os produtos e se for mister ter nos aldeamentos alguma coisa a venda, deverá ser isso então feito por , conta do Governo.”²⁷⁶

O destacamento que idealizou Loures seria composto basicamente de acordo com o estabelecido pelo regulamento das missões, com a exceção da exigência de que se destacassem ao menos trinta soldados do exército, casados e com bons costumes “porque sendo este deslocamento, de outra gente será mui difficil, senão impossível, acostumar-os a necessária disciplina em um lugar remoto como é aquele”. Nesse ambiente militarmente hierarquizado, onde o cacique Veri seria instituído das honrarias de Capitão, visava-se a proteção das vilas que deveriam ser fundadas as margens do rio Iguaçu e Paraná e nos Sertões de Guaíra (Paiquerê). Também deveria se portar como uma barreira de contenção “as continuadas agressões dos índios Selvagens, que com frequência invadem este Município com suas hostilidades, por ficar próximo á seos alojamentos, cuja vinda por ali mais frequentão”. Finaliza expondo que apesar das dificuldades que possam parecer a esta empreitada, com o papel de liderança de Veri e a sua qualificação, “tudo se poderá conseguir.”²⁷⁷

Como em qualquer debate indigenista do período, embasados de alguma maneira no projeto de catequese e civilização dos índios, dever-se-ia guiar “no trato” com os índios pelos métodos *brandos*. Estes, como já vimos, alternam desde uma suposta missão humanitária encabeçada pela catequese e instrução dos índios aos ditames da civilização, até a violência como único princípio elementar e fundamental da redução dos indígenas. Na opinião de Loures primeiramente se deve impor os indígenas a força o sistema de aldeamentos, já que os índios encontravam-se em um estágio embrutecido, especialmente os Coroados: “não é possível sem que primeiramente se lhes prepare o espírito, fazer-se-lhes afastar de seu juízo males, que eles supõe ser bens[...]”.

Ao eleger a força como elemento redutor, releva à conversão um papel secundário e ineficaz. Loures argumenta que “a gente de primeira classe d’este Município”, já havia muitas vezes tentado pregar os princípios cristãos aos indígenas, entretanto, quando estes apareciam na região “com suas simuladas amizades, do que elles tem tirado a vantagem, de fingir, que acreditão, para o

²⁷⁶ Id. *ibid.* p 49

²⁷⁷ Id.

depois com mais facilidade fazer em suas surpresas, do que há muitos exemplos.”²⁷⁸ Trata-se de um autêntico exemplo da *inconstância* selvagem a “aceitação entusiástica mas altamente seletiva de um discurso totalizante e exclusivo, a recusa em seguir até o fim do curso desse discurso”, que por sua vez, “não podiam deixar de parecer enigmáticas a homens de missão, obediência e renúncia.”²⁷⁹

De qualquer forma, para Loures o caminho mais adequado para se obter resultados na catequese, diante da inconstância e dos ataques era o emprego da força, “a qual devida em destacamentos será prestar nos sertões que for mais habitado por eles, cujos estabelecimentos muito converia que fosse principiado em alguns de seus alojamentos.”²⁸⁰ Em 1864, sugere mais uma vez a criação de uma companhia de índios mansos, comandadas por militares, baseando-se na regulamentação das cartas régias de 1808 e 1809²⁸¹, talvez em uma tentativa de se remeter de forma saudosista aos tempos que seu pai cruzava os terrenos de Atalaia e Sepultura nas primeiras décadas do século.

4.1.1 OS 30.000 RÉIS DE CONDÁ

Muito já foi escrito sobre a relação entre certas lideranças Kaingang e os aparatos conquistadores. Os mais comentados na bibliografia são os caciques Victorino Condá e Estevão Veri, aos quais foram, em momentos diferentes, atribuídos os títulos de capitão por alguns dos seus feitos junto aos colonizadores. Entretanto, há exemplo dos demais índios, percebe-se em meio aos registros históricos uma oposição nas classificações dessas lideranças, que se movimentam bruscamente entre os polos civilizado e selvagem. O posicionamento do vice-presidente da província em 1857 sobre a atuação de tais caciques na região de Guarapuava e Palmas revela com clareza essa oposição

²⁷⁸ Id. *ibid.* p. 50.

²⁷⁹ Sobre este último aspecto pode-se mais uma vez apontar a reflexão de Viveiros de Castro em *A inconstância da Alma Selvagem*. O tema da inconstância dos índios recém-convertidos frente aos dogmas religiosos apresentados por missionários, foi frequentemente abordado para a catequese jesuítica colonial dos tupinambá, como salienta esse autor, o exemplo primordial. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2011. *op. cit.* p. 190

²⁸⁰ LOURES, Francisco da Rocha. 1855. *Op. cit.* p. 50.

²⁸¹ LOURES, Francisco Ferreira da Rocha. Ofício enviado ao Vice-Presidente da Província do Paraná. 08/01/1864 In: APEP Nota: AP176.1.142-144, Microfilme: rolo 873, flash 2, cx. 5

Do aldeamento de Guarapuava já não há vestígios e os poucos índios que ainda hoje existem misturaram-se com a população. Em palmas ha dous bandos de índios mansos, o primeiro governado pelo capitão Victorino Condá, está arranchado no Xapecó, e o que segundo obedece ao cacique Viry aquartela-se nas immediacões da freguesia. Occupam-se quando são chamados nos trabalhos as estradas, fóra disso, vivem na mais completa ociosidade; mas são considerados pelos moradores do districto como necessários á sua segurança, sempre ameaçada pelos índios bravos.²⁸²

Entre o desprezo pela sua ociosidade e o apreço pela segurança, optava-se por considera-los como necessários para garantir a integridade dos moradores da região. Entretanto, independente da sua importância política, permanecem classificados como inconstantes, atribuição típica aos indígenas durante todo período colonial. Alguns indígenas eram destacados como mais civilizados, de acordo com sua importância para o processo colonizador e com as matizes do contanto estabelecido com os não índios. O grupo de Victorino Condá, por exemplo, era considerado por alguns como os mais civilizados da província, “posto que ainda o seu estado seja o da barbárie. Expressam-se em portuguez todos os maiores, o que não se dá nos outros que tem vindo a esta capital, durante a minha administração.”²⁸³

O historiador John Hemming, que defende a tese da derrota dos índios brasileiros frente aos colonizadores, é somente um dos que argumentaram que em meio à conquista dos territórios sulinos no século XIX os caciques foram arregimentados pelos colonizadores para que lutassem “contra seus compatriotas”²⁸⁴. O autor utiliza o exemplo do cacique Condá e de Veri, poderosas lideranças político-territoriais que exerceram ampla influência entre chefias de grupos locais durante o período, que na sua perspectiva, teriam simplesmente se sujeitado aos colonizadores:

O cacique Vitorino Condá recebeu a recompensa de 220 mil réis, passou a comandar os caingangues que derrotara e foi reconhecido oficialmente como bugreiros (caçador de índio). O cacique Viry de Guarapuava também desempenhou essa missão nefasta. Embora os colonizadores o forçassem a

²⁸² Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da província do Paraná pelo Vice Presidente Jose Antônio Vaz de Carvalhes na abertura da Assembléia Legislativa Provincial S/D 1857. Curitiba, Typ. Paranaense de C.M. Lopes, 1857. p 93

²⁸³ Relatório com que o exm. sr. presidente da província, dr. Antonio Augusto da Fonseca, abriu a 2.a sessão da 8.a legislatura da Assembléia Legislativa do Paraná no dia 6 de abril de 1869. Curitiba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1869. P. 18.

²⁸⁴ HEMMING, John. Fronteira Amazônica: A derrota dos índios brasileiros. São Paulo: EdUsp, 2009, p.554.

deixar Guarapuava em 1856 reivindicava uniformes, pagamento e o título de bugreiro.²⁸⁵

Contudo, esse tipo de descrição simplista não faz jus à complexidade das situações. Primeiramente não explica como se estabelecem esses acordos e como a situação é comportada diante da contraditória e descentralizada legislação indigenista, que no máximo era capaz de identificar categorias genéricas de indígenas, como aliados e inimigos. Como salienta Monteiro, a disposição a resistência, “não se limitava ao apego ferrenho às tradições pré-coloniais, mas, antes, ganhava força e sentido com a abertura para a inovação.”²⁸⁶ Se o caráter político da ação desses caciques não foi compreendido pelos colonizadores, que ora os definiam como selvagens, ora como bugreiros, acreditamos que se tratava, antes de qualquer coisa, de assegurar para os mesmos e os demais índios de Palmas garantias territoriais, dessa maneira, mantendo uma unidade política e territorial dentro dos Campos de Palmas.²⁸⁷

Em 1843, ao contrário do que afirma Hemming, quem recebeu os 220 mil reis foi o Capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, enquanto a Condá foram dadas roupas e alguns utensílios, assim como a nomeação de Comandante dos Índios, que por ele fossem reduzidos.²⁸⁸ Também não foi ele quem cometeu a carnificina de índios Coroados em Guarapuava, como pode ser lido no relato de 1844 do presidente da província de São Paulo. Segundo o documento, o culpado seria a própria autoridade em exercício, que os teria atacado em meio a uma caçada. Assim, como conta o registro, “vinte e tantos Índios d`ambos os sexos, inermes, sem oporem resistência activa, forão assassinados.”²⁸⁹

No ano de 1847 os serviços de Condá foram contratados pela província de São Pedro do Rio Grande do Sul, atuando no aldeamento de Nonoai, onde mantinha estreitas relações de parentesco. Ao lado de João Cypriano da Rocha Loures, ficou acertado que Condá receberia 500 mil réis por mês assim que reunisse 500 índios

²⁸⁵ Id.

²⁸⁶ MONTEIRO, John Manuel. Op. cit., p. 72

²⁸⁷ MALAGE, Kátia Graciela Jacques Menezes. op. cit. p. 111.

²⁸⁸ Discurso recitado pelo exmo presidente, Manuel Felisardo de Souza e Mello, no dia 7 de janeiro de 1844, por ocasião da abertura da Assembléia Legislativa da província de S. Paulo. S. Paulo, Typ. do Governo, 1844.

²⁸⁹ Id.

no aldeamento, mais tarde, “modificou-se esse ajuste dando-se-lhe uma mensalidade de 5 mil reis de cada 50 que apresentasse.”²⁹⁰

Parece que a argumentação central da acusação de *bugreiros* são os registros de pagamentos a essas lideranças, que, como veremos, tem trajetórias conturbadas, mesmo se analisarmos exclusivamente sua relação com a província do Paraná, além disso, existem registros que demonstram reclamações por atrasos e faltas de pagamentos. Na verdade, não eram somente os Capitães Caciques que reclamavam o pagamento de soldos diretamente ao governo provincial Intérpretes, missionários, ferreiros e professores constantemente se dirigiam a província a fim de reclamar o não pagamento de seus salários, ou de condições devidas de trabalho. Trata-se de um legítimo testemunho da fragilidade financeira do Estado e de sua incapacidade de cumprir com os compromissos e acordos firmados. Como descreve Monteiro, apesar da perspectiva de Hemming, uma crônica da destruição e do despovoamento dos índios diante da conquista, ser fundamentada em muitas verdades, “já não é mais aceitável para explicar a trajetória dos povos indígenas nestas terras.”²⁹¹

Devemos nos questionar sobre a efetividade do pagamento aos serviços dos caciques Kaingang. Condá, que na época da emancipação política do Paraná já contava com certo prestígio entre alguns colonizadores, registrou diversas queixas sobre atrasos de pagamentos pelos serviços efetuados. Seu regime de serviços à província iniciou-se em 27/10/1856, contando com a autorização do Império, que o reintegrava ao cargo de Cacique Geral dos índios mansos de Guarapuava (PR), devendo receber 30 mil réis mensais pelos seus serviços²⁹² atuando em diversos momentos estratégicos para o seu povo, até o seu falecimento e 23 de maio de 1871. Entretanto, apenas um ano depois da comunicação que o instituía de tais privilégios, em uma carta de autoria de Victorino Condá, redigida e assinada por Cândido Rodrigues Lopes, requisitava que fosse pago o valor mensal prometido pelo governo, que já se encontrava atrasado desde sua autorização.

²⁹⁰ Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o senador conselheiro Manoel Antonio Galvão, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 5 de outubro de 1847, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1847 a 1848. Porto Alegre, Typ. de Argos, 1847. p. 13.

²⁹¹ Tupi Tapuia, p. 78

²⁹² FERRAZ, Luiz Pedreira do Couto, ministro do Império. Ofício entregue ao vice-presidente da província do Paraná José Antônio Vaz de Carvalhes. Rio de Janeiro, 27/10/1856. IN: DEAP, Nota: C129.115.

Em novembro de 1859, após os atritos entre os índios de Nonoai e Palmas, o Diretor Geral dos Índios solicitou que fosse pago o valor de 30 mil réis prometidos ao cacique Condá, lembrando à presidência da província que ele tinha essa gratificação garantida por Decreto Imperial.²⁹³ Passam-se os anos e mantêm-se os atrasos, e remanejado de uma instância administrativa para outra: em 23/12/1859 um inspetor da Tesouraria da Fazenda da província dizia que segundo Aviso do Ministério do Império, o soldo do cacique deveria ser pago pela rubrica da catequese; em 26/06/1861, com outro inspetor da Tesouraria no cargo, o pagamento deveria ser efetuado através da coletoria de Guarapuava. A legislação é flutuante demais para regulamentar qualquer coisa por muito tempo. Pode-se observar em todo tipo de ocasião que a troca de funcionários, muitas vezes, envolvia a mudança nos métodos e nos objetivos da repartição.

Existiam também muitas falsas promessas. Em 01/05/1862 o presidente da Província, Antônio Barbosa Gomes Nogueira, afirmou pessoalmente a Condá que iria atender as solicitações que recebeu do cacique: a instituição de fardamento de acordo com a patente para os seus liderados, *brindes* e ferramentas, também para o seu contingente.²⁹⁴ Contudo, um mês e meio depois, o mesmo presidente revela ao inspetor da tesouraria que o Ministério da Agricultura negou a concessão de soldos ou qualquer tipo de patente, gratificações e uniformes militares à Victorino e seus companheiros. Tais relações políticas se desenvolviam sobre circunstâncias limítrofes, principalmente diante da usurpação dos territórios. No mesmo documento, solicita que o delegado da Repartição das Terras Públicas e Colonização da província descubra, se os territórios dos indígenas comandados por Condá foram invadidos ou tomados.²⁹⁵

Ainda em 1864 a situação não havia se resolvido, em abril desse ano o valor devido a Condá, totalizava 960.000 reis, sendo 270.000 por serviços prestados a administração provincial vigente na época e 690.000 acumulado de serviços

²⁹³ LOURES, Francisco Ferreira da Rocha. Ofício encaminhado ao presidente da Província do Paraná. 17/11/1859. In: DEAP, nota: AP79.12.127, Microfilme: rolo 585, flash 5, cx. 3.

²⁹⁴ NOGUEIRA, Antônio Barbosa Gomes – presidente da província do Paraná. Ofício encaminhado ao diretor do aldeamento de Palmas Pedro Ribeiro [] Souza. 01/05/1862. In: DEAP, Nota: C27.3.147

²⁹⁵ NOGUEIRA, Antônio Barbosa Gomes – presidente da província do Paraná. Ofício entregue a Cândido Rodrigues Soares de Meirelles. Curitiba (PR), 17/06/1862. In: DEAP, C27.11.185.

anteriores. A informação dava conta ainda que Ignácio Veri não era pago pelos cofres da Tesouraria provincial.²⁹⁶

Os eventos que se seguem a estes registros demonstram como os entraves burocráticos barravam os pagamentos dos serviços praticados pelos indígenas. Se por um lado eram proibidas e desaconselhadas as viagens dos índios a Curitiba, o Inspetor da Tesouraria da Província alegava que estes precisavam ir até lá para receber o soldo, e que no caso de Condá, não havia se apresentado para receber seu pagamento. Em um registro o funcionário alertava para o presidente da província que essa tarefa devia ser observada pelo Diretor Geral dos Índios, o procurador dos indígenas, segundo o regulamento das missões de 1845, nesse caso, Rocha Loures.²⁹⁷ Em Julho os índios liderados por Condá se retiraram de Guarapuava para Palmas, por não haverem ainda recebido seus vencimentos. A situação chegou ao conhecimento do então ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas, João Pedro Dias Vieira, que ordena que se pague pontualmente Condá e se deve oferecer gratificação igual a Veri.²⁹⁸ Após o afastamento de cacique e de seus comandados para Palmas pela falta de pagamento, o governo provincial imediatamente reagiu, autorizando seus pagamentos pela coletoria de Guarapuava.

Os caciques Condá e Veri, e muitos outros, não foram simplesmente cooptados pelo governo como inocentes, tratavam-se de relações estratégicas entre as duas partes, cada qual com seu objetivo particular. No caso dos caciques, tratava-se manter uma unidade político territorial entre as terras meridionais, e seus protestos junto aos presidentes da província, certamente os garantiam o fortalecimento de sua chefia. Pode-se dizer que em certos momentos, como salientou Borba, uma aliança temporária pela guerra, contra um inimigo em comum. Com isso, devemos abandonar as análises dessas lideranças e seus contingentes, que são calcadas exclusivamente nos radicais da polarização resistência/submissão, já que, nessa perspectiva, os pesquisadores acabam por “omitir as múltiplas experiências de elaboração e reformulação de identidades que se apresentaram

²⁹⁶ BARROS, Lucas Antônio Monteiro de. Ofício encaminhado ao presidente da província. Curitiba 01/04/1864 – 02/04/1864 . In; APEP Nota: AP183.8.135/136.

²⁹⁷ BARROS, Lucas Antônio Monteiro de. Ofício entregue ao presidente da província do Paraná. Curitiba 28/05/1864. APEP Nota: AP185.10.123

²⁹⁸ VIEIRA, João Pedro Dias. Ofício entregue ao presidente da província do Paraná. Rio de Janeiro 29/07/1864 APEP Nota: C266.81

como respostas criativas às pesadas situações historicamente novas de contato, contágio e subordinação.”²⁹⁹

Com os diversos avanços na etnologia sobre Kaingang, principalmente a partir a década de 1990,* passamos a observar a ocorrência de seus regimes de política e aliança nas fontes coloniais e Imperiais, especialmente as referências às estratégias adotadas por caciques e lideranças em meio ao estabelecimento de relações com os não índios. Tais lideranças, como demonstra Fernandes, sustentam um papel central nos regimes de política desses grupos, devendo as observações que a eles são dirigidas, despidas de tais oposições polarizações.

Para além dos rótulos, deve-se ter em mente que estas além de resistir com todas as suas prerrogativas tradicionais a ocupação sistemática dos territórios, no caso de grandes lideranças político territoriais envoltas por relações de parentesco, como Condá, pode-se indicar até mesmo, “certas estratégias da organização social kaingang acompanhando a dinâmica de alianças e conflitos desenvolvida por Condá em sua passagem pelos territórios kaingang ao sul de Guarapuava”.³⁰⁰ Além disso, mantiveram ativo (e ainda mantém) um sistema de pacificação dos brancos, que visa uma aproximação e um afastamento segundo os seus termos, “negociaram e ainda negociam a demarcação de terras indígenas, participaram do processo de exploração de madeira— atualmente coordenam a implantação de projetos — estiveram e ainda estão na base dos conflitos e das alianças internas.”³⁰¹

4.2 REGISTROS DE ÍNDIOS NAS CIDADES PROVINCIAIS

As menções a presença de indígenas na Curitiba Provincial podem ser encontradas em Correspondências de Governo e Códices Avulsos que estão arquivadas no Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP-PR). As primeiras tratam da rotina administrativa do projeto de *conquista, catequese e civilização dos Índios*, onde se pode visualizar a correspondência oficial entre os aldeamentos e os órgãos administrativos provinciais, como a tesouraria, diretoria geral dos índios e a presidência. Além disso, um grande número delas trata, como já demonstramos das correrias, *ataques* ou *invasões* a fazendas, aldeamentos,

²⁹⁹ MONTEIRO, Jonh Manuel. Op. cit. p. 78

³⁰⁰ *Id. ibid.* p. 109

³⁰¹ FERNANDES, Ricardo Cid. *op. cit.* p. 6.

freguesias, vilas e municípios. Devem-se destacar os contínuos registros que atestam a fragilidade das finanças e do orçamento público destinado às frentes de execução da catequese e civilização dos índios, que diante das contingências, dificilmente conseguiriam auxílio imediato do governo provincial.

Os Códices Avulsos consistem nas cópias dos ofícios entre o poder Imperial e seus Ministérios competentes ao tema, e os setores da administração da província. Tratam das medidas centralizadoras e solucionadoras das questões e conflitos que escapavam da alçada da província: a criação e extinção de colônias e aldeamentos, nomeações de cargos como diretores gerais, missionários e presidentes da província; determinações de vencimentos de funcionários do projeto indigenista; a instituição de cargos e o revestimento de prestígios a indígenas; e o repasse de todos os registros sobre o estado dos aldeamentos, e dos indígenas da província de uma forma geral.³⁰²

Para a realização da pesquisa nesses documentos foram imprescindíveis à imersão nas fontes, duas publicações recentes do DEAP-PR, o terceiro e quarto volume da Coleção pontos de acesso: *Catálogo Seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná Provincial 1853 – 1870* (2007); *Catálogo Seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná Provincial 1871 – 1892* (2009).³⁰³ A pesquisa entre os 2970 registros que tratam dos indígenas no período, possibilitou a visualização geral de uma rede de políticas e burocracias indigenistas que tentava dar conta dos desígnios da catequese e civilização dos índios no Paraná provincial. Com isso pudemos determinar os documentos específicos que tratavam direta ou indiretamente do trânsito e permanência de grupos indígenas na cidade de Curitiba. Puderam-se vislumbrar com esse esforço, reclamações, reuniões e disputas entre autoridades provinciais e lideranças indígenas pela influência política entre os territórios e ocupantes. Em seguida, torna-se um autêntico trabalho paleográfico de transcrição e descrição de fontes de difícil leitura, organizando-as junto ao tema de interesse (índios em Curitiba, proibições a essa presença, por exemplo), período e autor.

³⁰² MARCHETTE, Tatiana Dantas. Introdução. In: *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial: 1853 – 1857*. Coleção pontos de acesso, vol. 3 Curitiba: Imprensa Oficial, 2007. p.9.

³⁰³ Respectivamente: *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial: 1853 - 1870*. Coleção pontos de acesso, vol. 3 Curitiba: Imprensa Oficial, 2007; *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial: 1871 - 1892*. Coleção pontos de acesso, vol. 4 Curitiba: Imprensa Oficial, 2009.

A presença se refere situações extremamente distintas, indígenas que buscam refúgio de alguém ataque a aldeamentos, a busca pelos *brindes* e ferramentas, sua prisão pelas autoridades policiais, à prestação de algum esclarecimento solicitado, ou mesmo, a reivindicação de terras e o descontentamento com os órgãos e metodologias da política indigenista. A emancipação política do Paraná em 1853 revelou-se com o tempo em um espaço propício para o fortalecimento da política de algumas lideranças indígenas junto à administração provincial, política esta, cabe dizer, distinta em seu formato geral e nos seus objetivos. Entretanto, a atuação política dos índios nas cidades estava proibida, e quando não esteve, foram movidos esforços para suprimi-las e minimizar seus impactos.

A tabela a seguir demonstra os principais registros abordados nessa pesquisa. Estes foram distribuídos cronologicamente, sendo apresentada uma descrição do evento, por exemplo, a viagem de indígenas de um aldeamento a Curitiba. Optamos por inserir uma breve descrição do registro para que se tornasse mais simples a consulta a um determinado evento. É preciso destacar que um mesmo evento pode conter inúmeros registros, que foram dispostos no campo destinado a apresentação das Notas dos arquivos presentes no DEAP-PR, para facilitar a pesquisa. Não foram apresentados nessa tabela os relatórios dos Presidentes da Província que serão demonstrados em uma específica. Também não foram incluídos os documentos que fazem menção indireta a essa presença, por motivos práticos, para que a tabela não se tornasse ainda maior.

Tabela 2 - Registros da presença de indígenas na Curitiba provincial

DATA	EVENTO	DESCRIÇÃO	NOTA DEAP-PR
02/1854	Ameaça de invasão em São José dos Pinhais.	O medo de ataques em cidades próximas a capital é responsável por uma série de medidas que buscam conter a proximidade de grupos não aldeados, principalmente a organização de milícias e expedições punitivas.	Cópia digital: SPP34
04/1854	Coroados de Palmas passam por Curitiba.	O juiz municipal e de órfãos de Curitiba solicitou ao presidente da província, conforme ordens recebidas, o reembolso com as despesas relacionadas à acomodação, alimentação e fornecimento de brindes aos índios de Palmas.	Cópia digital: PJU243
04/1854	Reembolso com índios do aldeamento de Apiaí (PR) em Curitiba.	O comerciante José Gomes de Medeiros solicita reembolso com as despesas dos índios.	Cópia digital: GPR.Cpa49

08/1857	Victorino Condá dirige-se à Curitiba.	Em meio aos ataques de índios Botocudos (Xokleng), na região de Porto da União (PR), o cacique segue para a capital para tratar sobre o assunto junto à presidência da província.	AP45.8.121
02/1860	34 indígenas dirigem-se a Curitiba.	Joaquim Francisco Lopes, diretor do aldeamento de São Jerônimo seguiu para a capital com os indígenas com o intuito de apresentá-los à presidência, por fim, salienta que devem ser providenciados os devidos "brindes".	AP87.3.292
06/1860	Aparecimento de indígenas em uma fazenda de São José dos Pinhais (PR).	Novo clima de tensão entre os administradores da província com as notícias do chefe da polícia sobre o aparecimento de indígenas nas proximidades da capital.	AP93.9.58-59
02/1861	24 indígenas dirigem-se a Curitiba.	Oriundos do aldeamento de São Jerônimo, os indígenas dirigiram-se a Curitiba em brindes.	AP109.6.136
03/1861	Índios Guarani digerem-se a Curitiba.	O diretor do aldeamento de Nossa Senhora do Loreto de Pirapó (PR) seguiu para Curitiba com índios de diversos grupos Guarani.	AP109.6.232-234 e 238
05/1861	Informações sobre a guerra do Paraguai.	O índio guarani Cândido Venite, que viveu por muitos anos no Paraguai, comunica ao presidente da província que os paraguaios invadiram o território do império, montando uma guarda na margem direita do rio Yguatemi e que estão tentando recrutar indígenas que habitam o território da província.	AP112.9.258
06/1861	24 índios coroados dirigem-se a Curitiba.	O ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas recebeu um ofício da presidência da província sobre o aparecimento de grupos não aldeados na cidade de Curitiba. Em uma tentativa de os aldear, o diretor geral dos índios comunica que estes indígenas pertencem a grupos "selvagens" que habitam os campos de Guarapuava, mais especificamente entre os rios Ivaí e Piquiri, e que devem ser os mesmos que atacaram a colônia Teresa.	C264.33
11/1861	20 índios coroados dirigem-se a Curitiba.	O frei Timóteo de Castelnuovo comunica que os coroados seguem para Curitiba com muitas flechas que pretendem trocar por miçangas brancas e facões.	AP123.20.267
02/1862	Grupo de coroados dirigem-se a Curitiba.	Cândido Venite conduziu um grupo não informado de indígenas do aldeamento de Pirapó (PR) para Curitiba.	AP134.5.155
03/1862	Grupo de mais de 60 indígenas segue para Curitiba.	Devido a ataques no aldeamento de Pirapó (PR), onde alguns índios foram mortos, o intérprete dos Coroados, Frutoso Antônio de Moraes Dutra seguiu com cerca de 63 índios, sem contar os menores, em direção a Curitiba.	AP136.7.226
04/1862	Grupo de coroados estabelecidos temporariamente em Curitiba.	Uma série de registros, ofícios e reembolsos, atestam para a presença de indígenas de do provável aluguel de uma casa para este fim.	AP137.8.253 C27.1.137 AP166.15.33/34

05/1862	Coroados de Palmas (PR) e Jataí (PR).	Diversas ordens de reembolsos totalizando 3 contos, 209 mil e 879 réis, gastos com hospedagem, brindes e alimentação de índios em Curitiba.	C27.5.154
07/1862	Victorino Condá e alguns caciques subordinados dirigem-se a Curitiba.	O presidente da província solicita a presença do Condá para tratar pessoalmente da organização de uma expedição para conter os índios botocudos na região de Porto da União (PR).	C27.17-18.208
12/1863	Grupo de índios coroados dirigem-se a Curitiba.	Ordem de pagamento das despesas que os índios fizeram na capital da província.	C27.108.258
03/1864	Índios fixados temporariamente em Curitiba.	Série de registros dão conta da presença de um grupo de indígenas em Curitiba por pelo menos 2 meses. Iniciam-se diversas reclamações a respeito dos gastos com essa presença, principalmente o aluguel da casa onde estavam hospedados.	AP181.6.158 C27.122.20 C27.125.40
04/1864	Regulamentação da presença indígena na cidade.	Os indígenas devem ser acomodados no quartel da companhia de polícia de Curitiba e os 500 mil réis com a despesa devem ser pagos pela catequese.	AP183.8.148 C27.129/131.59
06/1864	Presença de índios temporariamente fixados em Curitiba.	Sugere que os indígenas de Guarapuava que se encontram em Curitiba para representar os interesses dos seus sejam dispensados e remetidos de volta ao seu aldeamento.	C27.139.111
08/1864	Representação dos indígenas em Curitiba.	O advogado Tertuliano Teixeira de Freitas assume temporariamente o cargo de representante dos interesses dos índios em Curitiba (advogado dos índios). Entretanto, em ofício datado de 22/10/1864, o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas salienta que a medida não tem fundamento legal segundo o Regulamento das Missões.	AP189.14.46 C266.117
12/1865	Índios guarani dirigem-se a Curitiba.	O diretor do aldeamento de Paranapanema (PR) chega a cidade com 14 índios a serem batizados, para tanto, pede que o presidente da província, o chefe de polícia, o delegado de terras públicas, o secretário de governo, o inspetor da tesouraria, o juiz da cidade e outras autoridades sejam os padrinhos.	AP219.23.127-128 AP230.2.148
07/1866	Correria nos Campos dos Ambrósios - São José dos Pinhais (PR)	Pedido de acionamento da guarda nacional pelo chefe da polícia da província para auxiliar na perseguição de indígenas que supostamente invadiram o município.	AP238.20.25
07/1866	Grupo de índios coroados dirigem-se a Curitiba.	O registro dos objetos fornecidos aos mesmos quando vieram a capital.	AP248.2.193
02/1867	Grupo de Kaiowá dirige-se a Curitiba.	Foram autorizados os pagamentos das despesas com os indígenas do aldeamento de São Pedro de Alcântara junto com o intérprete dos índios coroados.	AP255.5.256
02/1869	Índios coroados dirigem-se a Curitiba.	As despesas com a hospedagem, a alimentação e brindes aos indígenas são questionadas pelo inspetor da tesouraria da fazenda da província que alegava ser	AP301.4.200

		gasto do governo imperial.	
05/1869	Victorino Condá dirige-se à Curitiba.	Junto de sua gente Condá, seguiu para Curitiba afim de requisitar um terreno em algum campo pra terem onde morarem, já que moram em terrenos alheios e constantemente são hostilizados. Pedem também um ferreiro e um professor para ensinar seus filhos.	AP307.10.322-323
06/1869	Índios coroados dirigem-se a Curitiba.	Se apresentou ao delegado das terras públicas e à presidência da província, o índio Martiniano junto aos seus.	C458.83.302 C458.95.355 AP313.16.55
07/1869	Victorino Condá dirige-se à Curitiba.	Condá apresentou-se ao presidente da província munido de uma guia (documento do diretor do aldeamento de Palmas que lhe garantia abrigo e passagem segura em seu trajeto), o que incomodou o presidente da província, que frequentemente argumentava que tais viagens não serviam a nada para a catequese.	C458.95.357 C280.118-119.299 C458.100.379 C458.101.380 C458.103.391
09/1871	Índios coroados dirigem-se a Curitiba.	Foram pagos um conto, setecentos e setenta e cinco réis referente ao alojamento e fornecimento de objetos e roupas aos índios.	C458.215-216.56
05/1872	Índios coroados dirigem-se a Curitiba do aldeamento de Palmas.	Uma série de brindes foi entregue ao grupo oriundo de Palmas, principalmente tecidos.	AP381.9.261
04/1878	Índios coroados dirigem-se a Curitiba do Tibagi (PR)	Frente o deslocamento de 20 indígenas da região do Tibagi para Curitiba, o diretor geral dos índios comunica a presidência e solicita autorização para as despesas de costume.	AP541.8.57
07/1878	Reembolsos - Hospedaria de Imigrantes de Curitiba.	Pedido de reembolso de Gabriel de Almeida Soares, proprietário da Hospedaria de Imigrantes de Curitiba	AP538.5.154
02/1879	Reembolsos - Hospedaria de Imigrantes de Curitiba.	Pedido de reembolso de Gabriel de Almeida Soares, proprietário da Hospedaria de Imigrantes de Curitiba com os gastos de alojamento e alimentação de 27 índios.	AP583.1.160
06/1879	Índios coroados dirigem-se a Curitiba do Aldeamento de São Pedro de Alcântara (PR)	O frei Timótheo de Castelnuovo comunica que os coroados seguem para Curitiba, além disso expõe que conhece a proibição desse trânsito mas que nada pode fazer para impedi-los. Consta reembolso de Gabriel de Almeida Torres dos gastos de 24 índios.	AP569.10.181 AP585.3.197
02/1880	Índios coroados dirigem-se a Curitiba de Tibagi (PR)	O agente oficial da colonização solicitou a presidência o reembolso com compras de brindes que foram distribuídos a 20 índios.	AP592.4.29
02-03/1880	Coroados desejam encontrar o Imperador	Uma série de registros da conta do interesse em grupos Kaingang em se dirigir a Curitiba ao saberem da visita do Imperador. O Frei Cemitile, por exemplo, tentou convencer a presidência a autorizar uma viagem dos coroados para Curitiba, entretanto o pedido foi prontamente	AP592.4.178 AP594.6.112 AP594.6.109 AP596.8.158

		negado. Contudo, ao menos dois grupos dirigiram-se da mesma maneira para a cidade, como atestam os reembolsos com sua hospedagem, somando mais de 20 indígenas.	
06/1880	Índios coroados dirigem-se a Curitiba do Aldeamento de São Pedro Jerônimo (PR)	Pedido de reembolso de Gabriel de Almeida Soares, proprietário da Hospedaria de Imigrantes de Curitiba com os gastos de alojamento e alimentação de 11 índios de São Jerônimo.	AP600.12.62
11/1880	Índios coroados dirigem-se a Curitiba de Palmas (PR)	Os indígenas dirigiram-se para Curitiba com o intuito de requisitar que sejam aldeados, ou que alguma terra lhes seja dada.	C283.221.253
04/1881	Índios coroados dirigem-se a Curitiba do Aldeamento de São Pedro Jerônimo (PR)	23 indígenas do aldeamento foram até Curitiba, onde o agente de Colonização distribuiu brindes.	AP627.8.150
05/1881	Índios coroados dirigem-se a Curitiba do Vale do Tibagi (PR)	16 indígenas comandados pelo Cacique Félix Jeremias vieram a Curitiba, onde lhes foi dado alimentação, hospedagem e instrumentos agrários.	AP628.9.196
12/1881	Coroados ameaçam se dirigir a Curitiba de São Jerônimo	Alguns indígenas do aldeamento ficaram desgostos com a notícia de que o frei Cemitério deveria cuidar da catequese de indígenas de Guarapuava, por isso, ameaçaram se dirigir a Capital reclamar pessoalmente para a presidência da província.	AP641.22.113
08/1887	Reembolsos	Solicitação do presidente da província ao Ministério da Fazenda com o reembolso da compra de brindes.	C293.105
07/1890	Índio Coroado de São Pedro de Alcântara (PR) vai estudar em Curitiba	Essa é a última informação que levantamos para o período pesquisado. Ela trata da ida do menor Cipriano, Kaingang, que foi a Curitiba para estudar.	AP895.17.220

Observando exclusivamente as datas percebem-se claramente períodos de tempo sem registros. Antes de qualquer análise é necessário destacar um detalhe prático: o provável extravio de registros do corpo documental ao longo de mais de um século e meio, em meio a constantes pesquisas e manutenção do acervo. Como exemplo, salientamos a existência de diversos questionamentos dos presidentes da província que dificilmente ficariam sem resposta dos seus subordinados. Contudo, existe pelo menos ainda um outro aspecto a ser percebido na formação desse corpo documental, a saber, as características das informações que são registradas. É visível a omissão de informações por alguns funcionários e autoridades da província que não tinham qualquer tipo de disposição a aceitar essa presença, ou negociar com indígenas a ocupação das terras. É justamente nesse sentido que se enquadra

uma grande parte da documentação aqui reunida, que trata do desconforto e desprezo diante da presença indígena nos “espaços civilizados”, comumente seguida de alguns hiatos na documentação. Mesmo assim, como percebemos, existem muitos registros de lideranças indígenas que ignoraram as diretrizes provinciais e imperiais, bem como o desprezo dos cidadãos, e se dirigiram para as cidades paranaenses. Alguns, diante de oposições mais contundentes a sua presença nas cidades, buscaram núcleos de maior concentração de poder, como o Rio de Janeiro, onde pudessem denunciar os descasos da administração provincial e relatar seus termos e condições.

Nesse sentido, acreditamos que a quantidade de documentos encontrados até então, são capazes de qualificar e informar a descrição sobre as modalidades da presença indígena em Curitiba no período Provincial. Foram identificados registros encaminhados à presidência da província, que se referem às viagens de indígenas para a capital a partir de diversas regiões da província. A principal motivação desses deslocamentos parecia ser a obtenção de ferramentas, brindes e serviços, que se concentravam junto a presidência, de acordo com a regulamentação indigenista do período. Além disso, existem registros do estabelecimento de alianças, da formação de milícias, reclamações frente à política de terras e do pagamento dos honorários prometidos a lideranças indígenas.

Constatou-se desde 1854 a constância de um regime de entrega de brindes e ferramentas, associado ao alojamento em hospedagens ou casas alugadas, cujos recibos foram devidamente identificados ao longo de todo o período provincial. Esse sistema buscava regulamentar e controlar as condições de tal presença: os locais de permanência e de trânsito dentro do perímetro da cidade e as condições dos pagamentos e reembolsos das despesas feitas. Em março desse ano, o juiz municipal e de órfãos de Curitiba, Joaquim José Pinto Bandeira, encaminhou em correspondência oficial ao presidente da Província Zacarias de Goés e Vasconcelos, uma solicitação de despesas com o fornecimento de diversos gêneros aos índios de Palmas (PR) que passaram por Curitiba, salientando que age dessa forma, conforme ordens recebidas pelo mesmo presidente da província.³⁰⁴

³⁰⁴ BANDEIRA, Joaquim José Pinto – [juiz municipal e de órfãos de Curitiba]. DEAP. Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná, Zacarias de Goés e Vasconcelos. 11/04/1854. In; DEAP, Código de referência BR APPR PB 001 PJU243 Microfilme: rolo 279, flash 3, cx. 1 Cópia digital: PJU243.

Tal política revelou-se mais em uma forma de regular a presença dos indígenas na cidade, já que não se conseguia simplesmente coibi-la através da força. Além do controle sobre o local da instalação dos indígenas, garantia-se sua volta para os aldeamentos, igualmente financiada pela província do Paraná. Ao contrário dos pagamentos dos índios de Palmas, seu acolhimento não podia ser atrasado, visto se tratar de um suposto risco aos moradores a livre circulação dos índios. Os indígenas eram hospedados em lotes ou hospedarias, e os gastos feitos eram geralmente pagos pela rubrica da catequese.

A prática acompanharia todo o período estudado, variando, contudo em diversos aspectos. Os registros dos gastos da catequese e civilização dos índios merecem ainda um trabalho a parte, que relacione a flutuação do orçamento financeiro, as medidas propostas por índios e não índios diante da escassez dos recursos. São inúmeros as tabelas, recibos e requerimentos de verbas, com destaque para à hospedagem e alimentação dos indígenas na Hospedaria dos Imigrantes. Este se trata de um caso exemplar da dificuldade dos colonizadores em categorizar a presença dos índios no ambiente urbano, não sendo difícil imaginar os maus entendidos entre os diversos grupos que transitavam entre esse ambientes.

Entre os registros analisados, a presença mais marcante, sem sombra de dúvidas, está na figura do cacique Condá, que compareceu com mais frequência à cidade, em comparação a qualquer outra liderança ou cacique do período. Condá apresentava suas queixas, reclamações e reivindicações de terras, mas também, instituía e fortalecia alianças, bem como, a garantia de acesso a ferramentas e os *brindes*. Em 1857, o cacique se dirigiu a Curitiba para tratar pessoalmente com o presidente sobre a questão dos Xokleng no sul do estado. Segundo a documentação, o próprio Condá propôs a formação de uma “diligência amigável” para com os índios, “que hostilisão as imediações do porto de União no Yguassu”, salientando ainda, “que há probabilidade de serem os mesmos que hostilisão na estrada da matta.”³⁰⁵ Sabemos, contudo, que não havia nada de amigável em tais incursões dos indígenas liderados por Condá, que se remetiam a conflitos que independiam da presença dos conquistadores. Juracilda Veiga salienta que teve a oportunidade de registrar diversas historias contadas pelos Kaingang sobre os conflitos com os Xokleng, nos três estados do sul. Os grupos citados, segundo a

³⁰⁵ LOURES, Francisco Ferreira da Rocha. Ofício encaminhado ao vice-presidente da província do Paraná, em Guarapuava (PR), 14/08/1857 In: DEAP Nota: AP45.8.121

autora, são inimigos preferenciais, e tais conflitos não se tratavam de episódios circunstanciais, “mas de uma prática cultural partilhada e constitutiva do modo de viver desses povos.”³⁰⁶ Pode-se dizer, que em muitas dessas incursões os colonizadores e o aparato provincial é que foram cooptados pelos indígenas e seus regimes políticos, sendo essa aproximação potencializada pelo acordo instituído a partir do desejo de guerrear com um “inimigo em comum”. Os gastos com a comitiva de Condá nessa oportunidade, e nas inúmeras outras, foram pagos pela conta da catequese e civilização dos índios.

4.2.1 REGISTROS DE REININDICAÇÕES DE TERRAS

Cabe também uma reflexão sobre os registros de indígenas que requisitavam terras junto à presidência da província. Apesar de presente nos documentos, tratava-se de demandas diferentes das que se iniciam no século XX, estas relacionadas a luta pela demarcação de terras nos territórios tradicionais. Apesar da crescente pressão territorial no século XIX, segundo Amoroso, a reivindicação pelo acesso a terra “não constituía por certo o eixo das preocupações dos índios.”³⁰⁷ Contudo, identificamos nos registros pesquisados três diferentes solicitações. A primeira no ano de 1861, quando o presidente da província informou o Ministério da Agricultura sobre a reivindicação de um grupo de índios coroados de procedência desconhecida, que solicitavam terras para se aldear. Supostamente se tratavam de índios *bravos* que se entregavam as correrias.³⁰⁸

Outro registro são as constantes requisições de Condá. A última foi em 1869, quando o cacique geral se dirigiu para a capital portando um ofício do diretor de Palmas Pedro Ribeiro de Souza, “em que reclamava que se lhes dessem terras que não tinham, um ferreiro e um mestre de escola.”³⁰⁹ Segue a carta que Condá trazia em mãos:

³⁰⁶ VEIGA, Juracilda.: *Kaingang e Xokleng: inimigos preferenciais*. Comunicação apresentada na V Reunião de Antropologia do Mercosul. Florianópolis, SC, UFSC. Programa e Resumos, 2003, p. 290-291.

³⁰⁷ AMOROSO, Marta. Op. cit. P. 221

³⁰⁸ LOURES, Francisco Ferreira da Rocha Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná. Curitiba em 01/07/1861. In: DEAP, nota: AP115.12.156

³⁰⁹ Relatório apresentado á Assembléia Legislativa do Paraná na abertura da 2.a sessão da 9.a legislatura pelo exm. sr. presidente, dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, no dia 15 de fevereiro de 1871. Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1871.p 19

Seguem deste Aldeamento Cacique Victorino Conda para a cidade de Curitiba levando em sua companhia dezoito mulheres e quatorze índios homens; todos de sua tribo, os quaes vão a presença de V. Ex^a. [...] rogo as autoridades a quem este for apresentado não os embaracem o seo destino.[...]Nesta data segue o Cacique Victorino Conda com a sua gente de sua tribua; o qual vai a presença de V. Ex^a pedir um terreno de Campo para terem aonde morarem, e terem seos animais, elles estão morando em terrenos alheios e já tenham sido vexados para se retirarem do terreno aonde tenham suas cabanas os quaes estão muito desgostosos, e dizem que se V. Ex^a não arranjar aqui um pedaço de campo para elles, que então se retirão deste Districto, hora eu acho ser uma crueldade estes índios não terem aqui um terreno de seo para morarem sendo elles os verdadeiros donos dos terrenos, e hé a quem devemos estar povoado estes Campos, pois elles tenham tido o respeito por via dos índios brabos que sempre aperseguirão os habitantes deste lugar, portanto espero que V. Ex^a que a de arranjar um pedasso de Campo para estes índios afim de elles não se desgostarem.[...]Tãobem elles querem que V. Ex^a mande para ca um Ferreiro para compor as ferramentas delles que neste não há um ferreiro, e fica muito difícil para eles mandarem compor suas ferramentas; tãobem pedem um Mestre e primeiras letras para mandarem ensinar seos filhos os quaes tenham boa educação e elles querem muito que seos filhos aprendão , e espero que V. Ex^a fará estes pedidos afim de elles hirem ficando sevelizados, e não andarem na vida errante.³¹⁰

A reclamação era antiga, e ao que parece, foi nesse momento atendida. Contudo, após seu falecimento, dois anos depois, alguns posseiros trataram de se lançar sobre essas terras. Seu filho, Venâncio Condá, então cacique de Palmas, “dirigiu-se a esta capital pedindo providências que garantissem-lhe o direito que tem aos terrenos deixados pelo dito cacique, visto pretender apossar-se deles o individuo de nome Joaquim José Gonçalves.” Segundo o presidente da província na época, ele mesmo deu ordem para as autoridades responsáveis da região, juiz municipal e de órfãos de Guarapuava a e ao diretor geral dos índios, “para que não consentissem em semelhante abuso. Os índios voltaram satisfeitos para o aldeamento tendo também recebido alguns brindes que pediram.”³¹¹

Por fim, identificamos um dilema que envolveu as terras de Rocha Loures no Paraná provincial, relacionado a exploração que seu pai havia feito nos territórios de Atalaia e Sepultura no início do século. Este último, “será durante todo o século XIX,

³¹⁰ SOUZA, Pedro Ribeiro de. Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná, Antônio Augusto da Fonseca. Aldeamento de Palmas. em 25/05/1869 Nota: AP307.10.322-323

³¹¹ Relatório apresentado á Assembléia Legislativa do Paraná na abertura da 2.a sessão da 9.a legislatura pelo exm. sr. presidente, dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, no dia 15 de fevereiro de 1871. Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1871.p 19

reclamado pelos indígenas remanescentes de Atalaia, como lugar de antiga morada dos seus ancestrais indígenas.”³¹²

As terras que compreendiam uma de suas fazendas, destinada ao pasto de gado, eram requisitadas pelos índios de Guarapuava, os mesmos que eram frequentemente descritos pelo governo provincial e pela diretoria dos índios como miscigenados e confundidos com a população geral: “Ha pouco appareceram nesta capital alguns indios a civilizados queixando-se da usurpação de suas terras naquea villa.” ³¹³ Tratava-se de deslegitimar o acesso a terra, com base na acusação da miscigenação, que, de maneira contraditória, era um dos objetivos do processo colonizador e conquistador.

4.3 PROTESTOS DOS BRANCOS E A PRESENÇA INDÍGENA EM CURITIBA

Apesar dos planos civilizatórios buscarem justamente a integração do indígena a sociedade nacional, seus resultados só seriam satisfatórios após o transcorrer de todas as prerrogativas legais destinadas aos índios na época. Tratava-se da tríade “conquista, catequese e civilização”, como disse Pádua Fleury, presidente da província do Paraná em 1865.³¹⁴ Qualquer descaracterização do sistema teorizado, ou mesmo a apreensão de somente um ou dois desses elementos não seriam suficientes para destituir o indígena da tutela severa em que se devia mantê-lo. A presença dos indígenas nas cidades, sem passar por todo o sistema de Catequese e Civilização, significava retrocesso aos planos colonizadores, além de uma transgressão às delimitações dos espaços idealizados para índios e não-índios. Para que o indígena pudesse acessar livremente as cidades deveria antes deixar de ser índio e isto, pode-se dizer, tratava-se de um consenso entre os políticos e colonos. O roteiro da desfragmentação da indianidade só seria confirmado só se, inicialmente, o indígena fosse exposto à força, pelo menos aos seus principais instrumentos amedrontadores, o fazendo respeitar a

³¹² DURAT, Cristiano Augusto. Terras De Aldeamentos: Trajetória de atalaia e sepultura nos campos de Guarapuava (século XIX). In: Revista Semina Volume 9 – nº 1 – 2010. Publicado no 1º semestre de 2011. p. 17.

³¹³ Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da província do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo exm. sr. dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862. Curitiba, Typ. do Correio Official, 1862. p. 84

³¹⁴ Relatório do Presidente da Província do Paraná André Augusto de Pádua Fleury, de 21 de março de 1865. Curitiba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1865. p. 61

pretensa superioridade dos civilizados, ou como também se dizia no período, lhes amansar e preparar o espírito. Tratava-se de uma opinião muito aceita e disseminada no período, e tendemos a acreditar, não muito distante das que pregavam o extermínio como solução para os conflitos entre índios e não índios. Alguns expunham tal reflexão de maneira objetiva, como o fez Antônio Barbosa Gomes Nogueira em um relatório apresentado na Assembléia Legislativa da província no ano de 1862:

O selvagem não se leva sómente pela brandura: o medo e o reconhecimento da superioridade e recursos do homem civilizado podem fazer mais em um dia que os brindes em um anno. Não digo senhores que se revivam os rigores do Alvará de 5 de Novembro de 1808, mas não se desconheçam as vantagens de algumas dessas disposições, cujos efeitos benéficos são ainda sentidos na comarca de Guarapuava.³¹⁵

As *seduções* nos aldeamentos angariariam indígenas desejosos de obter os objetos tão cobiçados, os *brindes*. Estes podiam variar de instrumentos de trabalho a quinquilharias e miçangas. Muitas vezes se trocava os instrumentos de trabalho pelo próprio trabalho. Instalado em um ambiente que se propunha como multi-vocacional, o índio seria instruído nos fundamentos da catequese, que além de determinar aos índios os dogmas da vida religiosa, fundamentaria sua vida moral entre os civilizados. O trabalho na terra e o auto sustento, associados à disciplina e hierarquia militar, combinariam para terminar de moldar o trabalhador nacional que tanto se desejava, dissolvendo os traços da vida anterior primitiva e errante. A miscigenação com os colonos fortaleceria o embranquecimento da população, considerado objetivo derradeiro de todo o projeto:

Convém utilizar essas forças, que vivem dispersas pelos desertos, procurado adicional-as á população civilisada, que cobre uma pequena parte do nosso território. Para áquelles, que lanção uma vista d'olhos superficial sobre a nossa statistica moral, que os povos da raça tupí, tão numerosos outr'ora, desaparecerão da superfície do Brazil, sob a pressão dos vícios e da miséria; é esse, porém um erro, que não partilharão aquelles que considerarem a questão pelo lado da sciencia. A presença a raça caucásica tende certamente a extinguir todas as mais raças, em eu se divide a espécie humama; mas é pelo cruzamento que se deve operar esse phenomeno providencial, como á entre nós se póde observar, tanto a respeito dos

³¹⁵ Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da província do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo exm. sr. dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862. Curitiba, Typ. do Correio Official, 1862. P. 80

primitivos habitantes do Brazil, como a respeito da raça ethiopica, de que futuramente não haverá um só traço em nossa população.³¹⁶

Destarte os discursos que salientam a integração, os agentes provinciais e colonos percebiam a proximidade dos indígenas com os núcleos populacionais de acordo com uma dupla condição: por um lado, o temor dessa presença frente à imagem cristalizada dos selvagens; por outro lado, contraditoriamente, a necessidade de regulamentar tal trânsito frente aos seus interesses de expansão e colonização nos territórios indígenas, tarefa impraticável sem tais o apoio dos indígenas. São sobre essas bases que se desenrolam os tópicos que aqui serão analisados. Do ponto de vista colonizador, tais acordos seriam voltados ao estabelecimento de uma disciplina hierárquica entre índios e não-índios, cumprindo um papel ativo e estabilizador dessas relações, diante da pretensa passividade dos índios. Na teoria, os índios aliados deveriam se submeter exclusivamente a patentes inferiores a dos não-índios em contato, além de exercer somente os serviços designados pelas autoridades, deixando de lado suas antigas rixas e costumes *errantes*. O espaço desse contato deveriam ser os próprios territórios indígenas, onde essas lideranças e seus contingentes agiriam como um posto militar avançado, segundo as muitas atribuições estratégicas que lhes eram empregadas.

Entretanto, a presença de tais aliados nos espaços civilizados (as cidades) era sempre contestada, permanecendo, mesmo em Curitiba, a desconfiança quanto às verdadeiras intenções das visitas de indígenas e das suas maiores lideranças. Podia-se pensar também que se tratava de algum tipo de dissimulação proveniente de seu caráter *inconstante*, tema amplamente abordado até então por todos aqueles que mantiveram contato com indígenas no período e se deram ao trabalho de registrá-lo. Contudo, existe pelo menos outro motivo para se ansiar este afastamento, não proposto anteriormente ao período provincial no Paraná. Certamente, a elevação de Curitiba de cabeça de comarca à capital da Província instituiu novos humores às elites da época. Estas buscavam a construção de uma cidade livre de características primitivas, sendo que a proximidade dos núcleos urbanos com os indígenas passava cada vez mais a ser enquadrada como um retrocesso à formação de uma cidade moderna, tão ansiada pelos seus

³¹⁶ Relatório do presidente da província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 8 de fevereiro de 1855. Curitiba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1855. P. 51-52.

idealizadores. O mundo da cidade deveria abster-se dos habitantes dos ambientes inóspitos, por se tratarem de *selvagens*, *polígamos*, *nômades errantes* e *vagabundos*.

A Comarca de Curitiba na perspectiva apresentada por Debret em 1834, era de uma fronteira inóspita, onde a caça ao índios satisfazia todas as necessidades e era prioridade no dia a dia dos moradores.

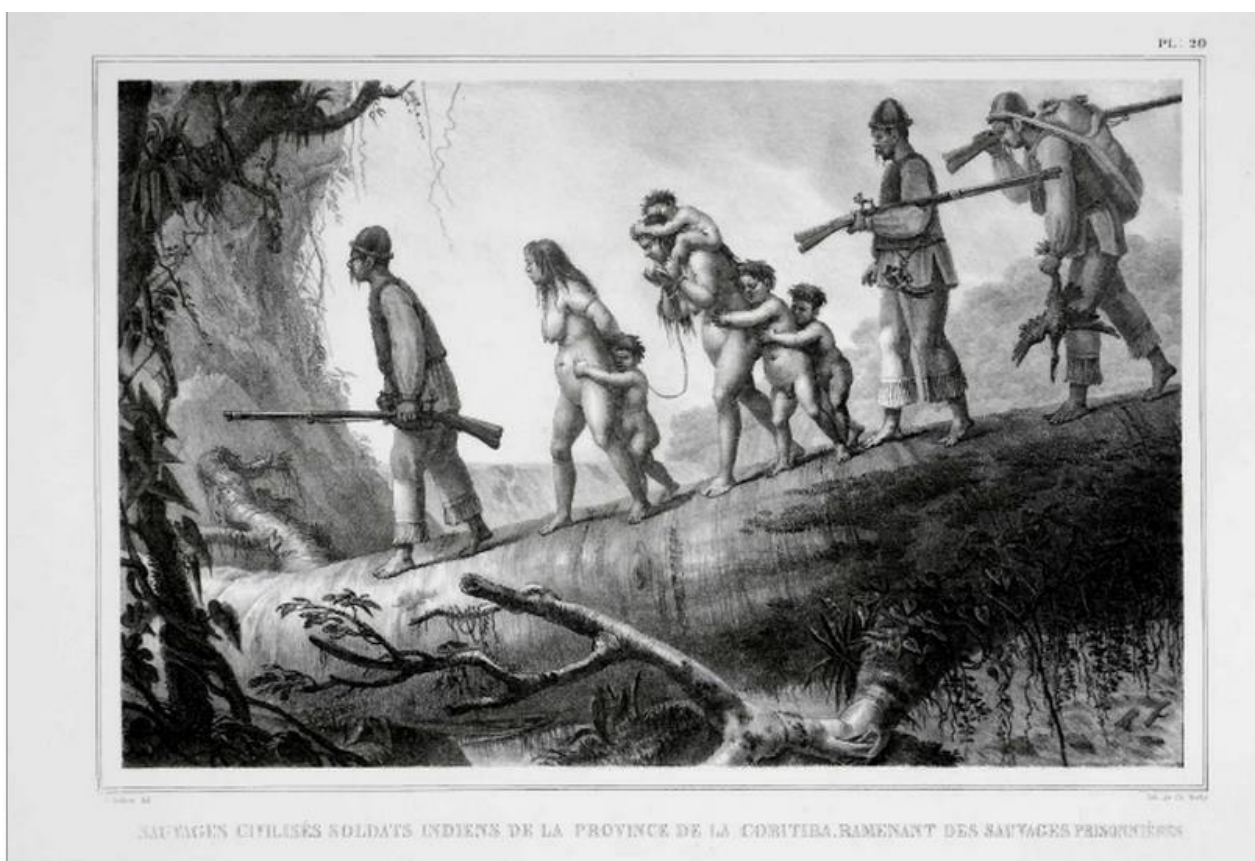


FIGURA 1. Jean Baptiste Debret, 1768-1848. *Sauvages Civilisés. Soldats Indiens De La Province De La Coritiba, Ramenant Des Sauvages Prisonniers* – Adaptado de *Voyage Pittoresque au Brésil*.

As imagens desse autor sobre os recantos do Império certamente não são fruto exclusivo de suas observações, mas em grande parte de informações que lhe eram repassadas por agentes colonizadores e conquistadores de procedência duvidosa. Apesar de não corresponderem e nem se aproximarem da realidade que se apresentava na região, tratavam-se das imagens correntes na capital Imperial e na corte sobre esses sertões. O título da Prancha nº 20, *Sauvages Civilisés. Soldats Indiens De La Province De La Coritiba, Ramenant Des Sauvages Prisonniers*,

presente no primeiro volume do seu *Voyage Pittoresque au Brésil*³¹⁷, reflete essa imagem com perfeição. Além disso, o pequeno texto de Debret, *Soldats Indiens De La Province De La Coritiba*, salienta que:

Percebemos que na província de São Paulo, Comarca de Coritiba, as vilas de Itapeva e Carros têm a sua população inteira e composta de caçadores de índios empregada pelo governo brasileiro para combater os selvagens, afastando-os pouco a pouco das terras recentemente cultivadas.³¹⁸

É claro que retrato demonstrado está longe da realidade do período. Entretanto, assim como apresenta o relato do naturalista francês, realmente existiam grandes contingentes de índios administrados sobre o controle de poderosos fazendeiros na região de Curitiba no século XIX, como demonstra, por exemplo, Saint-Hilaire em sua passagem pela fazenda Fortaleza e outras localidades dessa região. Mesmo assim, permanecia a opinião geral entre a população e governantes de que os indígenas não deveriam dirigir-se livremente à capital, sob o argumento de que com isso não teriam benefício algum, já que no “estágio de civilização” em que se encontravam nada poderiam acrescentar com sua vinda aos propósitos da catequese, somente correndo o risco de absorverem “vícios e mendicâncias”. Deve-se levar em conta a existência das imagens de selvageria constantemente associadas aos indígenas nesse período. Ao mesmo tempo em que se duvidava sua humanidade, decretava-se sua existência as florestas e campos distantes das cidades. No mesmo sentido, duvida-se de sua autogestão, como demonstra Carneiro da Cunha em uma discussão dos apontamentos de José Bonifácio: “contrariamente aos membros de nações civilizadas, não se auto domesticam. E não se autodomesticam porque não vivem em sociedade civil, não se civilizam.”³¹⁹

³¹⁷ On remarque dans la province de S. Paul, Comarque de la Coritiba, les villages d'Itapèva et de Carros, dont la population entière se compose de familles de chasseurs indiens, employés par le gouvernement brésilien pour combattre contre les sauvages, et les repousser peu à peu des lieux rapprochés des terres nouvellement cultivées. (Traduzido pelo autor) Debret, Jean Baptiste, 1768-1848. *Voyage Pittoresque au Brésil*. Vol. I Paris : Firmin Didot Frères, 1834. prancha.20 Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon326376/galary/index.htm Acesso em: 08/05/2014, às 14:00h.

³¹⁸ Id. *ibid.* p. 36.

³¹⁹ CUNHA, Manuela Carneiro. 2009. *op. cit.* p. 161.

4.3.1 MEDIDAS PARA CONTER A PRESENÇA INDÍGENA

Com a deflagração de ataques de indígenas selvagens, seriam dadas as respostas habituais, as perseguições e o amedrontamento, como sugerido por Rocha Loures. Paralelamente, foram incorporadas diversas medidas para conter essa presença, seja qual fosse sua motivação. Isso era embasado na suposta incapacidade de auto-gestão e no risco de adquirirem os vícios dos espaços considerados civilizados. Diante da fragilidade do caráter atribuído comumente aos índios no período – infantis, puros, primitivos, selvagens, inconstantes, degradados, *homo ferus*, etc –, estes seriam mais propensos a absorver em sua maioria as mazelas da civilização. Nota-se também um extremo desconforto das autoridades para com a presença de contingentes indígenas considerados semi-civilizados ou mesmo civilizados na capital, diante de argumentos como a racionalização dos custos e a garantia da segurança dos moradores.

É ilustrativa a correspondência do Frei Timotheo de Castelnuovo, diretor do aldeamento de São Pedro de Alcântara, quando questionado pelo presidente da província sobre as visitas constantes dos índios de seu aldeamento e de Pirapó até a capital, logo após ataques de grupos Coroados essas localidades:

Porquanto sempre fui contrário a ida para fora dos Indios; embora manços; a não ser com toda a cautella e guia; não tanto por ser perigoso; como pello incommodo que fasiam aos moradores onde passão, fome que passariam etc. Colmunmente que sempre os empedi: porém nesta data por causa do exemplo principiado, força foi eu condizendo dando elles em ultimo caso uma guia para os moradores, e uma reccomendação para V E. visto quererem sempre ir e não me foi expediente o impedir pela força.³²⁰

Segundo o Frei, não só de nada valia obstar a partida dos índios, como tentar impedi-los a força não seria prudente. Isso só os incomodaria e provavelmente os faria se afastar do aldeamento, além de se dirigirem para Curitiba da mesma forma. Mesmo assim, recebeu vários avisos de presidentes da província ao longo dos anos ordenando que fizesse cessar tais viagens:

Sendo prejudicial e inconveniente a vinda de indios a esta capital, recomendo [...] que na execução de ordens do M. da Agricultura, e os que já tem sido expedidos por esta Presidencia, prouve-se por todos os meios a seu alcance

³²⁰ CASTELNUOVO, Timotheo de. Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná. Aldeamento de São Pedro de Alcântara (PR) em 16/03/1862. In: DEAP, Nota: AP136.7.226

obstar a saída dos que se achão aldeados no estabelecimento sob sua direção.³²¹

Aqueles que assumiram o cargo de diretor geral do índios, também receberam em algumas oportunidades esse tipo de correspondência. O mesmo presidente da província, após se queixar dos enormes gastos feitos pelos grupos coroados que se dirigiam a capital em certa ocasião (1:281\$775 - um conto, duzentos e oitenta e um mil, setecentos e setenta e cinco réis), exigiu do diretor uma providência quanto a esses eventos:

[...] Recomendo-lhe que de as precisas providencias no sentido de evitar a continuação de visitas de índios a esta Capital por quanto alem de despendiosas tornão-se prejudiciaes a catechese, visto terem elles de retirar-se dos pontos em que se achão aldeados, perdendo assim o tempo que devem empregar no trabalho afim de não se tornarem ociosos.³²²

O interesse dos índios em conhecer as cidades, arranjar ferramentas e brindes, aliás, era tema de muitas negociações e opiniões. Em 25/05/1869, o diretor do aldeamento de Palmas, Pedro Ribeiro de Souza, informou ao Presidente da Província que Condá e alguns índios se dirigiram a Curitiba, com fins de levar ao conhecimento do governo imperial suas reivindicações, principalmente no que se refere à necessidade urgente de criação de um aldeamento, um professor de primeiras letras e um ferreiro, salientando em seguida, que ao contrário do que se tem praticado estes não devem ser impedidos de seguir para Curitiba.³²³ O presidente da província, em resposta a diretor do aldeamento, informou que levou as queixas e demandas de Condá ao conhecimento do Império, porém, "solicita, ainda, que não permita mais que os índios empreendam tais viagens, por não se traduzir em benefício ao modo de vida deles".³²⁴

Independentemente das queixas dos não-índios, as lideranças e seus liderados estabeleceram estratégias que visavam contornar tais proibições. Por vezes, estas simplesmente ignoraram as diretrizes colocadas pelas autoridades

³²¹ LISBOA, Venâncio José de. Ofício encaminhado ao diretor do aldeamento de São Pedro de Alcântara, Frei Timotheo de Castelnuovo. Curitiba em 15/09/1871 In: DEAP Nota: C458.215.54

³²² LISBOA, Venâncio José de. Ofício encaminhado ao diretor-geral do índios da província do Paraná, Manoel de Oliveira Franco. Curitiba (PR), em 22/09/1871. In: DEAP. Nota: C458.215-216.56

³²³ SOUZA, Pedro Ribeiro de. Ofício encaminhado ao Presidente da Província do Paraná. 25/05/1869. In: In: DEAP. Código de referência: BR APPR PB 001, Nota: AP307.10.322-323. Microfilme: rolo 980, flash 8, cx. 7

³²⁴ FONSECA, Antônio Augusto da. Ofício encaminhado ao Diretor do aldeamento de Palmas. 31/07/1869. In: DEAP. Código de referência: BR APPR PB 001, Nota: C458.103.391.

províncias, a respeito do seu trânsito a capital da província. Certamente, existiram trocas de favores muito efetivas entre as lideranças provinciais e as indígenas, que cumpriam na perspectiva dos índios, um papel central na figura da liderança. Como salienta Amoroso, “Desconsiderando a hierarquia do poder tutelar, estas lideranças buscavam os altos escalões do governo: presidentes das províncias e senadores do Império.”³²⁵

As reclamações da presença indígena perpassaram diversos níveis institucionais, e logo chegam aos olhos dos mais altos escalões do Império. O próprio Ministério da Agricultura, autoridade máxima da política de terras no período, e no limite, da política indigenista, encaminhou um aviso para o presidente da província no dia 31/08/1869, onde se ordena terminantemente, que se evitem ao máximo as viagens de grupos indígenas à Curitiba.³²⁶

É ilustrativo como, frente a tais proibições mais contundentes, alguns grupos buscaram outros centros de poder para fazer suas queixas, que incluíam algumas direcionadas ao próprio poder provincial. Justamente por isso, em 1870, alguns grupos Kaingang queixosos de não serem recebidos pelo presidente da província do Paraná dirigiram-se ao Rio de Janeiro, então capital do Império. No ano anterior, as queixas das autoridades provinciais haviam feito o Ministro da Agricultura proibir a presença de indígenas em Curitiba. Dessa vez, entretanto, o Ministro Jerônimo José Teixeira Júnior, encaminhou um ofício ao vice-presidente da província do Paraná, onde ordenava, terminantemente, que não se permita que os indígenas da província se apresentem no Rio de Janeiro (RJ)³²⁷, já que tal trânsito era extremamente oneroso à Fazenda Pública. Para resolver a situação, determinou que fosse responsabilidade das autoridades provinciais recepcionarem e atender os indígenas no que fosse necessário.³²⁸

Como se percebe, a viagem até a capital do Império parece ter surtido certos efeitos na política indigenista regional, já que, como era de se esperar, interrompem-se as regulamentações que se referem à proibição do trânsito de indígenas na cidade, pelo menos temporariamente. Em 1880, durante a visita de D. Pedro II a

³²⁵ AMOROSO, Marta. P. 220

³²⁶ LEO, Agostinho Ermelino de. Ofício encaminhado ao diretor do aldeamento de São Pedro de Alcântara, Frei Timotheo de Castelnuovo. 18/09/1869. In: DEAP, BR APPR PB 001 C458.118.463.

³²⁷ Não foram identificados, ao menos nessa análise, o registro das reivindicações e reclamações desses grupos no Rio de Janeiro, que por certo, contribuiriam muito para esta análise.

³²⁸ *Id.*

Curitiba, o frei Luiz de Cemitile, responsável pela catequese dos indígenas de São Jerônimo enviou uma carta para a administração provincial, requisitando autorização para que os indígenas pudessem ir à capital da província a fim de “beijar a mão do pai e protetor deles”. Este pedido foi prontamente negado no mesmo despacho, sobre o argumento de que acarretaria despesas e nada de útil a catequese dos indígenas. Porém, a negativa não impediu que os desobedecessem à orientação das autoridades provinciais, até por que, parece que o verdadeiro motivo dessa viagem era o desejo de expor suas reivindicações diretamente ao imperador. Não se sabe se estes foram recebidos pelo imperador, é provável que não, mas é certo que nos dias da visita de D. Pedro II, segundo Ofício de João Batista B. de Proença, 19 indígenas fizeram gastos e despesas na cidade que totalizaram 26.780 mil réis.³²⁹

Alfredo Taunay descreveu que durante o tempo em que permaneceu no cargo de Presidente da Província, entre 28 de setembro de 1885 e 1886, encontrou diversas vezes os “índios de Guarapuava”. No dizer de Taunay, vagavam pelas ruas de Curitiba “uma turma seminua dessa gente, reclamando ferramentas, roupas, dinheiro, etc., e lamentando-se de haverem sido mau tratados por brasileiros e despojados de terras que lhes pertenciam”³³⁰. No discurso de Taunay e da maior parte de seus contemporâneos, o etnocentrismo impera, e as queixas dos Kaingang, sobre a legitimidade da posse de seu território tradicional, são “vagas, obscuras e sem objectivo determinado”. Por fim, o autor conclui que tais posses de porções enormes de terra, serviram somente para “poderem contentar os seus hábitos nômades e de simples vagabundagem”³³¹

4.3.2 O INTERESSE DOS ÍNDIOS PELAS CIDADES

Loures foi apenas um dos que afirmaram ser necessário tirar proveito desse interesse em benefício da colonização dos territórios indígenas. No ofício já apresentado de 1855, o diretor Geral do Índios da Província traçou de maneira sinistra um plano de conquista que chamou de *seduções*. Estas deveriam iniciar pelas lideranças e caciques, “comprando-se-lhes as terras de que necessitar-mos,

³²⁹ Proença, João Batista. Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná. In: DEAP, APEP. Ofícios, 10/03/1880. Vol. 6, p.112.

³³⁰ TAUNAY, Alfredo. Os índios Caingans. (Monografia acompanhada de um Vocabulo que usam). Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1888. p. 254.

³³¹ TAUNAY, Alfredo. op. cit. 1888. p. 254.

ou fingirmos de que necessitamos ao depois de elles separarem as suas; cujas compras serão feitas por bagatellas”. Após isso se deveriam arregimentar tais lideranças às milícias entregando, inclusive, “fardamentos correspondentes a seus postos, que se assemelhem aos dos nossos officiaes”. Tais Capitães, tenentes, sargentos, cabos e soldados, seriam orientados a atuar na pacificação de outros grupos indígenas, ou mesmo, na consolidação da posse de um território. Uma das promessas dirigidas aos Caciques, em troca de sua fidelidade e apoio, eram justamente as visitas às cidades. Em alguns casos, poder-se-ia “convidar-se aquelles que se julgar com mais actividade á ir a Côrte visitar ao Monarcha, o que não será custoso.”³³²

Apesar da suposição de Loures, em manipular um suposto deslumbramento do índio pela cidade, os interesses que os moviam a esses espaços eram diversos, a saber, os *brindes*, instrumentos de trabalho, e técnicas, reivindicações, as alianças e o prestígio. A concentração do poder provincial e dos aparatos indigenistas que favoreciam a distribuição de brindes como forma de atração e “amansamento”, incentivou diversos grupos e lideranças Kaingang a se aproximarem das cidades e seus administradores.

A estratégia, de certa maneira funcionou, mas não como desejavam: os índios realmente eram atraídos pelos brindes, e em grande parte da totalidade dos registros não se salienta agressividade por parte deles. Entretanto não são amansados, ao contrário, são descritos como mendicantes, avessos ao trabalho e entregues a preguiça, que aproximavam exclusivamente em busca dos *brindes*: “Despresando os affagos da gente civilisada elles procuram afastar-se dos povoados, tão depressa fazem aquisição dos brindes, que desejam obter, para satisfação da cubiça que lhes e natural”.³³³ A maior parte dos oficiais e políticos ligados à província nutria desprezo pela proximidade com os índios. Eram acusados de inação e ociosidade constantemente, e a isso, alguns argumentavam, devia-se

³³² LOURDES, Francisco da Rocha. Relatório do diretor geral dos índios do Paraná. Vila de Guarapuava. 8 de agosto de 1855. p. 51. In: Boletim do Arquivo Público do Paraná. Ano VII, nº 11. Departamento estadual de microfilmagem – DAMI. Curitiba, 1982.

³³³ Relatório apresentado á Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo presidente da província, o illustrissimo e excellentissimo senhor doutor Polidoro Cezar Burlamaque. Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1867. p. 63.

ao tratamento *brando* recebido pelos brancos.³³⁴ Outro ponto que lhes incomodavam eram os corpos dos índios, principalmente a sua nudez. Um importunado presidente da província, em 1867, salientava que além de se apresentarem quase todos nus, “nenhuma importância ligam a roupa que se lhes fornece: preferem antes um rosário de missanngas para adornarem o pescoço”.³³⁵

No início da década de 1860 eram frequentes as visitas e a permanência dessas começava a se prolongar cada dia mais. Em 08/02/1861 o diretor do aldeamento de São Jerônimo salientou que se dirigiu a Fazenda Fortaleza com os Coroados que estavam em busca dos brindes, como aí não receberam nada se dirigiram a Curitiba. No mês seguinte, um grupo de Guarani chegam a capital do Aldeamento de Nossa Senhora do Loreto de Pirapó, buscando abrigo e ataques recentes a localidade. Chegavam também indígenas que repassavam informações para serem utilizadas na guerra contra o Paraguai:

[...] um Índio Guarany de nome Candido Venite que vai para a Capital em companhia do Administrador do Aldeamento Indígena o Pirapó Joaquim Antônio Pereira, cujo índio é conhecedor da Republica de Paraguay, por la residido por muitos anos [...] Diz este índio que os Paraguayos não só fundaram uma guarda a margem direita do Iguatemy, e abrirão uma estrada pelo novo território [...]³³⁶

Porém nem tudo passava aos olhos dos administradores. Em Junho de 1861, o Ministro da Agricultura havia sido informado pelo presidente que um grupo de 24 Coroados requisitavam terras para se assentarem. Sua resposta foi pelo estabelecimento destes em algum aldeamento já fixado na província. Ao indagar o diretor geral dos índios sobre os indígenas que haviam sido alojados, recebido brindes e alimentação na cidade, o presidente tem uma resposta extremamente desagradável:

[...] pede V. Ex^a informações sobre os vinte e quatro indígenas que visitaram a Capital; tenho a informar a V. Ex^a, que estes Índios, segundo as indagações que sobre elles tenho feito, são pertencentes as muitas tribos que intermedião o Jattahy e os Campos de Guarapuava, com especialidades nas campinas

³³⁴ Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da província do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo exm. sr. dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862. Curitiba, Typ. do Correio Official, 1862. P. 84

³³⁵ Relatório apresentado á Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo presidente da província, o illustrissimo e excellentissimo senhor doutor Polidoro Cezar Burlamaque. Curitiba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1867. p. 63.

³³⁶ LOPES, Joaquim Francisco. Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná. Aldeamento de São Jerônimo (PR) em 04/05/1861. In: DEAP, nota: AP112.9.258

que mesmo existem entre os rios Ivay e Piquiry, e que de annos a esta parte hostilisão os habitantes daquelles campos e os da Colônia Theresa; sendo por este motivo que o Governo Imperial mandou crear o aldeamento do Chagu”.³³⁷

A informação dava conta de que não se tratava de índios mansos e aldeados, e sim, de selvagens que se entregavam as barbáries das correrias. Este é só um exemplos da incapacidade dos governantes de dar conta das classificações e situações que eles mesmos fomentavam aos indígenas. Pouco tempo depois dessa passagem, uma nova visita dos Coroados aldeados em São Jerônimo foi registrada, “Nesta data seguem para esta Capital vinte indígenas da tribo dos Coroados, dizem atrás de missangas brancas e facões levando para trocar belíssimas [ilegível] frechas etc”.³³⁸ Diante do intenso fluxo, e sem a capacidade de discernir os verdadeiros interesses dos índios (até mesmo sua procedência), em 1864 o inspetor da Tesouraria da Fazenda da província, informou a José Joaquim do Carmo, presidente da província “sobre o problema da ociosidade dos índios fixados temporariamente na capital [Curitiba], e sugere seu retorno imediato para o interior.” A solução para a questão, seria que estes permanecessem no quartel da polícia, incorporando-os a disciplina militar, como parecia ser a vontade do próprio diretor geral dos índios da província, Rocha Loures.³³⁹

Apesar dos planos civilizatórios buscarem justamente a integração do indígena a sociedade nacional, seus resultados só seriam satisfatórios se o índio transcorre-se todas as etapas de um longo processo. Pode-se agrupar tais instâncias na tríade “Conquista, catequese e civilização”, como disse Pádua Fleury, presidente da província do Paraná em 1865.³⁴⁰ A presença do indígena nas cidades, sem passar por todo o sistema significava além de um grande retrocesso a catequese, uma grave transgressão as delimitações dos espaços destinados aos selvagens e aos bárbaros por um lado, e aos civilizados por outro. Para que o indígena pudesse acessar livremente tais espaços deveria antes, necessariamente,

³³⁷ LOURES, Francisco Ferreira da Rocha Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná. Curitiba em 01/07/1861. In: DEAP, nota: AP115.12.156

³³⁸ CASTELNUOVO, Timotheo de. Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná. Aldeamento de São Pedro de Alcântara em 15/11/1861. In: DEAP, nota: AP123.20.267

³³⁹ BARROS, Lucas Antônio Monteiro de. Ofício encaminhado ao presidente da província. 11/03/1864 In: DEAP, Código de referência BR APPR PB 001. Nota: AP181.6.158. Microfilme: rolo 877, flash 6, caixa. 5

³⁴⁰ Relatório do Presidente da Província do Paraná André Augusto de Pádua Fleury, de 21 de março de 1865. Curitiba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1865. p. 61

deixar de ser índio. Isso só seria possível se, como índio, fosse exposto à força, pelo menos a seus instrumentos amedrontadores, que o impressionasse e o subjulgasse frente à superioridade bélica dos civilizados. As *seduções* nos aldeamentos se dariam a partir do estabelecimento de trocas ou da oferta de brindes, que podiam variar de armamentos e instrumentos de trabalho a quinquilharias e miçangas, mas só serviriam após o amedrontamento. Como se dizia no período, tratava-se de utilizar o medo e os *brindes* para lhes amansar e preparar o espírito para a catequese e o trabalho. Instalado nesse ambiente multi-vocacional, o índio seria instruído aos fundamentos religiosos, que além de determinar aos índios os dogmas católicos, fundamentaria sua vida moral entre os civilizados. O trabalho na terra e o auto sustento do aldeamento, junto à disciplina e hierarquia militar, combinariam para terminar de moldar o trabalhador nacional que tanto se desejava, e dissolvendo os traços da vida errante anterior, e “terminando o trabalho que a natureza não o fez”.

4.3.3 ENTRE A SEDUÇÃO DOS BRINDES E A PACIFICAÇÃO DOS BRANCOS



FIGURA 2 - Colar Jê Meridional/ Xokleng produzido com sementes, frutas, dentes de animais, brindes e objetos obtidos após lutas com colonizadores. Acervo Museu Paranaense

Em seu artigo 1º, §10, o regulamento geral das missões de 1845 instituía o Diretor Geral dos Índios como responsável pela distribuição dos objetos que fossem destinados pelo Império aos Índios, que deveriam ser requisitados junto ao presidente da Província; ferramentas, utensílios gerais ao trabalho, mantimentos, sementes, roupas, medicamentos, enfim, uma gama de objetos que deviam ser instrumentados pela empreitada colonizadora. Outra categoria de objetos seriam os *brindes*, ““próprios para attrahir-lhes a atenção, excitar-lhes a curiosidade, despertar-lhes o desejo o trato social.”³⁴¹ O diretor do aldeamento, instituído pelo artigo 2º da lei, devia distribuir os objetos para o trabalho comum e particular dos índios, “e os

³⁴¹Decreto Nº 426 de 24 e Julho de 1845. *Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos Índios* op. cit. p. 87;92.

que forem destinados para animar, e premiar os Índios já aldeados, e attrair os que ainda não o estejam.”³⁴²

Na verdade, em meio ao aparato burocrático que se formava, a lei institucionalizava a manutenção de uma prática muito disseminada entre colonos e missionários, desde os primórdios do contato entre índios e não índios, cuja temática consta nos registros históricos de grande parte das sociedades indígenas, do extremo sul ao norte da Amazônia. Da mesma maneira, são constantes as referências à degeneração e o vício que os índios adquiriram diante desses objetos, constituindo-se tal argumentação em um dos *topos* mais instrumentados nas descrições colonizadoras, ao lado das digressões sobre a antropofagia e selvageria. Buscava-se uma técnica de atração simples e eficiente, visto que os índios mostravam-se arredios a outras formas de contato.

O sintoma desse discurso, como lembra Catherine Howard, pode ser percebido até mesmo entre alguns antropólogos, que entendiam esse tipo de contato como sintoma exclusivo da aculturação. Nesse entendimento, os nativos teriam sido vítimas de sua ingenuidade, já que, “no afã de satisfazer suas necessidades vão caindo sem perceber na armadilha de relações econômicas espoliativas, que acabam por destruir sua cultura”.³⁴³ Em geral, as descrições dão conta de que a distribuição mercadorias tinha resultados inicialmente positivos, diante da flagrante aproximação dos indígenas dos contingentes colonizadores. Como descreve Amoroso, muitos identificavam no paladar “a porta de entrada da civilização cristã”. Além dos brindes e mimos, miçangas, roupas, espelhos, distribuíam-se “sabores apresentados aos índios com fins sedutores: sal, açúcar, carne de animais domésticos (gado bovino e porcos), rapadura, aguardente, fornecidos inicialmente na forma de brinde.” Buscava-se com isso atraí-los aos costumes civilizados, sem os quais, depois de acostumados, não iriam satisfazer-se.³⁴⁴

Entretanto, para colonos, missionários e administradores da província, mais tarde, os índios tendiam a perder o controle da situação diante do desejo de possuir tais objetos, necessitando estabelecer acordos cada vez mais comprometedores

³⁴² Id.

³⁴³ HOWARD, Catherine V. “A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai”. In: ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcida Rita. *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa oficial do Estado, 2002, p. 25-55. P. 26.

³⁴⁴ AMOROSO, Marta. Op. cit. 71

com os colonizadores e os obrigando a visitas incessantes. A ganância pelos brindes logo extrapolava os limites financeiros destinados pelo colonizador para este fim, que passa a ver conceber o hábito como sintoma da absorção de vícios e mendicâncias. Nas palavras do Frei Cemitile, além de alegres e conversadores, os Kaingang:

[...] tem grande paixão por missangas, especialmente brancas e oferecem de boa vontade o que tem de melhor em suas cabanas em troca dessas bagatelas. Quando organizam suas festas e danças, servem as missangas de enfeite às mulheres, que as têm em grande estimação, trazendo-as a tiracollo, quantas puderem ajuntar. Quem lhes dá alguma coisa não fica sem ser retribuído.”³⁴⁵

A técnica instituída para ser utilizada no angariamento de indígenas aos aldeamentos, logo, tornou-se disseminada entre colonos, fazendeiros e autoridades das cidades, que eram frequentemente visitados pelos índios que solicitavam os brindes. No caso dos pequenos povoados, e até das capitais provinciais, adaptou-se a medida diante do grande interesse que detinham os indígenas sobre esses núcleos, elemento que não era contemplado por nenhuma legislação indigenista. O regulamento de 1845 concentrava a posse de tais brindes ao próprio presidente da província, que os recebia do governo imperial, não por acaso, destino primordial dos indígenas que se dirigiam a Curitiba.³⁴⁶

A ocorrência de indígenas que se aproximavam do presidente da província por esse motivo, não foi uma exclusividade do Paraná, já que a situação é descrita de forma semelhante em diversas regiões do Brasil. No Pará, segundo Márcio Couto Henrique, a informação de que o presidente detinha brindes e os doava a indígenas aliados, “se espalhou por todos os cantos da província e a documentação revela ampla movimentação de índios dirigindo-se à capital para falar diretamente com o presidente.”³⁴⁷ O autor apresenta ainda uma imagem crucial para que compreendamos a ação indígena frente a distribuição de tais “presentes”. Apesar

³⁴⁵ CEMITILE, Frei Luiz de. Memória sobre os Costumes dos índios Camés ou Coroados que habitam na Província. In: Catálogo dos objectos do Museu Paranaense remetidos à Expocisão Antropológica do Rio de Janeiro. Curitiba 1882. *Apud.* TAUNAY, Alfredo. Os índios Caingangs. (Monografia acompanhada de um Vocabulo que usam). Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1888.p. 259.

³⁴⁶ No período em que Rocha Loures foi o diretor geral dos índios, 1855 – 1871, dificilmente poderia exercer o cargo de procurador dos interesses dos índios nesse aspecto, visto que, como já salientamos, ocupava-se majoritariamente do cuidado de sua fazenda em Guarapuava, dificilmente se dirigindo a Curitiba para tratar de qualquer assunto da alçada do Diretor Geral dos Índios.

³⁴⁷³⁴⁷ HENRIQUE, Márcio Couto. Presente de branco: a perspectiva indígena dos “brindes” da civilização (Amazônia, século XIX). p 3

dos territórios que os Apinayé habitavam pertencerem, geograficamente, ao território de Goiás, estes eram empregados rotineiramente como pilotos de canoas nos rios Tocantins e Araguaia, apresentando-se constantemente a capital do Pará. Segundo o autor, isso se devia a maior concentração de bens em Belém, para onde se dirigiam os índios em busca do fortalecimento de vínculos com o governo provincial.³⁴⁸

A informação é significativa, já que aponta para a influência dos aparatos indígenas de configuração das alianças, nos métodos mais fundamentais da política indigenista. Apesar de o colonizador perceber a proximidade como um ultraje às categorizações dos espaços, via-se refém da entrega de objetos, que além de se mostrarem como o único meio efetivo de atração, garantia alianças essenciais a seus planos. Na maior parte das cidades, assim com em Curitiba, a distribuição de utensílios ao trabalho e os brindes era o único aparato indigenista em funcionamento. Pode-se considerar a afirmação do vice-presidente da província Jose Antônio Vaz de Carvalhes em 1857, como uma situação geral para as relações entre índios e não índios nas cidades provinciais do século XIX: “Além dos presentes, que frequentemente se fazem á sua insaciável cobiça, não me consta que se empregue outro meio para chamal-os á civilização, da qual por ora só tem aprendido os vícios”.³⁴⁹

O reconhecimento da importância dessas visitas para o próprio colonizador é primeiro dos pontos elementares para se compreender a situação. Como disse um presidente na província, apesar das diversas visitas incomodas, no limite “entendo contudo que ellas trazem uma vantagem pelo contacto do selvagem com o homem civilizado.”³⁵⁰ Na sua visão, aceitar os indígenas tratava-se de um penoso sacrifício, que apesar de tudo, deveria ser feito, visto que com isso se pode observar diversos progressos:

Assim vê-se que indígenas que da primeira vez apresentavam-se nus nas povoações, pela segunda já se mostram cobertos com seus curús ou com roupas que se lhes dá. Alguns já servem de intermediários para correspondência dos aldeamentos com os povoados ou com o governo. Por

³⁴⁸ Id. p. 4-5.

³⁴⁹ Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da província do Paraná pelo Vice Presidente Jose Antônio Vaz de Carvalhes na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1857. Curitiba, Typ. Paranaense de C.M. Lopes, 1857. p. 64

³⁵⁰ Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da província do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo exm. sr. dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862. Curitiba, Typ. do Correio Official, 1862, p. 86

diversas vezes os coroados, cayuás e guaranys não vindo a esta capital, onde lhes tenho dado conveniente agasaho e brindado, com objetos próprios para o trabalho do matto.³⁵¹

E necessário esclarecer que, a despeito das estratégias adotadas pelos colonizadores, que buscavam amansar e destituir os índios de uma vida errante, estes últimos tinham suas próprias referências para se dirigir a esses espaços violentos e perigosos que eram as cidades dos não índios. Além do risco de terem os aparatos punitivos voltados contra si, muitas vezes, esbarravam no desprezo dos moradores e de funcionários do governo, e nas burocracias que eram instauradas para evitar esse trânsito. Os não índios, brancos, *fog kupri* para os Kaingang, são pensados, interpretados segundo suas próprias estratégias. Da mesma maneira, suas ferramentas, submetidas a distintas transformações de significado e valor.³⁵²

Howard demonstra como os Waiwai (grupo de língua caribe localizado entre a Guiana Inglesa e Brasil e de contatos bem mais recentes, por volta da década de 1950), buscaram meios diretos e indiretos de adquirirem os objetos dos brancos, primeiramente através de trocas com outros grupos e mais tarde diretamente com os não índios. Contudo, não se tratou em momento algum de submissão ou de uma atração ingênua, visto que, como salienta a autora, nesse um sistema interétnico, “sempre há espaço para driblar a dominação, abrir caminhos para o protesto ainda que disfarçados de acomodação, fazer leituras alternativas de uma mesma situação e imprimir aos símbolos dos brancos novos significados [...]”.³⁵³

Frei Cemitile relatou uma conversa que teve em 12 de Novembro de 1866 com o cacique Capitão Manoe Aropquimbé, no aldeamento de São Jerônimo. Além de questioná-lo sobre a religiosidade dos Kaingang – “deduzi que eles adoravam o relampago e o trovão (como tenho observado) e tem muito medo da trovoada, chamando-a deus bravo” –, o frei argumentava também sobre o hábito da poligamia, tentando lhe convencer inutilmente, “que a polygamia é um peccado e que devia contentar-se de uma só mulhier em lugar de quatro (como tinha) em sua companhia. O cacique Aropquimbé respondeu a Cemitile, “em lugar de mostrar desejos de ser educado”, que jamais poderia deixar de lado seus vários casamentos porque era

³⁵¹ Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da província do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo exm. sr. dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862. Curitiba, Typ. do Correio Official, 1862, p. 86

³⁵² HOWARD, V. Catherine. Op. cit. p. 29.

³⁵³ HOWARD, Catherine V. op. cit, p. 28

Tremáni, valente. Além disso, não aceitaria jamais a religião do frei por já ser velho – “tanto que nunca pode aprender a fazer o signal da cruz”. Salientava por fim, que se ele havia se aproximado dos não índios, e morava junto a estes, “não éra por encontrar a felicidade, pois mais feliz se achava nas mattas virgens, onde a caça, o peixe e a fructa eram mais abudcantes, e nunca lhe faltara mantimento sufficiente para o próprio sustento e o da numerosa família”. Segundo o velho cacique, agia dessa maneira, “porque não podia passar mais sem as nossas ferramentas”³⁵⁴

4.3.4 A TRANSFORMÇÃO DOS BRINDES E FERRAMENTAS



³⁵⁴ CEMITILE, Frei Luiz de. Memória sobre os Costumes dos índios Camés ou Coroados que habitam na Província. In: Catálogo dos objectos do Museu Paranaense remetidos à Expocisao Antropológica do Rio de Janeiro. Curitiba 1882. *Apud*. TAUNAY, Alfredo. Os índios Caingans. (Monografia acompanhada de um Vocabulo que usam). Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1888.p. 266-267.

FIGURA 3 - Colar Jê Meridional/Kaingang produzido com sementes e instrumentos colonizadores (uma moeda e um sino pequeno). Acervo Museu Paranaense

Se a vida “errante” que levavam os índios não-aldeados era considerada oposta aos projetos civilizadores, o descontrole sobre o trânsito e a presença de índios mansos e semi-mansos nas cidades passam a ser considerados como os elementos centrais do fracasso do projeto destinado aos índios. No mesmo sentido, a oferta de brindes passa a ser vista como o oferecimento somente dos maus hábitos da civilização. Como salientava o presidente Fleury, “se, em vez das virtudes ensinadas pelo catholicismo lhes levamos os vícios de nossa sociedade, não é catechése; creamos-lhe, pelo contrário, uma nova dificuldade.”³⁵⁵

A força parece ter sido o elemento redutor mais utilizado, associada à tentativa incessante de instituir o medo diante da superioridade dos recursos empregados nos conflitos. Entretanto, para outros, tratavam-se de medidas ineficazes, visto que, segundo um presidente da província do Paraná, “poucos fructos se podem colher dos sacrificios feitos no intuito de regenerar uma raça que parece condemnada pelo destino á um completo desaparecimento”.³⁵⁶ Seja pela força, como principio redutor aos aldeamentos ou instrumento de chacinas, seja pela integração, pelas mercadorias ou pela miscigenação, tratava-se dar fim ao índio, incluindo-o de vez na história primitiva da civilização brasileira, como era feito nesse momento com os Tupi e Guarani da costa, contatados no século XIX. Ao mesmo tempo, essa visão apocalíptica dos grupos indígenas não deveria ser utilizada como fundamento para que se cessassem as políticas voltadas aos indígenas. Segundo José Antônio Vaz de Carvalho, presidente a província em 1857, supracitado, tratavam-se de “esforços destinados a adoçar-lhe a agonia, e á dar-nos a esperança de figurar de um modo menos odioso na dolorosa história dos seus infortúnios”³⁵⁷

Tanto nessa época, como atualmente, os povos indígenas que se encontram distantes dos núcleos urbanos eram considerados mais puros ou tradicionais, enquanto os grupos indígenas que se localizam próximos a cidades (ainda mais quando por própria opção), ou mantêm mantem alguma relação com esses espaços e suas tecnologias e ferramentas são vistos como pobres miseráveis “prejudicados

³⁵⁵ Relatório do Presidente da Província do Paraná André Augusto de Pádua Fleury, de 21 de março de 1865. Curitiba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1865. p. 61

³⁵⁶ Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da província do Paraná pelo Vice Presidente Jose Antônio Vaz de Carlvalhes na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1857. Curitiba, Typ. Paranaense de C.M. Lopes, 1857. P p. 65, 66..

³⁵⁷ Id. ibid. p. 65, 66..

pelo contanto com a sociedade europeia e culturas nacionais.”³⁵⁸ Como se pode constatar, um dos elementos centrais da política indigenista do período (e em parte até os dias de hoje) era (e ainda o é) o controle e regulamentação da posse e acesso dos indígenas aos territórios, sejam rurais ou urbanos. A política indigenista e a suas variações na prática, levada a cabo pela elite construtora do estado em meados do século XIX, entendia que tais populações só poderiam existir de maneira integrada a sociedade nacional, para tanto deveriam se despir de seus distintivos étnicos e culturais.

No Brasil prevaleceram em muitos setores imagens cristalizadas que caracterizam os indígenas ou como representantes de um passado intocável e referente as mais antigas raízes da formação do povo brasileiro, ou a florestas remotas e inexploradas. As cidades, contanto, são espaços reservados aos civilizados e em oposição completa aos territórios indígenas e a natureza. Dissolvidas e disseminadas em sentidos comuns nas grandes cidades brasileiras, persistem associações do tipo, “índios e floresta/natureza, por um lado, e não índios e cidade/civilização, por outro”³⁵⁹.

Tal reflexão parece indicar uma autêntica “passagem” cesurista de um estágio tradicional para uma insipiente relação primordial com a modernidade – perspectiva que salienta ainda, uma degradação dos valores frente à economia de mercado. Marshal Sahlins critica esse tipo de colocação, e as trata como parte integrante do discurso do *paradigma do objeto-em-vias-de-extinção*. Segundo o autor, mesmo que nem sempre se trate de extinção física de algumas sociedades, essa argumentação questiona a legitimidade cultural de indígenas, que teriam por esse paradigma, perdido suas características culturais únicas e exóticas frente à expansão e assédio da ordem capitalista mundial.³⁶⁰

Roberto Cardoso de Oliveira já indicava uma bipolaridade entre as representações das cidades e de zonas rurais vizinhas de terras indígenas: primeiramente, nas regiões urbanas e grandes metrópoles, atribuem-se apreciações genéricas de bondade e ingenuidade – “criança grande, incapaz de qualquer

³⁵⁸ GOW, Peter. Da Etnografia à História: “Introdução” e “Conclusão” de “Of Mixed Blood: Kinship and History in Peruvian Amazonia”. IN: Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

³⁵⁹ NUNES, Eduardo. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, vol. 4, nº. 1, p. 9-30, janeiro./junho. 2010. p. 11.

³⁶⁰ Id. ibid. p. 42

vilania”. Essa perspectiva se sustenta na distância, geográfica ou temporal, ou seja, se os índios permanecem nas aldeias, ou permanecem em seu passado.

O autor lembra ainda que, “o cidadão não percebe que participa de uma única constelação de estereótipos, que é engendrada pelo desconhecimento de um tipo determinado de grupo humano. (...)”³⁶¹ Por outro lado, nas zonas rurais, quanto mais nas proximidades de terras indígenas, circulam muitas vezes “qualificativos de traiçoeiro, indomável e preguiçoso”³⁶², acusações que muitas vezes são elevadas a violências contra os indígenas, remetidas pelas populações rurais e elites municipais que buscam a disputa dos territórios indígenas, política e ideologicamente, salientando antigos litígios territoriais e se transformando cada dia mais em um tema de ampla repercussão nacional.

Como argumenta Sahlins, existem razões suficientes para sermos completamente céticos, “diante de noções simplistas de “aculturação”, concebida como uma consequência funcional necessária do envolvimento na economia de mercado.”³⁶³ Ao contrário da leviandade em determinar as cidades como um espaço de perda cultural para os indígenas, devem-se multiplicar os trabalhos sobre essa presença, tendo em mente as especificidades que orientam as relações entre brancos e índios, como salienta Tommasino;

As cidades sempre fascinaram as populações indígenas pois concentram a tecnologia do branco. É onde se encontram os grandes magazines, os brancos, as instituições públicas e privadas. Quer dizer, as cidades, com seus ícones da civilização, exercem um poder simbólico sobre os índios que almejam os objetos mágicos dos brancos. É também onde buscam atendimento à saúde e mesmo onde têm seus filhos que começaram a nascer nas maternidades. Portanto, pode-se dizer que os índios não podem viver sem a cidade.³⁶⁴

Entretanto, o indivíduo Ocidental, morador das cidades, não consegue conceber as particularidades da formação e adaptação dos indígenas nesse espaço.

³⁶¹ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. A sociologia do Brasil indígena. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; São Paulo, Editora da USP, 1972. p. 67. - Como demonstra João Pacheco de Oliveira essa perspectiva ideológica é traiçoeira, já que, pautando-se no “mito da nação constituída a partir da fusão das três raças (branco, índio e negro)”, pretende “justificar a inexistência do racismo e a impossibilidade de prosperar o preconceito racial.” In OLIVEIRA, João Pacheco de. Muita terra para pouco índio? Uma situação (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. pp 61-81. In: SILVA, A. L. & GRUPIONI, L. D. B. (Org.). *A temática indígena na escola*. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 62-63.

³⁶² OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. A sociologia do Brasil indígena. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; São Paulo, Editora da USP, 1972. p. 67.

³⁶³ SAHLINS, Marshal. “*O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica*: Por que a cultura não é um objeto em extinção (parte I). In: Mana, Rio de Janeiro, volume. 3, n. 1 1997, p. 64.

³⁶⁴ TOMMASSINO, Kimiye. *Op. cit.* p. 6.

Na Curitiba de meados do século XIX, a presença indígena era tratada como uma mendicância determinada pela oferta dos *brindes*. Contudo, sabemos que os indígenas elaboram seus regimes de políticas constantemente, articulando suas práticas e cosmologias com as situações em que se encontram. Nesse sentido, devemos assumir uma relação intensa nessa perspectiva entre a política indigenista e a política indígena.³⁶⁵ Amoroso chama atenção para a “a total abertura dos Kaingang para os bens dos civilizados” no período. Segundo a autora:

Tal interesse pelos bens e tecnologias dos civilizados dava-se num contexto de reafirmação de valores tradicionais: as lideranças adotam equipamentos, tecnologias e chegarão a disputar cargos junto aos órgãos de tutela, visando ampliar sua força no interior do grupo. Este processo pode ser acompanhado nas duas últimas décadas no aldeamento de São Pedro de Alcântara, quando lideranças Kaingang passaram a reivindicar equipamentos e ocuparam posições definidas no quadro de funcionários do aldeamento.³⁶⁶

Lévi-Strauss visitou a aldeia de São Jerônimo na década de 1930. Segundo ele, teriam sido implantados pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), anos antes, uma serralheria, serraria, escola e farmácia. O posto teria recebido regularmente instrumentos de trabalho, roupas e cobertores, contudo:

Vinte anos depois, estas tentativas eram abandonadas. [...] De sua experiência efêmera de civilização, os indígenas só conservaram as roupas brasileiras, o machado a faca e a agulha de costura. Quanto ao resto, foi um fracasso. Havia lhes construído casas, e eles viviam do lado de fora. Esforçavam-se para fixa-los nas aldeias, e eles permaneciam nômades. As camas, quebravam-nas para fazer lenha e dormiam diretamente no chão. Os rebanhos de vacas mandadas pelo governo vagavam ao léu, já que os indígenas rejeitavam com nojo sua carne e seu leite. [...] ³⁶⁷

Como podemos observar o tema da transformação das mercadorias já era presente no discurso do etnólogo, que salientava que “Se encontrei-os menos intactos do que esperava, iria descobri-los mais secretos do que sua aparência poderia deixar supor.”³⁶⁸ Com relação aos objetos tradicionais e os instrumentos dos não índios, dispostos no mesmo ambiente de forma recontextualizada e resignificada, questionava sua procedência e dizia que ali, “assistia-se a uma estranha inversão do equilíbrio superficial entre cultura moderna e cultura primitiva.”:

³⁶⁵ CUNHA, Manuela Carneiro da. 2009. op. cit. p. 130.

³⁶⁶ AMOROSO, Marta. op. cit. 218

³⁶⁷ LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. p. 144.

³⁶⁸ Id.

De onde vêm aqueles pilões de pedra admiravelmente polidos que encontrei que encontrei nas casas indígenas, misturados com os pratos de ferro esmaltado, colheres ordinárias e até – de vez em quando – com os restos esqueléticos de uma máquina de costura? Intercâmbios comerciais, no silêncio da floresta, com populações da mesma raça mas que se mantinham selvagens e cuja atividade guerreira continuava a vedar aos desbravadores de certas regiões do Paraná? [...] Estes objetos que dão o que pensar subsistem nas tribos como testemunhas de uma época em que o índio não conhecia casa, nem roupas, nem utensílios metálicos³⁶⁹

³⁶⁹ Id. *ibid.* p. 145

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em meio aos aparentemente infinitos documentos burocráticos e administrativos que se referem aos coroados direta ou indiretamente no Paraná provincial necessita enfrentar primeiramente a barreira da paciência. Isso porque a maior parte desses registros está disposto de forma vaga, desmembrada dos contextos e conflitos que se referem, instituindo um corpo documental mais dos fracassos e sucessos das políticas indigenistas do que de aspectos que inicialmente podem interessar a antropólogos conservadores. Podemos dizer, acompanhando o que diz a historiadora Lúcia Salsa Corrêa para fronteira sul do Mato Grosso no século XIX, (atual estado do Mato Grosso do Sul), que tais documentos organizados sem critérios, transparecem de maneira lacônica, sendo sua manufatura resultado “do aparelho político-administrativo criado e dominado por grupos oligárquicos que se revezavam no poder regional, quase nunca de forma pacífica e democrática.”³⁷⁰b Ou seja, assim como os estudos para outras localidades do Império brasileiro, o volume documental revela-se em um autêntico complexo de informações desconectadas, que passam a ser reorganizadas no decorrer da própria pesquisa. Além da organização dos registros, os próprios termos e a caligrafia dos autores criam outras dificuldades, necessitando um esforço paleográfico de compreensão e imersão na produção desses documentos no período.

Na medida em que crescem os esforços de pesquisadores para superar os vazios nas descrições da História Indígena, passamos a observar com mais clareza a operação de diversas políticas de omissão com relação ao tema. Tais ferramentas discursivas, como vimos, transitam entre a academia e o Estado, fomentando reciprocamente ideologias da perda cultural, degeneração, integração (como na leitura da ação dos serviços da catequese e civilização, além da miscigenação) ou mesmo da extinção física dos indígenas. Se por um lado não observamos mais trabalhos como os de Von Martius e Varnhagen, que praticamente desdenhavam de forma irônica do valor da História Indígena, ainda não podemos dizer que estamos completamente livres dos efeitos tardios dos seus discursos. Grande parte da historiografia ainda perpetua essa base reflexiva, desacreditando da funcionalidade

³⁷⁰ CORRÊA. Lúcia Salsa. A fronteira indígena no Sul de Mato Grosso – século XIX: fontes comentadas. In: *Tellus*, Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI, UCDB, ano 2, nº , p. 155-169, Campo Grande. abril de 2002. p. 155

das análises sobre o passado dos grupos indígenas. De maneira semelhante, muitos antropólogos mantêm a história como refém de ínfimas linhas introdutórias em suas teses e demais publicações.

No Paraná, como em outras localidades, a imagem do imigrante europeu como elemento urbanizador e fomentador do crescimento econômico supriu grande parte das análises sobre a formação populacional até recentemente. Contudo, podemos dizer que o quadro é de nítido crescimento do número de interessados no tema, sendo que ambas áreas tem demonstrado mais esforços do que nunca nos últimos trinta anos para reverter o irrisório volume de produção da história indígena.

Com essa valorização do passado e das transformações dos índios diante seus próprios termos, esses já não podem mais ser pensados como uma tábula rasa, onde a ausência de pressupostos civilizatórios sinalizam a pequenez e insignificância de sua história. Ao contrário, passamos a observar através dos estudos da História Indígena a resistência e a agência indígena como uma realidade manifesta na documentação, inclusive naquelas que já haviam sido utilizadas com outros fins, como no caso dos Relatórios dos presidentes da província do Paraná, apresentados nesse e em muitos trabalhos contemporâneos que abordam a temática indígena no século XIX. As referências a atuação dos índios nos mais diversos processos históricos resulta em uma mudança de status: a presença indígena nos territórios deixa de transparecer apenas como um simples elemento perturbador de análises tradicionais que desprezam o indígena, sendo alçada a classe de estudos autônomos, com bibliografia e características próprias dispostas interdisciplinarmente.

5.1 A LONGA RELAÇÃO ENTRE CURITIBA E OS ÍNDIOS

A relação histórica entre certos grupos indígenas e o território da cidade de Curitiba, como vimos, é muito maior do que pregam os manuais de história da cidade, que em sua maioria se limitam a explicar uma origem Tupi-guarani para o nome. Antes mesmo de sua fundação, as minas e os caminhos de Curitiba nos primeiros séculos da colonização portuguesa, principiam as relações de uma zona de contato entre índios e não índios, envolvendo territórios dos sertões curitibanos a oeste, norte e sul. A manipulação da imagem do ouro como pretexto para caça e cativeiro de indígenas, como salienta Monteiro, deve ser ressaltada como um dos

elementos mais presentes até o século XVIII na região. Tal qual as outras cidades do período com que detinha maior relacionamento, como Paranaguá e São Paulo, a atual capital do Paraná obteve grande parte da sua mão obra com a captura de indígenas e a manutenção de administrados nas fazendas e nas casas, capturados muitas vezes sobre o pretexto da busca pelo ouro.

A medida que os colonos mapearam com mais segurança o território, mudam-se as descrições que salientam espaços decretados como demograficamente vazios, para aquelas que destacam um território ocupado. Nesse sentido, os sertões de Curitiba são subitamente preenchidos por numerosos e distintos grupos indígenas, principalmente a partir das investidas comandadas por Afonso Botelho no século XVIII. No caso dos Kaingang, como se pode perceber já nos relatos das expedições vicentinas, além de não serem alheios ou submissos ao conquistador, resistiram ativamente a presença em seus territórios. Contudo, como salienta Bruce Albert, o termo não deve servir como algo mais do que uma noção meramente introdutória ao estudo da agência e das alianças indígenas com não índios, já que com esse conceito pode-se pensar que os índios, eram passivos e só reagiam as ações conquistadoras.

A própria rede de relações entre os grupos, independente do não índio, demonstra claramente que tais grupos mantêm sofisticados esquemas de formação de aliados e inimigos, que não devem ser menosprezados na compreensão das relações entre indígenas e conquistadores. Como demonstra Fernandes, os kaingang apresentam um sistema dualista que não se resume a apresentação diametral das metades Kamé e Kairu, incorporando ao seu sistema de classificações as modalidades de próximo e distante, o interno e o externo, justamente por isso, “O ‘outro’, o ‘estrangeiro’, ou simplesmente o ‘fog’, pode entrar nesse sistema de classificações, pois o que importa é garantir que a afinidade se realize mesmo na ocorrência de relações indesejáveis.”³⁷¹ As modalidades de “civilização e amansamento dos índios” apresentadas nesse trabalho, certamente foram pensadas pelos indígenas de acordo com seus esquemas políticos próprios, que sustentavam o relacionamento em potencial com os não índios, que por sua vez, compartilhavam de uma irrestrita incompreensão do pensamento e sistema

³⁷¹ FERNANDES, Ricardo Cid. Op. cit. 2003. p. 276.

político dos índios, que por sua vez, no caso do dualismo kaingang, “se configura como uma fórmula aberta para o exterior.”³⁷²

5.2 AS POLÍTICAS INDIGENISTAS E A AÇÃO DOS INDÍGENAS

Após a indenpendência em 1822, como demonstra Monteiro, desvela-se progressivamente uma questão contraditória que age como plano de fundo para o relacionamento das esferas estatais com os indígenas – ao mesmo tempo que se autorizava e até mesmo se outorgava as incursões e guerras punitivas, refletia-se sobre o seu papel na formação do povo brasileiro, instituindo um passado homogêneo e comum a todos os brasileiros. Este histórico comum seria dado através da mestiçagem e destacaria “a identidade desta nova nação americana no contexto da separação política.” Para todos os efeitos, confinou-se o indígena nos discursos históricos preconceituosos e nesse passado primitivo, representado pelo Tupi costeiro que habitava as regiões da colonização primordial portuguesa nas terras brasileiras.³⁷³

No Paraná, mais precisamente em sua capital provincial, a manutenção dessa imagem foi remanejada com a chegada dos imigrantes, alçados por alguns, como Wilson Martins e outros historiadores e cientistas sociais conservadores, como um elemento de ruptura, tanto desse passado antigo onde o indígena teria diluído entre os colonizadores através da miscigenação, quanto do restante da sociedade nacional, que nessa perspectiva, apresentaria elementos mais contundentes da influência fenótipa e cultural dos indígenas. O primeiro aspecto, aliás, serviria como elemento comprobatório da imagem de uma região mais branca e europeia, enquanto o segundo para reafirmar a pretensa superioridade civilizatória do europeu diante da fragilidade primitiva do indígena.

Como em outras localidades do estado brasileiro, o discurso da mudança de certos aspectos da sociedade indígena com o estabelecimento dos contatos com não índios foi instrumentado como indicador do abandono definitivo de certos costumes, e conseqüentemente, de suas regras essenciais de organização social e política. Para bem da verdade, tal transformação realmente ocorria, entretanto não como os administradores das políticas indigenistas acreditavam.

³⁷² id

³⁷³ MANUEL, Jonh Manuel. Op. cit. 2001. P. 130

Os indígenas buscavam os brindes e ferramentas, e consequentemente as cidades que detinham a maior concentração desses objetos. Estes foram manuseados e instrumentalizados pelos indígenas para garantir a continuidade da relação com os novos aliados, segundo as modalidades políticas internas que se orientavam para o mundo externo. No caso dos grupos e chefias territoriais Kaingang que frequentemente se dirigiam para Curitiba no século XIX, não só sabiam da concentração desses bens junto ao presidente da província, como sabiam que os presidentes detinham a palavra final dos *fog* na maior parte das decisões que envolviam as políticas fomentadas para os índios. Apesar de ter que lidar com o desprezo de muitas das autoridades, que se empenhavam em instituir a cidade como um espaço restrito para o livre trânsito de indígenas de acordo com a separação instituída entre locais destinados para os selvagens e primitivos, o ambiente da natureza e da cultura, mantinham o branco pacificado e e garantiam a posse dos estranhos objetos e instrumentos dos não índios, com os quais mantinham os mais diversos interesses práticos e simbólicos.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS E FONTES COLONIAIS

ANDRADE, Lourenço Ribeiro de. Carta de Lourenço Ribeiro de Andrade Remetida ao Coronel Luiz Antonio Neves de Carvalho. Vila de Curitiba, 30 de novembro de 1797. In: MOREIRA, Júlio E. Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba. à luz de novos documentos. Documento Anexo XXIV. pp. 143-145 .Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1972.

BOTELHO, Afonso. Noticia da Conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi, na Capitania de São Paulo, no governo geral Dom Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão conforme ordens de sua majestade. Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 76, 1955. Notícias da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações, 1962

CAMINHA. Pero Vaz de. Carta a El Rei D. Manuel, Dominus: São Paulo, 1963. Digitalizado por NUPILL - Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Linguística–UFSC. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/b_v000292.pdf.

Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível em: <http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc023/CU-SaoPaulo.pdf>

JOÃO VI, Rei de Portugal, 1767-1826. Carta de D. João VI ao governador da Capitania de São Paulo: ordenando que faça guerra aos índios denominados Bugres do Paraná. Rio de Janeiro: Na Impressão Regia, 5 de novembro de 1808. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1292586/or1292586.pdf, Acesso em 23/04/2013, às 19h02min.

JOÃO VI, Rei de Portugal, 1767-1826. Carta de D. João VI ao governador da Capitania de São Paulo: *Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e*

de civilisar os índios bárbaros que infestam aquele território. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1 de abril de 1809. In: Coleção das Leis do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

LIMA, Francisco das Chagas.. Memoria sobre o descobrimento e colonia de Guarapuava. *Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Tomo IV, n. 13, p. 43-64. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva. 1842

NEGRÃO, Francisco. (org). Boletim do Archivo Municipal de Curitiba: Documentos para a história do Paraná. Vol. I Fundação da Villa de Curityba: 1668 a 1721. Curitiba: Typ. e lith. a vapor Imprensa Paranaense, 1906.

NEGRÃO, Francisco. (org). Boletim do Archivo Municipal de Curitiba: Documentos para a história do Paraná. Vol. VII Fundação da Villa de Curityba. (Org). Curitiba: Livraria Mundial, 1922.

PINTO, Capitão Antonio Nunes Termo de inquirição de testemunhas tiradas em virtude do auto atrás In: Julio Estrela. Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba a luz de novos Documentos. Documento Anexo IX. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1972

SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil por Frei Vicente do Salvador. Livro Primeiro – Em que se trata do descobrimento do Brasil, costumes do naturais, aves, peixe, animais e do mesmo Brasil. Bahia, 20 de dezembro de 1627.

SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado Descriptivo do Brasil 1587. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (org.). 2ª ed. Rio de Janeiro, 1879.

STADEN, Hans. Viagem ao Brasil (1557). São Paulo: Martin Claret, 2006.

DOCUMENTOS BRASIL IMPÉRIO – PARANÁ PROVINCIAL

OBRAS

KELLER, Franz. Manuscrito. Arquivo Nacional. Cod. 807 v. 20, doc. 11, fls, 185-212.

LOURES, Francisco Ferreira da Rocha. Ofício enviado ao Vice-Presidente da Província do Paraná. 08/01/1864 In: APEP Nota: AP176.1.142-144, Microfilme: rolo 873, fl ash 2, cx. 5

Relatórios de Presidentes da Província

São Paulo

Discurso recitado pelo exmo presidente, Manuel Felisardo de Souza e Mello, no dia 7 de janeiro de 1844, por ocasião da abertura da Assembléia Legislativa da província de S. Paulo. S. Paulo, Typ. do Governo, 1844.

São Pedro do Rio Grande do Sul

Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o senador conselheiro Manoel Antonio Galvão, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 5 de outubro de 1847, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1847 a 1848. Porto Alegre, Typ. de Argos, 1847

Paraná

Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da província do Paraná pelo Presidente da Província do Paraná. Zacarias de Góes E Vasconcelos em 15 de Julho de 1854. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854.

Relatorio do presidente da província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 8 de fevereiro de 1855. Curityba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1855.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná no dia 1.o de março de 1856 pelo vice-presidente em exercicio, Henrique de Beaurepaire Rohan. Curityba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856.

Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da província do Paraná pelo Vice Presidente Jose Antônio Vaz de Carlvalhes na abertura da Assembléia Legislativa Provincial S/D 1857. Curityba, Typ. Paranaense de C.M. Lopes, 1857.

Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da província do Paraná pelo Vice Presidente Jose Antônio Vaz de Carlvalhes na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1857. Curityba, Typ. Paranaense de C.M. Lopes, 1857.

Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da província do Paraná pelo presidente da Província Francisco Liberato de Matos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 7 de Janeiro de 1858. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1858.

Relatório apresentado á Assembléia Legislativa do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo exm. sr. dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862. Coritiba, Typ. do Correio Official, 1862.

Relatório apresentado á Assembléia Legislativa do Paraná do Presidente da Província do Paraná André Augusto de Pádua Fleury, de 21 de março de 1865. Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1865.

Relatório apresentado á Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo presidente da provincia, o illustrissimo e excellentissimo senhor doutor Polidoro Cezar Burlamaque. Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1867.

Relatório apresentado á Assembléia Legislativa do Paraná com que o exm. sr. presidente da provincia, dr. Antonio Augusto da Fonseca, abriu a 2.a sessão da 8.a

legislatura da Assembléa Legislativa do Paraná no dia 6 de abril de 1869. Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1869.

Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná na abertura da 2.a sessão da 9.a legislatura pelo presidente, dr. Venancio José de Oliveira Lisboa, no dia 15 de fevereiro de 1871. Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1871.

Relatório do presidente da Província o Paraná, Joaquim Bento de Oliveira Júnior por ocasião da passagem da administração da província do Paraná, no dia 07 de fevereiro de 1878. Curityba, Typ. da Viuva & Filhos de C.M. Lopes, 1873.

Relatório que Manoel Antônio Guimarães por ocasião da passagem da administração da província do Paraná, no dia 13 de junho de 1873. Curityba, Typ. da Viuva & Filhos de C.M. Lopes, 1873.

OBRAS E CATÁLOGOS

BONIFÁCIO, José. Apontamentos para a civilização dos Índios bravos do Império do Brazil. In: Homenagem a Jose Bonifácio no 88º. Aniversário da Independência do Brasil: Rio de Janeiro, 1910. p. 13-14.

_____. Notas sobre os índios do Brasil IN: Jose Bonifácio: a defesa da soberania nacional e popular. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães 2012.

Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial: 1853 - 1870. Coleção pontos de acesso, vol. 3 Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.

Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial: 1871 - 1892. Coleção pontos de acesso, vol. 4 Curitiba: Imprensa Oficial, 2009.

CEMITILE, Frei Luiz de. Memória sobre os Costumes dos índios Camés ou Coroados que habitam na Província. In: Catálogo dos objectos do Museu Paranaense remetidos à Expocisao Antropológica do Rio de Janeiro. Curitiba 1882.

DERET Jean Baptiste. Voyage Pittoresque au Brésil. Vol. I Paris : Firmin Didot Frères, 1834. prancha.20 Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon326376/galery/index.htm

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pela comarca de Curitiba. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

SANTOS, Antonio Vieira. Memória Cronológica Topográfica e Descritiva da Cidade de Paranaguá e de seu Município. (1850). Apud. MACEDO, Azevedo F. R. Conquista Pacífica de Guarapuava. Curitiba: GERPA, 1951.

SILVA, Camilo Lellis. Diário da viagem feita pelos sertões de Guarapuava ao rio Paranan por Camilo Lellis Silva, P. d'Armada Imperial e Nacional, 23 de maio de 1849. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 28, 1865.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensavel para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. Tomo I, 2ª ed. Lisboa: A.J. Fernandes Lopes, 1865.

LEIS E DECRETOS IMPERIAIS

Lei de 27 de outubro de 1831 que revoga as Cartas Régias que mandaram fazer guerra, e pôr em servidão os índios, de 27 de outubro de 1831, in Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1831, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

Lei de 27 de outubro de 1831 que revoga as Cartas Régias que mandaram fazer guerra, e pôr em servidão os índios, de 27 de outubro de 1831, in Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1831, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

Lei nº 16, de 12 de Agosto de 1834 In: Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1834 Vol. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

Decreto nº 285, de 24 de Junho de 1843. Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1843, Tomo 5º, parte 1ª, Seção 13ª. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1844.

Decreto nº 373, de 30 de Julho de 1844. Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1844. Tomo 7º parte 2ª, seção 24ª. . Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1845.

Decreto Nº 426 de 24 e Julho de 1845. *Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos Índios* In: Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1845, Tomo 8º, parte 3ª, Seção 25ª. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1845.

Ofícios e Correspondências de Governo da Província do Paraná

1853

OLIVEIRA, Joaquim Manoel de. Ofício encaminhado ao presidente da província. 26/12/1853 In: DEAP, Código de referência BR APPR PB 001 SPP. 369. Caixa 16
Nota: AP34.10.262-263. Microfilme: rolo 319, flash 10, cx

1854

BANDEIRA, Joaquim José Pinto – [juiz municipal e de órfãos de Curitiba]. DEAP. Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos. 11/04/1854. In: DEAP, Código de referência BR APPR PB 001 PJU243 Microfilme: rolo 279, flash 3, cx. 1 Cópia digital: PJU243.

MEDEIROS, José Gomes de. Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos. 27/08/1854. In: DEAP, Código de referência BR APPR PB 001 GPR.Cpa49 caixa 01

1855

LOURDES, Francisco da Rocha. Relatório do diretor geral dos índios do Paraná. Vila de Guarapuava. 8 de agosto de 1855. p. 51. In: Boletim do Arquivo Público do Paraná. Ano VII, nº 11. Departamento estadual de microfilmagem – DAMI. Curitiba, 1982.

1856

FERRAZ, Luiz Pedreira do Couto, ministro do Império. Ofício entregue ao vice-presidente da província do Paraná José Antônio Vaz de Carvalhes. Rio de Janeiro, 27/10/1856. IN: DEAP, Nota: C129.115.

1857

LOURES, Francisco Ferreira da Rocha. Ofício encaminhado ao vice-presidente da província do Paraná, em Guarapuava (PR), 14/08/1857 In: DEAP Nota: AP45.8.121
Reunião de Antropologia do Mercosul. Florianópolis, SC, UFSC. Programa e Resumos, 2003,

1859

LOURES, Francisco Ferreira da Rocha. Ofício encaminhado ao presidente da Província do Paraná. 17/11/1859. In: DEAP, nota: AP79.12.127, Microfilme: rolo 585, fl ash 5, cx. 3.

1860

LOPES, Joaquim Francisco. Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná, José Francisco Cardoso. 08/02/1860. In: DEAP, Código de referência. BR APPR PB 001 AP87.3.292 Microfilme: rolo 593, flash 13, cx. 3.

1861

LOPES, Joaquim Francisco. Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná. Aldeamento de São Jerônimo (PR) em 04/05/1861. In: DEAP, nota: AP112.9.258

LOURES, Francisco Ferreira da Rocha Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná. Curitiba em 01/07/1861. In: DEAP, nota: AP115.12.156

CASTELNUOVO, Timotheo de. Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná. Aldeamento de São Pedro de Alcântara em 15/11/1861. In: DEAP, nota: AP123.20.267

1862

CASTELNUOVO, Timotheo de. Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná. Aldeamento de São Pedro de Alcântara (PR) em 16/03/1862. In: DEAP, Nota: AP136.7.226

NOGUEIRA, Antônio Barbosa Gomes – presidente da província do Paraná. Ofício encaminhado ao diretor do aldeamento de Palmas Pedro Ribeiro [] Souza. 01/05/1862. In: DEAP, Nota: C27.3.147

_____. – presidente da província do Paraná. Ofício entregue a Cândido Rodrigues Soares de Meirelles. Curitiba (PR), 17/06/1862. In: DEAP, C27.11.185.

1864

BARROS, Lucas Antônio Monteiro de. Ofício encaminhado ao presidente da província. 11/03/1864 In: DEAP, Código de referência BR APPR PB 001. Nota: AP181.6.158. Microfilme: rolo 877, flash 6, cx. 5

_____. Ofício encaminhado ao presidente da província. Curitiba 01/04/1864 – 02/04/1864 . In; APEP Nota: AP183.8.135/136.

_____. Ofício entregue ao presidente da província do Paraná. Curitiba 28/05/1864. APEP Nota: AP185.10.123

VIEIRA, João Pedro Dias. Ofício entregue ao presidente da província do Paraná. Rio de Janeiro 29/07/1864 APEP Nota: C266.81

1869

SOUZA, Pedro Ribeiro de. Ofício encaminhado ao Presidente da Província do Paraná. 25/05/1869. In: DEAP Nota: AP307.10.322-323. Microfilme: rolo 980, flash 8, cx. 7

FONSECA, Antônio Augusto da. Ofício encaminhado ao Diretor do aldeamento de Palmas. 31/07/1869. In: DEAP. Código de referência: BR APPR PB 001, Nota: C458.103.391.

LEAO, Agostinho Ermelino de. Ofício encaminhado ao diretor do aldeamento de São Pedro de Alcântara, Frei Timotheo de Castelnuovo. 18/09/1869. In: DEAP, BR APPR PB 001 C458.118.463.

1871

LISBOA, Venâncio José de. Ofício encaminhado ao diretor do aldeamento de São Pedro de Alcântara, Frei Timotheo de Castelnuovo. Curitiba em 15/09/1871 In: DEAP Nota: C458.215.54

_____. Ofício encaminhado ao diretor-geral do índios da província do Paraná, Manoel de Oliveira Franco. Curitiba (PR), em 22/09/1871. In: DEAP. Nota: C458.215-216.56

1880

PROENÇA, João Batista. Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná. In: DEAP. Ofícios, 10/03/1880. Vol 6, p.112.

1886

ESPÍRITO SANTO, Hermínio Francisco do. Ofício entregue ao presidente da província do Paraná. Alfredo de Escagnolle Taunay. 26/05/1886. In: APEP, **Nota:** AP778.11.145, Microfilme: 1915.2.

BIBLIOGRAFIA

ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita, Org. Pacificando o Branco: cosmologias de contato no norte - amazônico. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 2003.

AMOROSO, Marta Rosa. Catequese e Evasão. Etnografia do Aldeamento Indígena de São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895). Tese de doutoramento/USP, São Paulo: 1998.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Documentos e Instrumentos de pesquisa de História Indígena e do Indigenismo d'Aquém e d'Além-Mar Atlântico: uma discussão “necessária, urgente e inadiável in: XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.

ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil Revista de Arqueologia, 20: 09-38, 2007.

AYROSA, Plínio. Estudos Tupinológicos. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1967

BARBER, Russel J.; BERDAN, Frances F. The Emperor's Mirror. Understanding Culture through Primary Sources. Tucson: University of Arizona Press, 1998.

BORBA, Telêmaco. Actualidade indígena. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908

BROCHADO. J. P. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policromica amazônica Dédalo 27:65-82, São Paulo, 1989.

CALÁVIA SAEZ, Oscar. A terceira margem da história: estrutura e relato das sociedades indígenas. p. 39 In: Revista brasileira de ciências sociais - pp. 39 – 51, vol. 20. nº. 57, 2004

CHMYZ, Igor. Histórico das pesquisas de salvamento arqueológico no estado do Paraná. In: Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste. pp 157-159 30 de março e 3 de abril de 1987, CLIO, 4. 1987. p. 157.

_____. Arqueologia de Curitiba. In: Boletim Informativo da Casa Romário Martins: Curitiba: origens, fundação, nome. v. 21, n. 105. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, junho de 1995

_____. BROCHIER, Laércio Loiola. Proposta de Zoneamento Arqueológico para o Município de Curitiba. In: Arqueologia, Curitiba, v. 8, p. 35-60, 2004.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____, História dos índios no Brasil, São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1998.

_____. Cultura com Aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

_____. Índios do Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. (org) Legislação Indigenista do século XIX: Uma compilação: 1808-1889. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992

CORRÊA. Lúcia Salsa. A fronteira indígena no Sul de Mato Grosso – século XIX: fontes comentadas. In: *Tellus*, Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI, UCDB, ano 2, nº , p. 155-169, Campo Grande. abril de 2002.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. O primeiro século de registro da língua Kaingang (1842-1950): valor e uso da documentação etnográfica. *50º Seminário do GEL*. São Paulo. 2002. Disponível em: <http://www.portalkaingang.org/Primeiros100anos.pdf>

DAVIS, Irvine. Comparative Jê phonology. In: Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada, vol. 1, n. 2, p. 10-24. 1966. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/davis_1966_comparative. Acesso em 03/01/2013 às 15:00 horas.

DURAT, Cristiano Augusto. Terras De Aldeamentos: Trajetória de atalaia e sepultura nos campos de Guarapuava (século XIX). In: Revista Semina Volume 9 – nº 1 – 2010. Publicado no 1º semestre de 2011.

FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERNANDES, Ricardo Cid. Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica. São Paulo: PPGAS-USP (Tese de Doutorado), 2003.

_____. Uma contribuição da antropologia política para a análise do faccionalismo. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. (Org). Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: Eduel, 2004.

GAKRAN, Namblá. Aspectos Morfosintáticos da Língua Iaklãnõ (Xo!):leng) “Jê”. Campinas: - UNICAMP, Instituto de estudo da linguagem – IEL, (Dissertação de Mestrado), 2005.

GEERTZ, Clifford. O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOW, Peter. Da Etnografia à História: “Introdução” e “Conclusão” de” Of Mixed Blood: Kinship and History in Peruvian Amazonia. In: Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

GRECA, Rafael. Cultura Paranaense. s/ed. GRECA, Rafael. Cultura Paranaense. http://www.rafaelgreca.org.br/blog1/wp-content/uploads/cultura_paranaense_2.pdf.

HARDMAN, Francisco Foot. A visão da Hiléia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: UNESP, 2009.

HELM, Cecília Maria Vieira. A integração do índio na estrutura agrária do Paraná: o caso Kaingang . UFPR: Tese de Livre-Docência. 1974.

HEMMING, John. *Fronteira Amazônica: A derrota dos índios brasileiros*. São Paulo: EDUSP, 2009.

HENRIQUE, Márcio Couto . *Presente de branco: a perspectiva indígena dos brindes da civilização (Amazônia, século XIX)*. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2013. v. 1.

HOWARD, Catherine V. "A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai". In: ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcida Rita. *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa oficial do Estado, 2002, p. 25-55.

IHERING, Hermann von. *A anthropologia do estado de São Paulo*. *Revista do Museu Paulista*, VII, p. 202-257. São Paulo: Typ. Cardozo, Filho & Cia, 1907 p. 215.

IHERING, Hermann von. *A questão dos Índios no Brasil*. *Revista do Museu Paulista*, VIII, p. 112-141. São Paulo: Typ. Cardozo, Filho & Cia, 1911, p. 113.

KRECH, Sheppard, III. *From Ethnohistory to Anthropological History*. *Smithsonian contributions to anthropology*. Numero. 44 Disponível em: [http://smithsonianrex.si.edu/index.php/sca/article /view/343/302](http://smithsonianrex.si.edu/index.php/sca/article/view/343/302). Acesso em 12/08/2013 às 08:00

LAROQUE, Luiz Fernando da Silva. *Fronteiras geográfica, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e Suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930)*. In: *Pesquisas. Antropologia*; n. 64. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2006; Unisinos, 2007.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LEÓN-PORTILLA, Miguel,. Visión de los Vencidos, México, UNAM, 1961. ;Gibson, Charles, The Aztecs under Spanish Rule, Stanford, Stanford University Press. 1964.

MABILDE, Pierre. Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul – 1836-1866. São Paulo: Ibrasa; Brasília: INL / Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MALAGE, Kátia Graciela Jacques Menezes. Condá e Viri : Chefias indígenas em Palmas-PR, década de 1840. Curitiba: PGHIS/UFPR (Dissertação de Mestrado), 2010

MARTINS, Romário. Curityba de outr`ora e de hoje. Curitiba: Prefeitura Municipal, 1922.

MARTINS, Romário. Curityba, capital do estado do Paraná. Curityba : I Ilustração Paranaense, 1931.

MARTINS, Romário. História do Paraná. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, Wilson. Um Brasil diferente: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. In: Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 6 (24): 389 – 411. Rio de Janeiro: Janeiro de 1845.

MELLO, Antônio Augusto Souza. Estudo Histórico da Família Lingüística Tupi-Guarani: Aspectos Fonológicos e Lexicais. Florianópolis. Departamento de Linguística e Língua Vernácula do Instituto de Comunicação e Expressão-UFSC (Tese de Doutorado), 2000

MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. O Desafio da história indígena no Brasil In: SILVA, A. L. & GRUPIONI, L. D. B. (Org.). A temática indígena na escola. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

_____. Tupis, Tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Departamento de Antropologia IFCH-Unicamp. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência. Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo Campinas, agosto de 2001.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de; SOUZA, Marcilene Garcia de. Invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba. Revista de Sociologia e Política., Curitiba , n. 13, Nov. 1999.

MOREIRA, Júlio E. Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba. à luz de novos documentos. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1972.

MOREIRA, Vânia Maria Losada Trabalho. *Os índios e Império: história, direitos sociais e agenciamento indígena* In: XXV Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático 36: Os Índios na História, 13-17 de julho de 2009. p *Anais...* Fortaleza: Associação Nacional de História, 2009. 1 CD-ROM. p. 1.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Os índios e a ordem imperial. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005.

MOTA, Lucio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 – 1924). Maringá: EDUEM, 1994

_____. A Guerra de Conquista nos Territórios dos Índios Kaingang do Tibagi. In: V Encontro Regional de História - ANPUH-PR, FAPESP Ponta Grossa-PR. 10 a 13 de julho de 1996.

_____. As cidades e os povos indígenas: mitologias e visões. Maringá, EDUEM, 2000.

_____. A denominação kaingang na literatura antropológica, histórica e linguística. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. (Org). Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: Eduel, 2004.

_____. Relações interculturais na bacia dos rios Paranapanema/Tibagi no século XIX. XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Londrina, 17 a 22 de julho de 2005.

_____. A Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e as Populações Indígenas no Brasil no II Reinado. (1839-1889). In: Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 1, p. 117-142, 2006.

_____; CHAGAS, Nadia Moreira. O Guairá nos séculos XVI e XVII: as relações interculturais. In: O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. Vol. 7. 2007.

_____. As populações indígenas Kaiowá, Kaingang e as populações brasileiras na bacia dos rios Paranapanema/ Tibagi no século XIX: conquista e relações interculturais. In: Revista de História, Dourados, MS, v. 9, n. 16, jan./jul. 2007

_____; Luciélen. Análise da carta régia de 05 de novembro de 1808: políticas indígenas em relação aos Kaingang. In: IV Congresso Internacional de História, 2009. Maringá. Anais do Congresso Internacional de História (Online). Maringá: C749 UEM/PPH/DHI, 2009. volume. único. p. 01-5528. p. 4618.

NOELLI, Francisco Silva. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. Revista de Antropologia, São Paulo, 1996 v. 39 nº 2, pp.. 7-54 a)

_____. Resposta a Eduardo Viveiros de Castro e Greg Urban. In: Revista de Antropologia. Vol. 39, Nº. 2, pp. 105-118. São Paulo: USP, 1996 b)

_____. Os Jê do Brasil Meridional e a antiguidade da agricultura: elementos da linguística, arqueologia e etnografia. In: Estudos Ibero-Americanos. PUC-RS, v. 23, nº 1, junho, 1996 c)

_____. Repensando os rótulos e a história dos Jê no Sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 2: 285-302, 1999.

_____. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000 REVISTA USP, São Paulo, n.44, p. 218-269, dezembro/fevereiro 1999/2000

_____. Mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. (org). Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: Eduep, 2004

NUNES, Eduardo. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Muita terra para pouco índio? Uma situação (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. pp 61-81. In: SILVA, A. L. & GRUPIONI, L. D. B. (Org.). A temática indígena na escola. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

OLIVEIRA, João Pacheco. *Ação indigenista e utopia milenarista*: múltiplas faces de um processo de territorialização entre os Ticuna. IN: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita, (Org). Pacificando o Branco: cosmologias de contato no norte - amazônico. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A presença indígena na formação do Brasil. Brasília: LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. A sociologia do Brasil indígena. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; São Paulo, Editora da USP, 1972.

OLIVEIRA, J. E. Sobre os conceitos de etnohistória e história indígena: uma discussão ainda necessária. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003. p. 1.

_____. A História indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. in: Espaço Ameríndio, Porto Alegre, vol. 6, nº 2, p. 178-218, julho./dezembro. 2012. p. 192.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os século XVI e XVIII. In: Revista de História, São Paulo, n. 129-131, p. 179-208, agosto-dezembro/93 a agosto-dezembro de 94.

PARELLADA, Cláudia Inês. Revisão dos sítios arqueológicos.. In: Fundamentos: Publicação da Fundação Museu do Homem Americano. N. 7, 2008. São Raimundo Nonato (PI); FHMA/Centro Cultural Sérgio Motta, 2007.

PENNAFORT, R. U. Brazil Pré-Histórico. Memorial Encyclográfico. Fortaleza: Typ. Studart, 1900.

PORTELA, Cristiane de Assis. Por uma história mais antropológica: indígenas na contemporaneidade. In: Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 12, n.1, p. 151-160, jan./jun. 2009.

PRATT, Mary Louise. Os olhos do Império: relatos de viagens e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

PRONAPA - Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. Cadernos de Arqueologia, Paranaguá, Museu de Arqueologia e Artes Populares - UFPR, n.1, 1976

REIS, José Alberione dos. Arqueologia dos Buracos de Bugre: uma pré-história do Planalto Meridional. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. “Como se deve escrever a história do Brasil”: uma leitura de von Martius. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

SAHLINS, Marshal. *O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um objeto em extinção* (parte I). In: Mana, Rio de Janeiro, volume. 3, n. 1 1997.

SEEGER, Anthony; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo – Pontos de vista sobre os índios brasileiros: um ensaio bibliográfico. In: BIB, Rio de Janeiro, (2): 11-35,1977.

SZTUTMAN, Renato. O profeta e o principal: A ação ameríndia e seus personagens. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2012

SZVARÇA , Décio Roberto. O forjador: ruínas de um mito Romário Martins (1893 – 1944). Curitiba: PPHIS -UFPR (Dissertação de mestrado), 1993.

TAUNAY, Alfredo. Os índios Caingans. (Monografia acompanhada de um Vocabulo que usam). Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1888.

_____. Entre nossos índios. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

TAKATUZI, Tatiana. Águas Batismais e os Santos Óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia. Campinas: UNICAMP (Dissertação de Mestrado), 2005.

TOMMASINO, Kimiye. A ecologia dos Kaingang da bacia do rio Tibagi in: Moacyr E. Medri. A Bacia do rio Tibagi. editores . -- Londrina, PR : M.E. Medri, 2002.

TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. (Org). Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: Edue, 2004.

TRIGGER, Bruce G. Ethnohistory and Archaeology. pp. 17 – 24. In: Ontario Archaeology. Nº 30, 1978.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: Historia dos Índios do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1998.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. Tomo I. Madrid: Imprensa de V. de Dominguez, 1854. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01818710#page/124/mode/1up>.

VEIGA, Juracilda.: *Kaingang e Xokleng: inimigos preferenciais*. Comunicação apresentada na V Reunião de Antropologia do Mercosul. Florianópolis, SC, UFSC. Programa e Resumos, 2003,

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Comentário ao artigo de Francisco Noelli. In: *Revista de Antropologia*, Vol. 39, Nº. 2 (1996), pp. 55-60. São Paulo: USP, 1996

_____. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: *A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

Sites consultados:

<http://www.ethnohistory.org>

<http://www.usp.br/nhii/>

<http://www.curitiba.pr.gov.br>

<http://www.dominiopublico.gov.br/>

<http://www.brasiliana.usp.br>

www.camara.gov.br

<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>

www.bn.br

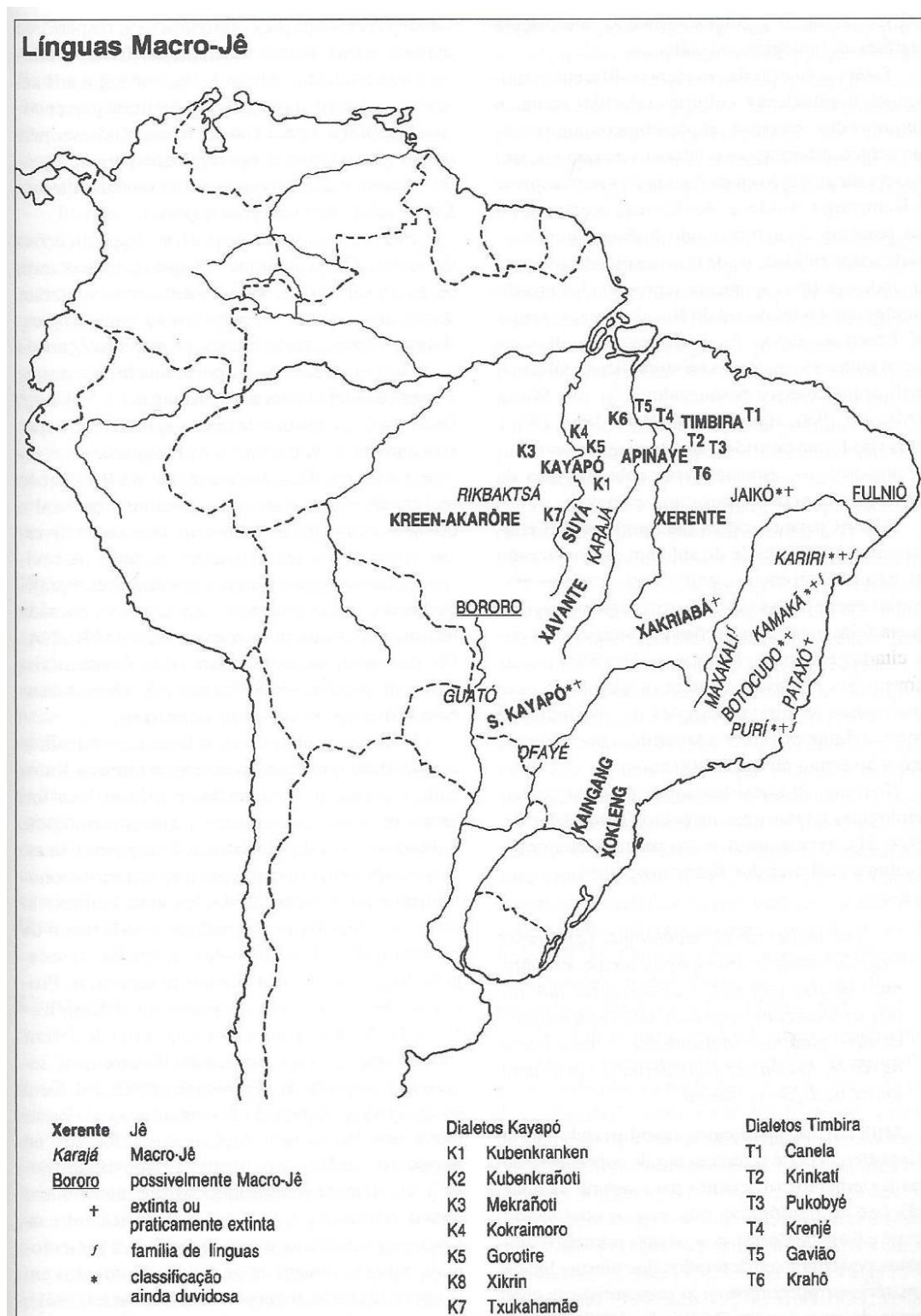
ANEXOS

ANEXO 1 Mapa das possíveis rotas de expansão e ocupação dos grupos Tupi e Guarani a partir da Amazônia, segundo Brochado e Noelli.



Mapa adaptado de: NOELLI, Francisco Silva. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. Revista de Antropologia, São Paulo, 1996 v. 39 nº 2. a). p. 38

ANEXO 2 Mapa com a distribuição territorial das línguas Macro-Jê

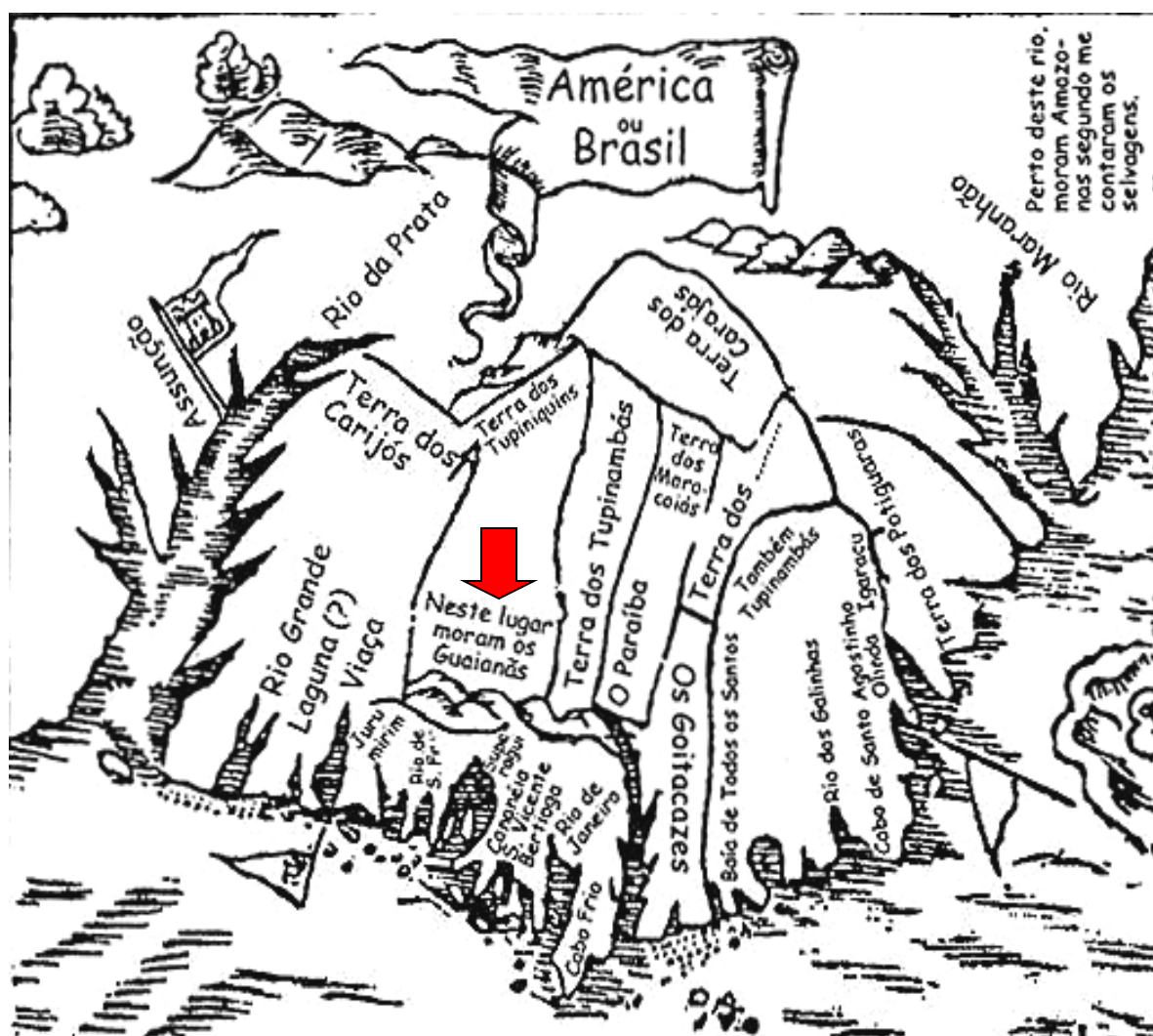


Adaptado de: NOELLI, Francisco Silva. Repensando os rótulos e a história dos Jê no Sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. Revista do Museu de Arqueologia e Ethnologia, São Paulo, Suplemento 2: 285-302, 1999.

ANEXO 3 Mapa com a possível de entrada dos Jê Meridionais no sul do Brasil

Adaptado de: Mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. (org). Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: Eduel, 2004

ANEXO 4 Mapa de Hans Staden (1557) com as ocupações e limitações territoriais dos indígenas no Brasil no século XVI.



Adaptado de: STADEN, Hans. Viagem ao Brasil. São Paulo: Martin Claret, 2006 p. 37